UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS APLICADAS E EDUCAÇÃO (CCAE)
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES (CCHLA)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA

Givanilton de Araújo Barbosa

IMAGENS E MEMÓRIAS DE ATINGIDOS POR BARRAGEM: Contribuições para políticas públicas sociais no reassentamento Cajá de Itatuba – PB

João Pessoa-PB, Brasil,
09 de agosto de 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS APLICADAS E EDUCAÇÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA

IMAGENS E MEMÓRIAS DE ATINGIDOS POR BARRAGEM: Contribuições para políticas públicas sociais no reassentamento Cajá de Itatuba – PB

Givanilton de Araújo Barbosa

Dissertação apresentada pelo mestrando Givanilton de Araújo Barbosa ao Programa de Mestrado em Antropologia da Universidade Federal da Paraíba, submetida à banca examinadora como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Antropologia.

Área de concentração: Antropologia Social
Linha de pesquisa: Políticas Sociais e Desenvolvimento

Orientador: Prof. Dr. João Martinho Braga de Mendonça
Co-orientadora: Profa. Dra. Maristela Oliveira de Andrade

João Pessoa-PB, Brasil,
09 de agosto de 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
Centro de Ciências Aplicadas e Educação (CCAE)
Centro de Ciências Humanas Letras E Artes (CCHLA)
Programa de Pós-Graduação em Antropologia

Ata da Defesa da Dissertação de Mestrado do Aluno GIVANILTON DE ARAÚJO BARBOSA

Aos nove dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e um, às quatorze horas, realizou-se por meio da plataforma de videoconferência Google Meet, a sessão pública de defesa remota da Dissertação intitulada: **IMAGENS E MEMÓRIAS DE ATINGIDOS POR BARRAGEM: CONTRIBUIÇÕES PARA POLÍTICAS PÚBLICAS SOCIAIS NO REASSENTAMENTO CAJÁ DE ITATUBA-PB,** apresentada pelo aluno Givanilton de Araújo Barbosa**,** licenciado em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Paraíba. Que concluiu os créditos exigidos para obtenção do título de MESTRE EM ANTROPOLOGIA, área de Concentração em Antropologia Social, segundo encaminhamento da Profa. Dra. Marcia Reis Longhi, Coordenadora do Programa de Pós–Graduação em Antropologia da UFPB e segundo os registros constantes nos arquivos da Secretaria da Coordenação da Pós–Graduação. O Prof. Dr. João Martinho Braga de Mendonça (PPGA/UFPB), na qualidade de orientador, presidiu a Banca Examinadora da qual fizeram parte os professores Lara Santos de Amorim (PPGA/UFPB), examinadora interna, Alícia Ferreira Gonçalves (PPGA/UFPB), examinadora interna, Maristela Oliveira de Andrade (PPGA/UFPB), coorientadora, Marcelo de Andrade Vilarino (MP/MG), examinador externo. Dando início aos trabalhos, O Senhor Presidente, Prof. Dr. João Martinho Braga de Mendonça convidou os membros da Banca Examinadora para comporem a mesa. Em seguida foi concedida a palavra ao mestrando para apresentar uma síntese de sua Dissertação, após o que foi arguido pelos membros da Banca Examinadora. Encerrando os trabalhos de arguição, os examinadores deram o parecer final sobre a Dissertação, à qual foi atribuído o seguinte conceito: APROVADO. Proclamados os resultados pelo Prof. Dr. João Martinho Braga de Mendonça, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos, e para constar eu, Prof. Dr. João Martinho Braga de Mendonça, (Secretário(a) ad hoc) lavrei a presente ata que assino em nome dos demais membros da Banca Examinadora [cf. Portaria 02/2021/PRPG] ao tempo em que disponibilizo o link da gravação da sessão pública de defesa, a saber: <https://drive.google.com/file/d/1QyVJCApYRz-vlsQMP1JTjW5D_zmrrX2t/view?usp=sharing >. João Pessoa, 09 de agosto de 2021.

_____[Portaria 02/2021/PRPG]_____
Givanilton de Araújo Barbosa
(Mestrando)

_____[Portaria 02/2021/PRPG]_____
Ms. Marcelo de Andrade Vilarino
(Examinador Externo)

_____[Portaria 02/2021/PRPG]_____
Profa. Dra. Lara Santos de Amorim
(Examinador Interno)

_____[Portaria 02/2021/PRPG]_____
Profa. Dra. Alícia Ferreira Gonçalves
(Examinador Interno)

_____[Portaria 02/2021/PRPG]_____
Profa. Dra. Maristela Oliveira de Andrade
(Coorientadora)

_____
Prof. Dr. João Martinho Braga de Mendonça
(Presidente da Banca)

Catalogação na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

B238i Barbosa, Givanilton de Araújo.
Imagens e memórias de atingidos por barragem : contribuições para políticas públicas sociais no reassentamento Cajá de Itatuba-PB / Givanilton de Araújo Barbosa. - João Pessoa, 2021.
211 f. : il.

Orientação: João Martinho Braga de Mendonça.
Coorientação: Maristela Oliveira de Andrade.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCAE/CCHLA.

1. Memórias coletivas. 2. Imagens. 3. Ribeirinhos. 4. Atingidos por barragens. 5. Barragem de Acauã. I. Mendonça, João Martinho Braga de. II. Andrade, Maristela Oliveira de. III. Título.

UFPB/BC CDU 39:159.953.2(043)

Elaborado por WALQUELINE DA SILVA ARAUJO - CRB-15/514

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha Mãe Lucineide Maria de Araújo Barbosa e ao meu Pai José Gilvando Barbosa pelo apoio ao colaborar com esta pesquisa com suas memórias vivenciadas no sítio Cajá de Itatuba - PB.

Agradeço a Odete Maria de Mendonça (Deta) pela sua contribuição ao compartilhar suas lembranças do Cajá antigo.

Agradeço a todas as famílias do Cajá que compartilharam suas lembranças e relatos orais presentes nesta pesquisa.

Agradeço a todas as Pessoas, tanto da comunidade universitária da UFPB, quanto às famílias da comunidade Sítio Cajá de Itatuba - PB, que de forma direta e indireta contribuíram para o resultado desta pesquisa sobre imagens e memórias de um reassentamento agrovila, de famílias atingidas pela barragem de Acauã no Estado da Paraíba.

Agradeço ao agente de saúde do Sítio Cajá de Itatuba-PB Ernande Silva pela sua colaboração com esta pesquisa.

Agradeço ao Osvaldo Bernardo Coordenador do Movimento dos Atingidos por Barragem (Barragem de Acauã, PB), pela disposição em colaborar com esta pesquisa.

Agradeço a Professora Maristela Oliveira Andrade pelo aceite do convite no ano de 2015, para orientar meu projeto de pesquisa para o trabalho de conclusão de curso em licenciatura em Ciências Sociais com o tema “Atingidos por barragem”; onde resultou em novos desdobramentos de pesquisas e projetos de extensão universitária e do aprofundamento desta pesquisa no mestrado em Antropologia.

Agradeço ao professor João Martinho Braga de Mendonça pelo aceite, colaboração e orientação desta pesquisa no mestrado.

Agradeço também a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que foi de suma importância para a continuidade desta pesquisa na Pós-Graduação, no Mestrado Acadêmico em Antropologia, pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal da Paraíba (PPGA/UFPB).

“A fotografia é a memória de nossa Sociedade”.
Sebastião Salgado: entrevista ao Programa de televisão Roda Viva da TV Cultura, transmitida na noite do dia 27 de abril de 2020.

“(...) fotografia é entender a cultura das Pessoas. Existem muitas culturas no mundo, tem que entender cada uma dessas culturas e o que elas precisam para continuarem a viverem como povo”.
Claudia Andujar: Entrevista ao Programa Estação Livre da TV Cultura, 02 de junho de 2021.

IMAGENS E MEMÓRIAS DE ATINGIDOS POR BARRAGEM: Contribuições para políticas públicas sociais no reassentamento Cajá de Itatuba - PB

Resumo

Esta dissertação buscou uma aproximação entre os campos da antropologia visual e das políticas públicas sociais. Apresenta uma abordagem da memória coletiva de uma comunidade ribeirinha atingida por barragem, hoje conhecida como agrovila ou reassentamento do Sítio Cajá, município de Itatuba, na região do agreste paraibano. Tem como objetivo geral pesquisar memórias visuais e orais do território ribeirinho em articulação com as demandas da comunidade reassentada, assistidas pelo Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). Com base principalmente em levantamentos de documentos, fotografias, materiais audiovisuais e relatos orais, a pesquisa procurou reconstituir a história recente do Sítio Cajá, através de uma relação, de longa data, estabelecida com 14 famílias locais pelo pesquisador, cuja família também pertenceu à antiga comunidade. Com maior ênfase, portanto, em metodologias qualitativas, numa combinação de técnicas de entrevistas abertas e de histórias de vida, análises de fotografias e vídeos, netnografia e autoetnografia, o trabalho procura tratar das memórias locais em face da reconfiguração territorial causada pelo reassentamento, ao tempo em que analisa a implantação da barragem de Acauã como parte da política de segurança hídrica de Estado, atrelada ao projeto de desenvolvimento nacional. Demonstra, por fim, como o atendimento das demandas da comunidade reassentada precisou ser intermediado pelo Ministério Público e, ainda assim, após cerca de vinte anos, persistem dificuldades para a implementação de políticas públicas sociais no local, em meio às constatações de dispersão de famílias, restrições às atividades agrícolas e de criação de aves e animais, desmobilização da Associação de Agricultores, entre outros vários efeitos provocados pelo reassentamento. A formação de uma coleção etnográfica com centenas de fotografias se soma a esta Dissertação, como formas de subsidiar o direito à memória dos moradores do Sítio Cajá, atingidos pela barragem de Acauã.

Palavras-chave: Memórias coletivas. Imagens. Ribeirinhos. Atingidos por barragens. Sítio Cajá. Barragem de Acauã

IMAGES AND MEMORIES OF PEOPLE AFFECTED BY DAMS: Contributions to social and public policies in the resettlement Cajá in Itatuba - PB

Abstract

This dissertation aimed to approximate the visual anthropology and the social and public policies. An approach to the collective memory of a community affected by a dam is introduced. This community is currently known as agrovillage or resettlement in Sítio Cajá, Municipality of Itatuba, in the scrubland of Paraíba. The general objective of this dissertation is to research visual and oral memories of the riverside territory in articulation with the resettled community, supported by the People Affected by Dams Movement. Based mostly on documents, photographs, audiovisual materials and oral reports, this research sought to reconstruct the Sítio Cajá's recent history, through a long-standing relationship established between 14 local families with the researcher, whose family also once belonged to the former community. For that reason, this study was carried out using qualitative methodologies, combining open interview techniques and life stories, analyses of photos and videos, nethnography and autoethnography. This work intends to deal with local memories due to the territorial reconfiguration caused by the resettlement, while it analyzes the implementation of the Acauã Dam as a water security policy in the state of Paraíba, aligned with the national development project. Finally, this study demonstrates that the resettled community demands were only met with the Public Ministry's assistance, and even so, after 20 years, some issues to implement social and public policies at the area still remain. Some of the several issues caused by the resettlement are the observation of family separation, restrictions on agriculture, poultry and animal husbandry activities, and Farmers' Association disengagement. The formation of an ethnographic collection with hundreds of photographs is added to this dissertation, as ways to subsidize the rights of Sítio Cajá's inhabitants to recollection, to those affected by the Acauã dam.

Keywords: Collective memories. Images. Riverside community. People affected by dams. Sítio Cajá. Acauã Dam.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: O sítio Cajá ribeirinho sem a praça 35
Figura 2. O Rio Paraibinha com os coqueirais 37
Figura 3: A comunidade na beira do rio 39
Figura 4. Vista dos dois lados da comunidade 39
Figura 5: O centro e o alto da antiga comunidade Cajá na beira do rio 41
Figura 6: O centro e o alto do antigo Cajá na beira do rio 41
Figura 7: Visão ampla da comunidade demonstrando sua configuração territorial 42
Figura 8: O alto do outro lado do rio 42
Figura 9: À esquerda, a casa de Seu João Moco 44
Figura 10: A praça da comunidade com televisão e antena parabólica 48
Figura 11. A praça com adolescentes usando bicicletas 49
Figura 12: Igreja católica e o pátio, o centro da comunidade 50
Figura 13: Centro da comunidade 52
Figura 14. Rua principal que compõe o centro da comunidade 53
Figura 15: O rio em primeiro plano 54
Figura 16: Em primeiro plano há uma sequência de moradias de casas de taipa 54
Figura 17: O alto do cajá ribeirinho 55
Figura 18: Perfuração de um poço artesiano na beira do rio gerou um poço de água salgada 57
Figura 19: Área territorial ribeirinha do antigo sítio Cajá 59
Figura 20: A barragem cobrindo a comunidade 64
Figura 21: Período em que a barragem de Acauã estava cobrindo a comunidade sítio Cajá 65
Figura 22: O centro da comunidade sendo coberto pela barragem 66
Figura 23:O centro da comunidade sendo coberto pela barragem 66
Figura 24: O cemitério do antigo sítio Cajá 67
Figura 25: Aparecimentos das paredes 70
Figura 26: Sequência de canoas e presença de uma criança 71
Figura 27: Duas pessoas observam o lugar sendo descoberto em ruínas 72
Figura 28: Ruínas do grupo escolar Jose Bezerra de Lima 73
Figura 29: Localização do centro da comunidade 73
Figura 30: Ruínas do grupo escolar José Bezerra de Lima 74
Figura 31: Reaparecimento do cemitério que se localizava na beira do rio do antigo Cajá 74
Figura 32: Restos dos túmulos do cemitério antigo do sítio Cajá na beira do rio 75
Figura 33: Restos das paredes descobertas 75
Figura 34: Os coqueiros mortos e os restos das moradias descobertos 76
Figura 35 Cisterna e restos de paredes do grupo escolar Joaquim Francisco de Andrade Lima 78
Figura 36: Ruinas do posto telefônico / a TELPA 79
Figura 37: Local da praça 79
Figura 38: Pedaço do banco da praça 80
Figura 39: Pedestal do cruzeiro da igreja católica 80
Figura 40: Pedestal do cruzeiro da igreja católica construído na beira do rio Paraibinha 81
Figura 41: Neide de Maria Mendonça com o cachorro Leão 88
Figura 42: Vando de Biu de Lúcio 89
Figura 43: Atual moradia de Neide de Maria Mendonça e Vando de Biu de Lúcio 100
Figura 44: Galpão construído 102
Figura 45: O galpão também serve para acomodação de ração para as aves 103
Figura 46: Divisão do galpão de 5 metros de largura por 7 metros de comprimento 103
Figura 47: Percurso da feira de Itabaiana retornando para casa 104
Figura 48: Chegada da feira livre de Itabaiana 105
Figura 49: Cercado para acomodar as aves compradas e espaço de engorda 105
Figura 50: Vando de Biu de Lúcio vendendo galinhas na feira de Oitizeiro, João Pessoa-PB 106
Figura 51: Área de plantio de bananeiras e outras frutas, também de macaxeira 107
Figura 52: Vando mostrando a colheita de bananas 108
Figura 53: Visita a família Biu Moco e Menininha 110

Figura 54: Visita à família de Dona Inês e Manoel Carias 112
Figura 55: Casa de Lica na vila Cajá 113
Figura 56: Foto do banner do time de futebol Palmeiras do Cajá de Itatuba-PB 120
Figura 57: Diagrama contendo as quatro formas de grandes projetos energéticos do Brasil 137
Figura 58. Período em que a barragem atinge sua capacidade total 145
Figura 59. Área territorial ocupada pela barragem de Acauã 145
Figura 60: Entrada principal do reassentamento agrovila de Cajá 156
Figura 61: Área central do Cajá com as três vilas 156
Figura 62: Área central da agrovila de Cajá sem o calçamento 157
Figura 63: Casa de placa original 157
Figura 64: Reforma de casas de placas 154
Figura 65: Casa de placa reformada 158
Figura 66: Faxinas sendo substituídas por construção de muros de tijolos 158
Figura 67: Casas de placas vêm perdendo suas características originais 159
Figura 68: Casas de placas que receberam reformas e ampliações com varandas 160
Figura 69: Reconstrução da igreja católica ao lado da vila 160
Figura 70: Escola José Bezerra de Lima 161
Figura 71: O posto de saúde do Cajá 161
Figura 72: Placa de prestação de contas da reconstrução do cemitério do Cajá 162
Figura 73: Cisterna construída no quintal de uma casa de placa 163
Figura 74: Cisterna construída pelo convenio da ASA 164
Figura 75: Cisternas de captação de água de chuva pelo telhado 164
Figura 76: Casa da Associação dos Produtores Rurais de Cajá 165
Figura 77: Implantação de calçamento na agrovila de Cajá 167
Figura 78: Vias públicas com calçamento de paralelepípedo 168
Figura 79: Calçamento. Pessoas circulando e cuidando de animais nas vias públicas 168
Figura 80: Ovelhas/carneiros circulando no calçamento 169
Figura 81: Calçamento 169
Figura 82: Casa com antena parabólica 170
Figura 83: Casa de placa com área ampliada 170
Figura 84: Instalações elétricas do reassentamento 171
Figura 85: Casas construídas pelas próprias famílias estendidas 173
Figura 86: Casas de famílias estendidas 173
Figura 87: No final do calçamento encontra-se a cerca de uma propriedade privada 174
Figura 88: Outras casas de famílias estendidas atrás da igreja católica 174
Figura 89: Casas de famílias estendidas com varanda e muros de faxinas 175
Figura 90: Nova construção de uma casa de família estendida 175
Figura 91: Varas de Marmeleiro usadas para construção de faxinas/cercas de quintais 177
Figura 92: Final do calçamento 177
Figura 93: Final do calçamento de uma sequência de moradias em uma terra de herdeiros 178
Figura 94: Outra parte da implantação do calçamento 179
Figura 95: Final do calçamento, iniciado na figura anterior 179
Figura 96: O alto do antigo cajá ribeirinho que recebeu calçamento 181
Figura 97: O alto do antigo Cajá com calçamento 181
Figura 98: Os contornos de calçamento do alto do antigo cajá ribeirinho 182
Figura 99: O alto do antigo cajá ribeirinho com calçamento 182
Figura 100: Final do calçamento do alto do antigo cajá ribeirinho 183
Figura 101: Placa da identificação da implantação da obra do canal acauã-Araçagi 184
Figura 102: Canal Acauã-Araçagi percurso em tubulação 185
Figura 103: Canal Acauã-Araçagi no percurso aberto 185

Sumário

Resumo **8**
Introdução **12**
Caminhos da etnografia **16**
Município de Itatuba-PB **17**
A barragem de Acauã **19**
O sítio Cajá de Itatuba – PB **19**
Considerações metodológicas **20**
CAPÍTULO 1 - Memória visual **26**
1.1 A fotografia na história da antropologia **25**
1.2 A noção de fotoetnografia **27**
1.3 Margaret Mead e Bateson **28**
1.4 Formação da coleção etnográfica e uso das imagens nesta dissertação **29**
1.5 Sequênciafotográfica **32**
1.6 A memória ribeirinha em fotografias: lugares de lembranças e histórias de vida **33**
1.7 O deslocamento da comunidade para reassentamento **60**
1.8 A barragem de Acauã cobrindo o sítio Cajá **63**
1.9 Os altos do antigo Cajá ribeirinho **67**
1.10 A pesca no rio e na barragem de Acauã **68**
1.11 As ruinas da comunidade ribeirinha **71**
1.12 Um novo trabalho de campo **76**
1.13 Algumas conclusões **81**
CAPÍTULO 2 - Memória oral de atingidos por barragem **89**
2.1 Lembranças e narrativas orais: abordagens da memória entre a individualidade e a coletividade **82**
2.2 Trajetória de uma família **86**
2.3 Outras famílias do Cajá **109**
2.4 Análise da produção audiovisual sobre a comunidade **121**
2.5 Remoção dos cemitérios de dentro da barragem **125**
2.6 Algumas conclusões **128**
CAPÍTULO 3 - Articulações entre memória visual e memória oral com as demandas sociais em reassentamento **131**
3.1 Visões da Legislação ambiental brasileira diante dos megaprojetos hídricos **131**
3.2 A atuação de antropólogos(as) nos megaprojetos de desenvolvimento do Brasil **134**
3.3 Os megaprojetos hídricos do Brasil, conflitos socioambientais e o surgimento do Movimento dos atingidos por barragens **136**
3.4 A política nacional de segurança hídrica **141**
3.5 A barragem de Acauã **141**
3.6 Os atingidos por barragem **144**
3.7 A Política Nacional dos Direitos das Populações Atingidas por Barragem **156**
3.8 A formação da primeira comissão dos atingidos pela barragem de Acauã **148**
3.9 O reassentamento sítio Cajá: adaptação social das casas de placas e a implantação de calçamento **152**
3.10 As famílias estendidas da agrovila de Cajá **172**
3.11 Outras partes da comunidade Cajá que receberam calçamento **177**
3.12 O alto do antigo Cajá ribeirinho **180**
3. 13 Novas políticas públicas sociais na região **183**
3. 14 Algumas conclusões **188**
CONSIDERAÇÕES **189**
REFERÊNCIAS **201**
ANEXOS: Legislação de direito à imagem **207**
APÊNDICES **208**
Tabela 1: imagens fotográficas da coleção etnográfica **208**
Tabela 2: Materiais audiovisuais da coleção etnográfica **208**
Tabela 3: Famílias do Cajá e seus relatos orais **208**
Tabela 4: Famílias e seus relatos orais nos vídeos 1, 2 e 3 ..... **209**
Tabela 5: Números de fotografias em cada capítulo da dissertação **209**
Tabela 6: Reassentamentos e famílias em números atuais* **209**
Imagens do terreno etnográfico, via satélite do Google Maps **210**

INTRODUÇÃO

Esta dissertação buscou uma aproximação entre os campos da antropologia visual e o das políticas públicas sociais visando a reconstituição da memória coletiva de uma comunidade ribeirinha atingida por barragem. Isso foi realizado através de um estudo etnográfico do reassentamento sítio Cajá de Itatuba, localizado no agreste do Estado da Paraíba.

Estudar as memórias de uma comunidade atingida por barragem implica assinalar a implantação de barragem e seus efeitos na memória coletiva do grupo, pois ao ser deslocada para reassentamento, muitas relações sociais e produtivas que foram criadas e reproduzidas ao longo do tempo pelos sujeitos locais, não conseguem se adaptar ao novo território.

A questão a ser pensada é o deslocamento da comunidade, pois deixou para trás um território onde foram construídas histórias de vida, saberes e fazeres. Por sua vez passam a conviver com várias formas de lembranças, embora as tradições e culturas sejam criadas e possam ser modificadas ao longo do tempo. Há de levar em conta a importância da socialização de tradições e modos de vida para as novas gerações.

Ao serem reassentadas nem todos os saberes, fazeres e modos de vida das pessoas são retomados ou desempenhados como antes (HALBWACHS, 1968) devido à falta de adaptação ao novo território e este, por sua vez, não é favorável pela baixa qualidade do terreno se comparado ao anterior, acarretando a modificação de tradições ou adaptações compulsórias. Em parte delas, mesmo que a longo prazo, adotam novas formas de vida considerando a nova reconfiguração territorial com novas culturas e atividades produtivas para o grupo, que muitas vezes são inseridas nesse novo espaço por agentes externos.

Já os antigos modos de vida dizem respeito aos aspectos tradicionais, culturais e políticos e foram criados no território ribeirinho. Parte deles tendem a cair no esquecimento (POLLAK, 1989), caso não sejam perpetuados, reconduzidos ou retomados em reassentamento.

Portanto, em termos de pesquisa antropológica, há inúmeras implicações nesse cenário social, dentre elas, a de identificar as tradições e os modos de vida das pessoas que foram constituídas no território ribeirinho como parte do problema da pesquisa, pois

há de se querer a participação ativa da mesma comunidade reassentada para a identificação de seus modos de vida.

A importância dos sujeitos locais se dá no sentido de criar espaços para interlocução de suas memórias e narrativas, resultando em visões do passado no presente, e pode ter por consequência novos sujeitos e subjetividades. O problema da relação entre percepção e memória, numa discussão sobre o pensamento de Henri Bergson (BOSI, 1979, pp. 7-11), levou Eclea Bosi a enfatizar o princípio bergsoniano da "conservação do passado" na forma das "imagens-lembrança" (Ibid. p. 15), que podem aparecer em sonhos e devaneios, como também vir à consciência no presente. A abordagem da memória local procurou, assim, trabalhar com imagens fotográficas e relatos orais, como meio de trazer à tona as lembranças de patrimônios materiais, imateriais e histórias da vida social.

Com base nesses pressupostos surge uma pergunta como problema de pesquisa: Como reconhecer as memórias visuais e orais em articulação com o Movimento dos Atingidos por Barragem, de modo a contribuir para políticas públicas sociais na comunidade reassentada? Dessa maneira, é necessário que haja o reconhecimento de referências identitárias locais e de como a comunidade concebe suas memórias ribeirinhas em articulação com as primeiras.

Diante disso essa investigação etnográfica teve como objetivo geral pesquisar as memórias ribeirinhas visuais e orais da comunidade reassentada sítio Cajá de Itatuba, no agreste do Estado da Paraíba - PB, e suas articulações possíveis com os movimentos sociais e as políticas públicas sociais destinadas às populações atingidas por barragem.

Já os objetivos específicos foram os seguintes: estudar a memória fotográfica e histórica desses ribeirinhos; levantar materiais audiovisuais que possam contribuir ao debate sobre atingidos por barragem; analisar e descrever as memórias visuais, orais, fotográficas e audiovisuais levantadas; discutir as políticas públicas sociais em articulação com movimentos sociais relativos às demandas da comunidade, por fim, em observância ao direito à memória das comunidades atingidas por barragens, contribuir com a comunidade do Sítio do Cajá através da formação e disponibilização de um acervo composto pelos materiais pesquisados.

Para tanto faço uso especialmente de imagens fotográficas, considerando que cada fotografia tem registrado o território social, que hoje pode ser lembrado por essas

imagens; as fotografias são recursos que registram lembranças e que despertam narrativas tanto visuais quanto orais, sobre histórias de vida das pessoas da localidade.

Ou seja, por meio das imagens fotográficas aqui apresentadas são acionadas lembranças e conversas. No andamento da pesquisa também identifiquei novas abordagens sobre problemas da comunidade como as produções de audiovisuais. O que me chamou atenção foram suas articulações com as demandas em relação às políticas públicas sociais para a comunidade em reassentamento.

Na medida em que identifiquei esse material visual sobre a região, os esforços se direcionaram para as análises e novas articulações configurando as memórias-lembranças. Realizei um levantamento prévio de imagens antigas e atuais sobre a antiga localidade ribeirinha. Nesse percurso também identifiquei na comunidade uma relação de compartilhamento de memórias-lembranças da antiga localidade, por meio de imagens trocadas, inclusive pela internet.

Hoje a comunidade original, que estava situada à beira de um rio, pode ser lembrada especialmente pelas imagens fotográficas; isso me motivou a pesquisar o potencial das fotografias, por serem recursos que registraram um passado social e, ao mesmo tempo, despertaram memórias-lembranças e histórias de vida das pessoas. Foi também experimentada a produção de novas imagens fotográficas sobre a comunidade no reassentamento, permitindo continuar identificando articulações entre movimentos sociais e políticas públicas sociais. O resultado alcançado permitiu identificar o potencial das imagens fotográficas para a elaboração dos conhecimentos, ao serem apresentadas e articuladas na argumentação, tanto quanto por acionarem maior número de memórias-lembranças e histórias de vida das pessoas.

Nesse sentido a dissertação segue um percurso antropológico que analisa as mudanças ocorridas na organização social e territorial; percorre memórias individuais; e procura mapear a produção de imagens articuladas às demandas locais. Os caminhos e passos metodológicos se deram por meio da pesquisa qualitativa, sem desconsiderar dados quantitativos.

O primeiro capítulo, denominado de “Memória visual”, trata da fotografia na história da antropologia e apresenta fundamentos teóricos sobre o uso de imagens na antropologia. Isso permitiu reunir uma breve história da fotografia na antropologia e, de modo geral, com abordagens da antropologia visual contemporânea. Nesse processo

destacam-se clássicos de antropologia que realizaram pesquisas etnográficas com o uso de imagens fotográficas.

O tratamento das imagens foi pensado como documentação visual (KOSSOY, 2009) que permite acionar lembranças e histórias de vida associadas aos lugares retratados, tendo em vista que em um território são produzidas suas relações sociais. Os usos das fotografias descritas em sequências permitem traçar o percurso de mudanças sociais da comunidade, tanto no território ribeirinho quanto em reassentamento. As imagens da comunidade atual, por sua vez, enfatizam as diferenças entre os modos de vida lá e cá, numa documentação detalhada das condições atuais, com suas dificuldades e transformações

Já no segundo capítulo, chamado de "Memória oral de atingidos por barragem", trato respectivamente de memórias individuais articulando a individualidade e a coletividade. Apresento a discussão sobre os processos de formação da memória, tanto individual quanto coletiva; neste sentido discuto a noção de lembranças e esquecimento. Aproveito para tratar de um estudo de caso sobre a trajetória de minha família, articulada aos relatos de outras famílias, bem como à análise de uma produção audiovisual. Ao longo do trabalho de campo, as imagens fotográficas possibilitaram aos sujeitos expressarem suas lembranças por meio de oralidade; essas expressões estão articuladas às legendas e às minhas próprias lembranças em toda a dissertação. Ao mesmo tempo as conversas sobre os espaços de convivência e de moradia das pessoas permitiram criar um conjunto de relatos orais nos quais se concretizam histórias de vida próprias da comunidade.

Finalmente, o terceiro capítulo é denominado de "Articulações entre memória visual, memória oral e as demandas sociais em reassentamento". Trato da legislação ambiental brasileira a respeito de licenciamento diante da implantação de grandes projetos de barragens hidrelétricas e das consequências para as comunidades ribeirinhas. Também abordei a atuação de antropólogos (as) na discussão desses megaprojetos de desenvolvimento no Brasil, além das políticas de segurança energética e de segurança hídrica, onde se destaca a questão mais local, da barragem de Acauã e das articulações com o movimento dos atingidos por barragem (MAB).

Aproveito para mencionar as novas políticas públicas sociais que vêm acontecendo na região: a distribuição hídrica do canal Acauã-Araçagi e também as

novas articulações do movimento dos atingidos por barragem na conquista de um novo reassentamento para a comunidade de Costa de Natuba.

Portanto, em conformidade com o campo investigado, com base nas memórias visuais e orais da comunidade do Cajá, bem como nas discussões sobre as mudanças territoriais, sociais e políticas articuladas aos movimentos sociais em nível local, o trabalho levou ao mapeamento de demandas que dizem respeito à reparação de danos e perdas irreparáveis causadas pela implantação da barragem de Acauã. Demonstra, nesse sentido, a reconfiguração territorial associada às novas formas de organização social da comunidade ribeirinha em reassentamento, chamada pelo Estado de Agrovila.

Caminhos da etnografia

De modo inicial devo assinalar minhas inquietações para investigar e estudar as memórias ribeirinhas do sítio Cajá de Itatuba-PB. Primeiro que eu e minha família residíamos na comunidade antes da implantação da barragem de Acauã em 2002; presenciei o deslocamento das famílias do sítio Cajá para o reassentamento "agrovila", que no primeiro semestre daquele mesmo ano eu e minha família também passamos a residir no reassentamento e de ter residido na localidade reassentada até setembro de 2004.

Ou seja, ao estudar o meu próprio deslocamento da comunidade devido a implantação da barragem, no mesmo tempo se caracteriza num estudo de observar e analisar o que é familiar, conforme tratado no estudo de Gilberto Velho (VELHO, 1978, p. 129). Portanto é observar, pesquisar e analisar o que é familiar permitindo criar um processo de estranhamento e de investigação de causas e efeitos de implantação de barragem, tanto local quanto nacional.

No ano de 2011 iniciei a graduação em Licenciatura em Ciências Sociais na UFPB. Já a decisão de estudar o tema "atingidos por barragem" se deu após a minha apresentação de um trabalho teórico intitulado "Disparidade entre sociedade sem Estado e sociedade com Estado"[1](BARBOSA, 2013, p. 30) com base em um resumo expandido sobre o livro *A sociedade contra o Estado*, de Pierre Clastres (1978).

[1] Resumo expandido apresentado no grupo de trabalho GT1: antropologia, identidades e políticas sociais, da III Semana de Antropologia: "O ofício do antropólogo" do PPGA da UFPB, 2013.

Neste sentido essa proposta de estudo foi ampliada e resultou em um projeto de extensão universitária para a escola da comunidade Cajá por meio do PROBEX (ANDRADE et. al, 2016) (BARBOSA, 2017, p. 384); e na pesquisa para meu trabalho de conclusão de curso de Licenciatura em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Paraíba (BARBOSA, 2017); com análises da experiência de estudo, pesquisa e extensão, abordando o contexto de escola do campo e suas questões socioambientais inerentes ao deslocamento da comunidade.

Em 2018 retornamos à comunidade com a extensão universitária em Educação Patrimonial (MENDONÇA; ANDRADE; BORBOSA, 2018, p. 29) para desenvolver a proposta de extensão "Educação patrimonial, imagem e memória" na escola da comunidade. Já em 2019 foi retomado o estudo da comunidade por meio de extensão na realização de um experimento etnográfico denominado de "fotoetnografia" do reassentamento (ACHUTTI, 1997).

Desse modo, também em 2019, ingressei na Pós-Graduação para realizar o Curso de Mestrado em Antropologia da UFPB, na qual o tema do projeto de pesquisa foi investigar os atingidos por barragem; com foco na memória, identidade e patrimônios da comunidade, com o uso de imagens fotográficas.

Ao tratar da pesquisa antropológica com usos de imagens, principalmente as fotográficas, tão logo me dediquei a pesquisar sobre a fotografia na história da antropologia tratando de alguns pontos: da experiência de Franz Boas na produção fotográfica e seu trato objetivo sobre a cultura dos esquimós no norte canadense; da atuação de Malinowski e suas fotografias sobre os trobiandeses e do trabalho antropológico de Margaret Mead e Gregory Bateson sobre a análise fotográfica da obra *Balinese character: a photographic analysis*.

Município de Itatuba - PB

Para ampliar nossa apresentação do terreno etnográfico faço uma breve caracterização do contexto mais amplo. A localização do reassentamento do Cajá virá a seguir, antes de entrarmos no campo das memórias visuais fotográficas. De acordo com um levantamento realizado do portal da prefeitura municipal de Itatuba-PB, o município foi instituído pela lei nº 2.603 de 1º de dezembro, de 1961.

Esta lei foi sancionada pelo governador em exercício da época, Pedro Moreno Gondim. Itatuba é um município brasileiro, localizado na Região Metropolitana de

Campina Grande, agreste do Estado da Paraíba. Sua população em 2011 foi estimada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 10.264 habitantes, distribuídos em uma área territorial de 244 km². Sua emancipação política se deu em 17 de dezembro de 1961.

Segundo as informações encontradas na página eletrônica da prefeitura municipal de Itatuba-PB, o município teve sua origem em vilas denominadas Cachoeira das Cebolas[2], pertencente ao município de Ingá-PB. As primeiras vilas eram localizadas numa depressão de terreno nas ribeiras do Rio Surrão ou Cayuaré e do Riacho Quaty, que faz confluência nas proximidades da cidade. No mesmo território surgiram os primeiros proprietários organizados como João Rodrigues de Lima, Francisco Antônio de Vasconcelos e o Coronel Coriolano Arruda Câmara, precursores da Cidade[3].

No período de descentralização administrativa do Brasil, entre 1936 a 1943, permaneceu como distrito de Ingá-PB com o nome de Cachoeira das Cebolas. Já no período de 1944 a 1948, foi modificado para Itatuba, repetindo-se no período entre 1949 a 1953, e permanecendo até hoje.

O município de Itatuba-PB possui em média 20 comunidades ou sítios rurais no entorno da zona urbana. Cada comunidade rural possui características estruturais, territoriais e particularidades próprias. Das comunidades rurais ou sítios, como são considerados no local, destacam-se: Sítio Cajá, Jurema, Serra Velha, Melancia, Tabocas, Juá, Bolas, Jacaré, Jatí, Logradouro, sítio Trapiá, Mulungu, Água fria, Oiti, Riachão, Passagem, Jucá, Campo Grande, Retiro, Volta Grande e outros pequenos povoados.

As atividades produtivas de trabalho e renda do município são voltadas majoritariamente ao campo, da agricultura familiar, agronegócio, criação de animais na agropecuária de corte, ovinocultura, caprinocultura, apicultura, avicultura e criação de gado de leite. Em algumas épocas destaca-se a exportação de leite para cooperativas de outra cidade e com uma pequena parcela industrial seguidas de atividades comerciais de lojas de variedades, supermercados.

[2] As informações apresentadas sobre a fundação do município de Itatuba encontram-se no site institucional da prefeitura municipal da cidade, disponível em:www.itatubapb.gov.com.br.

Há a feira livre que acontece aos sábados pela manhã, ao lado do mercado público da cidade. A população que mora na área urbana é composta por famílias que têm suas origens da zona rural. Além de ter tradicionalmente a prática de culturas juninas e religiosas ao longo do ano, destacam-se nesse cenário a agricultura familiar, como também o agronegócio.

A barragem de Acauã

A barragem de Acauã, institucionalmente denominada de Barragem Argemiro de Figueiredo foi implantada estrategicamente na bacia hidrográfica do médio curso do Rio Paraíba, no município de Itatuba, agreste do Estado da Paraíba do Nordeste brasileiro. Seu posicionamento hídrico também abrange os territórios dos municípios de Aroeiras e Natuba do mesmo Estado. Embora o projeto de sua implantação tenha sido por volta de 1980, seus estudos de impacto ambiental e viabilidade ocorreram a partir de 1998, e sua inauguração em 2002, conforme aponta Medeiros (2010) e Barbosa (2017).

Para falar das comunidades ribeirinhas que foram atingidas e sofreram o deslocamento para reassentamento considero o relatório da Comissão Especial de Direitos Humanos (CDDPH, 2007, p. 59), que segundo avaliação aponta cerca de seis (6) comunidades ribeirinhas atingidas por Acauã, totalizando em média 5 mil pessoas atingidas diretamente, que foram para agrovilas e sofreram interrupções de estradas e atividades produtivas, ficando isoladas. Essas comunidades ribeirinhas se localizavam na beira do Rio Paraíba, a saber: Sítios Melancia, Cajá, Pedro Velho, Ilha Grande, Junco, Riachão, Água Paba, o povoado do Costa de Natuba, sendo a maioria reassentadas em pequenas casas e em vilas de três conjuntos de agrovilas: comunidades de Cajá e Melancia do município de Itatuba-PB e Distrito de Pedro Velho, do município de Aroeiras-PB.

O sítio Cajá de Itatuba - PB

Já a agrovila sítio Cajá, território social desta pesquisa, foi reassentada no ano de 2002, permanecendo na zona rural do Município de Itatuba-PB. Sua concentração está em três vilas de casas de placas, distância de onde se localizava o rio Paraibinha [rio afluente da bacia hidrográfica do Rio Paraíba], em média de 2 km e meio. O povoado de Cajá foi reconhecido como um Distrito pela Lei Orgânica do Município em 1990. De acordo com o cadastro comunitário do Sistema Único de Saúde (SUS, 2021),

atualizado periodicamente pelo agente de saúde do Cajá o Ernande Silva, atualmente há em média 134 famílias. Outro dado é de que o reassentamento fica aproximadamente 125 km da capital paraibana, João Pessoa.

A seguir podemos observar o mapa do Estado da Paraíba, localizando o Município de Itatuba em cor vermelha dentro da mesorregião agreste; em cor amarela é onde se realiza a pesquisa e extensão universitária, o reassentamento Cajá, zona rural. Nesse mesmo território etnográfico localizam-se mais duas comunidades ribeirinhas que foram reassentadas em vilas: trata-se do sítio Melancia, pertencente ao mesmo Município de Itatuba-PB, e do distrito Vila de Pedro Velho, do Município de Aroeiras.

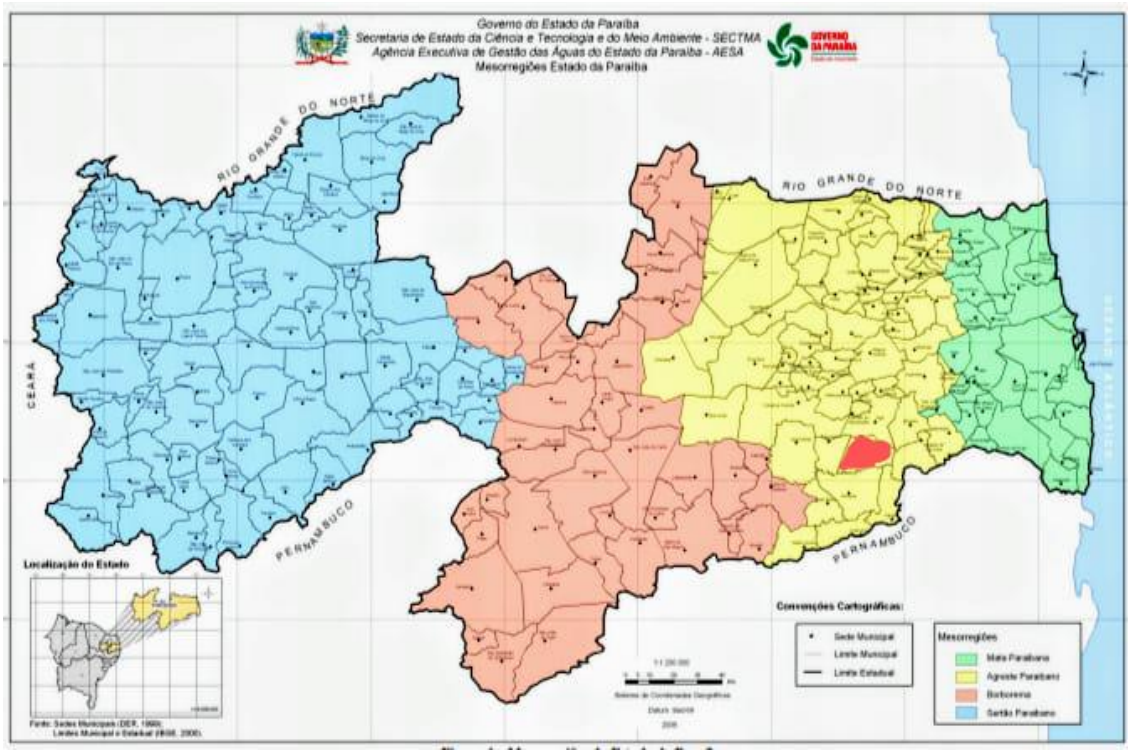


Figura 1: Mapa do Estado da Paraíba. Fonte: Portal eletrônico da AESA-PB.

Considerações metodológicas

Análise fotográfica

A metodologia foi à qualitativa amparada nos conhecimentos da antropologia visual; deste modo considerando a fotografia na história da antropologia. O exemplo disso têm as múltiplas experiências antropológicas com a fotografia: a de Franz Boas que foi realizada a partir de 1883, com a expedição no norte do Canadá à ilha de Baffin para estudar a cultura dos esquimós; a obra *Argonautas do Pacífico Ocidental* de

Malinowski (1922), de seus registros fotográficos das Ilhas Trobiand e da cultura Trobiandesa e em especial a obra *Balinese character: a photographic analysis* de Margaret Mead e Gregory Bateson (1942),

> *Balinese character: a photographic analysis* é considerado um dos principais livros que provoca amplamente questões epistemológicas e heurísticas sobre diversos suportes comunicacionais (a fala, a escrita, a visualidade) que podiam ser explorados, conjuntamente, respeitando os termos de suas singularidades e de suas complementaridades, enunciativas e representativas (SAMAIN, 2000, p. 66).

A pesquisa já conta com um acervo de imagens coletadas ou produzidas nos últimos anos de extensão (PROBEX, 2016/ TCC, BARBOSA, 2017/ PROGRAMA UFPB NO SEU MUNICÍPIO, 2018, PROBEX, 2019) [ver tabelas anexas]. Uma das referências adotadas desde 2019 para a articulação de imagens foi a noção de fotoetnografia (ACHUTTI, 1997). Além disso, outra forma de tratamento e análise foi adotada, a de Sequência fotográfica, enquanto "representação de uma realidade social" (BECKER, 2010, p. 40). Neste sentido foram estudadas e apresentadas 40 fotografias no capítulo 1, 16 no capítulo 2 e 46 imagens no capítulo 3, totalizando 102 fotografias nesta dissertação.

Memória coletiva

Ao tratar da memória coletiva enquanto construção social contínua considero os estudos de Halbwachs (1968) e Pollak (1989), enquanto produção de lembranças; o ato de recordar e as formas de lembranças (BOSI, 1979), Maria Isaura Pereira de Queiroz (1988) e outros de modo a articular as imagens às conversas e ao exercício de lembrar. Ou seja, trata-se de despertar pelas memórias visuais e orais os modos de vida da comunidade quando viveu no território ribeirinho, como também o percurso de demandas sociais em reassentamento.

Dessa maneira pensei num recorte temporal de 1950 ao ano 2000. Esta escolha se deu sobretudo para enfatizar maior número de memórias criadas no território ribeirinho do Cajá (HALBWACHS, 1968). Portanto demonstro como foi a comunidade junto do rio e como está em reassentamento, das formas de organização das famílias e seus modos de vida e suas moradias, bem como as atividades produtivas, culturais e políticas que foram produzidas na localidade antiga.

Autoetnografia

De modo geral, considero a noção de uma Autoetnografia amparada na etnobiografia [Autobiografia/Autoescrita/Autonarrativa/Biografia/Histórias de vida] (GONÇALVES, 2012, p. 19), tendo em vista que sua organização, e principalmente, as análises fotográficas e outras produções de imagens partem de minhas próprias lembranças, do período que morei na comunidade e de outras experiências fora dela. Quanto à noção de etnobiografia para pensar uma autoetnografia, que trata de uma realidade sociocultural, Gonçalves (2012) destaca:

> A noção de etnobiográfico problematiza, por assim dizer, o etnográfico e o biográfico, as experiências individuais e as percepções culturais, refletindo sobre como é possível estruturar uma narrativa que dê conta desses dois aspectos na simultaneidade, ou seja, propõe, a um só momento, repensar a tensa relação entre subjetividade e objetividade, pessoa e cultura (GONÇALVES, 2012, p. 20).

Além disso, considerei um estudo de caso: a minha família na condição de atingida pela barragem de Acauã, onde trato de relatos orais de nossa trajetória de vínculos com o Cajá ribeirinho, em reassentamento, e os motivos de nossa saída da comunidade. Analisei também outras famílias, tanto as que foram morar na zona urbana de Itatuba, quanto as que permaneceram morando em reassentamento. Nesse tempo também houve relatos orais coletados por meio de WhatsApp, Facebook e de trabalho de campo, em ações extensionistas, e do retorno à comunidade em fevereiro de 2021, com relatos extraídos de produção audiovisual.

Relatos orais

A coleta de relatos orais foi uma das principais etapas metodológicas nesta etnografia. Considerei principalmente a autora Maria Isaura Pereira de Queiroz (1988, pp. 14-15), conforme ela trata no seu texto *Relatos orais: do indizível ao dizível* enquanto técnica de coleta e consequentemente na produção de dados socioculturais, adotei essa prática especialmente para valorizar fundamentalmente: a identificação das pessoas/famílias da comunidade, e as conversas com elas, com perguntas abertas objetivando a coleta [escrever] e compilação de um maior número de relatos orais, a fim de caracterizar suas histórias de vidas com o lugar ribeirinho e em reassentamento.

Queiroz (1988, p. 16) destaca a importância do relato oral na transmissão de conhecimentos, afirma que o relato oral ao longo dos séculos se constituiu na maior fonte humana de conservação e difusão do saber e fontes de dados para as ciências.

Outro papel importante desempenhado pelo relato oral acontece no campo da educação, Queiroz também afirma que os relatos orais desempenham um papel educacional: “em todas as épocas a educação humana [formação de hábitos e transmissão de conhecimentos] se baseara na narrativa e da transposição da experiência indizível – com a passagem daquilo que está obscuro para uma primeira nitidez da palavra”.

Ou seja, Queiroz (1988), ao considerar o relato oral enquanto técnica de pesquisa, também afirma que há nele “a transmissão de um saber tanto de um passado mais longínquo: que pode ser mitológico, quanto ao passado mais recente à experiência do dia a dia" (p.16). Para a autora o relato oral se refere ao legado dos antepassados e também à comunicação da ocorrência próxima do tempo: tanto transmite noções adquiridas diretamente pelo narrador, que pode inclusive ser o agente daquilo que está relatando, quanto transmite noções adquiridas por outros meios que não a experiência direta, e também antigas tradições do grupo ou da coletividade:

> O relato oral está, pois, na base da obtenção de toda a sorte de informações e antecede a outras técnicas de obtenção e conservação do saber; a palavra parece ter sido se não a primeira, pelo menos uma das mais antigas técnicas utilizadas para tal. Desenho e escrita lhe sucederam. Quando o “homem das cavernas” deixou, nas paredes desta, figuras que se supõe formarem um sentido, estava transmitindo um conhecimento que possuía e que talvez já tivesse recebido um nome, estando já designado pela palavra. O fruto de suas experiências e descobertas ficava assim concretizado e passava aos demais, inclusive aos pósteros. Mais tarde a escrita, quando inventada, não foi mais uma nova cristalização do relato oral (QUEIROZ, 1988, p. 16).

Dessa maneira, organizei um roteiro de entrevista, não exatamente uma lista de perguntas, mas uma tentativa de mapear as informações e o tipo de relato oral, com a finalidade de nortear e acionar as conversas sobre histórias de vidas; de como era a vida antigamente e sobre as mudanças provocada pela barragem.

Histórias de vida

Em suma, foram coletados relatos orais de 14 famílias, no mesmo tempo resultando num conjunto de Histórias de vida. Segundo Queiroz (1988) pesquisar História de vida também é uma técnica de pesquisa:

> [...] se define como o relato de um narrador sobre sua existência através do tempo, tentando reconstituir os acontecimentos que vivenciou e transmitir a experiência que adquiriu. Narrativa linear e individual dos acontecimentos que nele considera significativos, através dela se delineiam as relações com os membros de seu grupo,

> de sua profissão, de sua camada social, de sua sociedade global que cabe ao pesquisador desvendar. Desta forma, o interesse deste último está em captar algo que ultrapassa o caráter individual do que é transmitido e que se insere na coletividade a que o narrador pertence. Porém, o relato em si mesmo contém o que o informante houve por bem oferecer, para dar ideia do que foi sua vida e do que ele mesmo é. Avanços e recuos marcam as histórias de vida (QUEIROZ, 1988, p. 20).

Análise de vídeos

Também foi estudado um conjunto de vídeos, essa produção audiovisual sobre a região foi analisada com base na leitura do artigo "Antropologia e Filme Etnográfico: Um Travelling no Cenário Literário da Antropologia Visual", de Clarice Peixoto (PEIXOTO, 1999). Ao longo da pesquisa sobre essa produção audiovisual levantei e analisei relatos orais de 7 famílias, articuladas com o MAB sobre a comunidade e sua questão de atingidos por barragem, onde apontei lembranças das famílias.

Já os vídeos se referem ao MAB (2009), do Ministério Público Federal (2015), e uma reportagem da TV Itararé de Campina Grande-PB. Também considerei um dossiê e relatório final da situação dos atingidos pela Acauã, produzido pela primeira Associação dos Atingidos pela Barragem de Acauã (AABA, 2000); edição reorganizada pelo Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB, 2005: 2007), consistindo em um debate sobre memória visual e memória oral de outras famílias da comunidade, em articulação com as questões do Movimento de Atingidos por Barragem, e as atuais demandas percebidas junto ao reassentamento.

Conflitos socioambientais

Implantação de barragens e atingidos por barragens

Considerei um conjunto de bibliografias enquanto amparo metodológico para estudar e analisar os problemas sociais causados pela implantação de barragens e de atingidos por barragens no Brasil. Tratei da legislação ambiental brasileira diante desses empreendimentos e da atuação de antropólogos (as) na produção de indicadores (BAINES; SILVA, 2007).

Já os demais estudos se referem ao antropólogo Sílvio Coelho dos Santos (2003;2007); Lygia Sigaud (1986); Parry Scott (2009); Andrea Zhouri (2007; 2018; 2019), Carlos Vainer (2007; 2008; 2011); Maria José Reis (2007) e outros, bem como o

dossiê da primeira associação dos atingidos pela barragem de Acauã (2000, 2005; 2007).

Em suma, analiso os efeitos e conflitos socioambientais na população local: do deslocamento compulsório; de suas intervenções profundas na memória coletiva ao processo de reconstrução territorial e identitária em reassentamento; da atuação com os movimentos sociais e de novas articulações sociais; e de políticas públicas locais compensatórias, de equilíbrio e de mitigação.

Pesquisa antropológica e COVID-19

Não podemos negar os efeitos da pandemia Covid-19 e seus desafios para a pesquisa antropológica. Logo, me pergunto como fazer pesquisa antropológica com distanciamento social? Desde o dia 17 de março de 2020 venho considerando os cuidados à prevenção da covid e observando o prazo para uma boa pesquisa segura e ética.

Diante disso adotei alguns novos direcionamentos para viabilizar a pesquisa com a comunidade à distância, e com as análises e articulações sobre os materiais coletados como fotografias e audiovisuais, leituras e análises do dossiê do MAB. Realizei tentativas de conversar e buscar algumas narrativas orais fazendo contato com alguns moradores da comunidade ou que moraram nela, pelas redes sociais Facebook e WhatsApp, embora essa prática tenha sido muito limitada. Já o meu retorno à comunidade para trabalho de campo mais minucioso se deu em fevereiro de 2021, resultando em um conjunto de relatos orais e de produção de novas fotografias.

CAPÍTULO 1
MEMÓRIA VISUAL

1.1 A fotografia na história da Antropologia

Ao adotar a imagem fotográfica na pesquisa antropológica, considerei três momentos importantes que permitem analisar a fotografia na história da antropologia, por exemplo as etnografias clássicas e trajetórias de antropólogos(as) como Franz Boas, Malinowski e Margaret Mead e outros(as) que produziram saberes e fazeres antropológicos com abordagens teóricas e metodológicas, bem como os usos de fotografias integradas as suas investigações etnográficas.

De acordo com Sylvia Caiuby Novaes (2012, p. 12) a fotografia acompanha os antropólogos em suas pesquisas de campo desde que foi inventada, em meados do século XIX. Boas já trabalhara com fotografias de 1883 a 1884, com a expedição no norte do Canadá na ilha de Baffin, para estudar a cultura dos esquimós. Em 1886 fez uma expedição etnográfica onde pesquisou, na Columbia Britânica, na ilha de Vancouver, no Canadá, para os nativos no norte da costa noroeste do pacífico, o povo Kwakiutl.

Para Caiuby Novaes (2012, p. 13), as expedições organizadas pela Universidade de Cambridge ao Estreito de Torres, a partir de 1898, fizeram amplo uso de fotos, filmagens e gravações sonoras em cilindros de cera. Haddon, chefe da expedição, assim como Rivers e Seligman, estavam interessados em colher dados objetivos, sugerindo que deixassem de lado a subjetividade.

Já na experiência com a fotografia de Malinowski, Samain (1995, p. 32) afirma que *Os Nativos de Mailu* [NM], a primeira e curta monografia publicada em 1915 de Malinowski, há 34 fotografias; em *Os Argonautas do Pacífico Ocidental* incorpora 65 pranchas (totalizando 75 fotografias), são 92 fotografias na *Vida Sexual dos Selvagens* e chegaram a 116 nos *Jardins de Coral*.

Outra referência é a obra *Balinese Character: a photographic analysis* de Margaret Mead e Gregory Bateson (1942), uma pesquisa considerada pioneira, onde relaciona o verbal e visual na pesquisa de campo, e defende uma perspectiva denominada de Antropologia Visual. Nela, pretendiam mostrar que as fotografias são

demonstrações de como os vários hábitos dos balineses formam seu caráter (NAKÁOKA, 2016, pp. 462-463).

Portanto, ao longo do tempo, com a consolidação da Antropologia e de sua tradição etnográfica, resultou em uma abordagem teórica e metodológica, de uma antropologia da imagem, conforme apontam Andrea Barbosa e Edgar Teodoro (2006, p. 6), ou uma antropologia visual; ambas partem da investigação antropológica a partir de produção e usos de imagens fotográficas, em movimento e som.

Conforme discutido por José de Sousa Martins (2008, p. 11) a pesquisa etnográfica sobre fotografia implica na realização do exercício da imaginação antropológica; já Samain (2005) afirma que "(...) ao fazer usos da fotografia em antropologia as imagens podem ser produzidas para ver, observar, registrar, descrever, fazer pensar, investigar, pesquisar (...) tal realidade social e cultural (p.118)".

Berger, em *Modos de ver* (1972, p. 11) afirma que a vista chega antes das palavras e que a criança olha e vê antes de falar. Segundo o autor a vista é aquilo que estabelece o nosso lugar no mundo que nos rodeia; explicamos o mundo com palavras, mas as palavras nunca podem anular o fato de estarmos rodeados por ele. Para tanto, os modos de ver implicam no exercício de ver e observar, refletir e pensar as imagens resultando nas configurações do exercício científico de um modo de ver.

Ao estudar Kossoy (2009, pp. 26-28) compreendi que as imagens implicam em avaliar o alcance e potencialidades enquanto instrumento de pesquisa, análise e interpretação da vida histórica, sua importância enquanto documento histórico e social; considera também a imagem fotográfica como elemento de fixação da memória. Segundo o autor os registros fotográficos tratam de realidade social e que pode ser de uma época remota, havendo variações nos modos de caracterização dos assuntos retratados, nas tecnologias usadas e nas maneiras de olhar de quem produz a fotografia.

1.2 A noção de fotoetnografia

Achutti

Meus primeiros estudos sobre a noção de fotoetnografia se deram com dois textos: a resenha de Paula de Oliveira Biazus (2006, p. 302) que trata da fotoetnografia produzida por Achutti (1997), e do artigo de Boni e Moreschi (2007, p. 138) que discute

a fotoetnografia do ponto de vista histórico e na pesquisa antropológica, enquanto prática da antropologia visual.

Já a obra de Luiz Eduardo Achutti denominada de *Fotoetnografia: um Estudo de Antropologia Visual sobre o Cotidiano, Lixo e Trabalho* (ACHUTTI, 1997), resultado de sua dissertação de mestrado em Antropologia Social, realizada na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, onde propôs uma narrativa fotográfica autônoma do texto escrito para contar sobre o cotidiano de mulheres trabalhadoras em um galpão de reciclagem em Porto Alegre-RS.

Para Achutti (1997) no processo de fotoetnografia, há a prática da documentação fotográfica, afirmando que: “todo o amplo espectro fotográfico pode ser entendido como um trabalho de documentação da realidade nos seus mais diversos aspectos" (p. 30-31).

Além disso, Achutti sinaliza (1997) que a prática da fotoetnografia e da documentação fotográfica diz respeito à antropologia visual, afirmando a existência da “técnica fotográfica e o seu potencial de registro sociocultural” visando a comunicação visual, que “pressupõe o conhecimento do universo a ser investigado e demanda o respeito pelas determinantes culturais do outro” (p. 37).

Ao desenvolver a fotoetnografia Achutti (1997) propõe duas entradas de leitura, uma pelo texto e outra diretamente pelas imagens, afirmando, assim, a possibilidade de uma escrita fotográfica, enfatizando a capacidade narrativa da fotografia. Dessa maneira, explicitou que os métodos da fotoetnografia possuem duas linguagens e que devem ter uma autonomia entre si para que se aproveite ao máximo seu potencial narrativo.

Na perspectiva de Achutti (1997) a fotoetnografia está para compor uma narrativa fotográfica, e não se deve incluir nenhum texto juntamente com as imagens. As pesquisas de campo e os critérios de análise e de interpretação antropológica permitem que o pesquisador consiga traçar o perfil do grupo estudado:

> (...) consiste em um esforço de análise e de interpretação na busca do recorrente que delineará como singular a cultura de um determinado grupo social. O pesquisador pode lançar mão de várias técnicas de pesquisa no trabalho de campo, o que virá a enriquecer e dar mais profundidade ao estudo etnográfico (ACHUTTI, 1997, p. 64).

Percebe-se que ao conceber a fotoetnografia enquanto pesquisa antropológica, Achutti destaca as imagens fotográficas em posição privilegiada na investigação, e juntas da condição atual do grupo social. Em suma, o pesquisador pode articular o estudo fotoetnográfico para criar subsídios e dados socioculturais, de identificar o grupo social, suas culturas e modos de vida e suas transformações no curso das mudanças da sociedade.

1. 3 Margaret Mead e Bateson

Balinese character: a photographic analysis

A obra *Balinese Character: a photographic analysis* de Margaret Mead e Bateson (1942) é considerada por muitos antropólogos (as) a fundação da antropologia visual, como disciplina e campo de pesquisa; e que contribui para a realização de múltiplas análises e articulações com fotografias, pois oferece uma forma singular que corresponde a elementos de metodologia no tratamento e análise.

Conforme discutido por Samain (2000) o livro *Balinese character: a photographic analysis* (MEAD & BATESON, 1942) é considerado uma obra importante para a fundação da antropologia visual (1942), pois, é uma obra que trata tanto de aspectos teóricos quanto metodológicos, de maneira mais ampla investiga a utilização integrativa da imagem ao discurso antropológico. Ainda segundo o autor tal obra nunca foi superada, pois seus potenciais investigativos ainda são poucos estudados. É singular, pois de maneira exemplar e sistemática, trata da relação do texto e da imagem no campo da antropologia com o duplo registro, o verbal e visual da fotografia.

Balinese Character: a photographic analysis, com autoria de Margaret Mead e Gregory Bateson, foi publicada em 1942 e conta com mais de 700 imagens fotográficas selecionadas de 25 mil. Investiga, portanto, a formação do caráter balinês, especialmente da criança balinesa, explora verbalmente e visualmente por meio de imagens fotográficas, os aspectos sociais e culturais e políticos da comunidade balinesa, isto é, o estilo de vida, os modos de vida no território, o próprio território social balinês, localizado no Oceano Índico da Indonésia:

> Balinese character, deste modo, é a tentativa de explorar, verbal e visualmente, de que modo como uma criança nascida em Bali torna-se uma criança balinesa. Através de comportamentos sociais adquiridos durante sua infância, através de condutas ensinadas pelo seu meio

> cultual, distinguir-se à, para sempre, de uma criança nascida, por exemplo, em Manaus (...) (SAMAIN, 2000, p. 68).

Mead e Bateson (1942) ao produzirem um amplo material fotográfico sobre os balineses, se preocuparam em identificar ou traçar parâmetros para a seleção fotográfica e sistematização, isto é, elaborar dados socioculturais sobre os balineses e seu território. Ou seja, Mead e Bateson identificaram que as fotografias selecionadas previamente expressariam uma interação constante [registros verbais e registros visuais] "os modos e processos de socialização através dos quais uma criança nascida em Bali incorporava a cultura de seu povo e se tornava um balinês" (SAMAIN, 2000, p. 69).

A coleta e reprodução de imagens podem ser de várias maneiras (CAIUBY NOVAES, 2012, p. 11) dentre elas, a coleta de foto da foto original, considerando o olhar e subjetividade tanto do fotógrafo, enquanto autor da imagem, quanto do pesquisador na sua reprodução. De forma breve essa investigação etnográfica também se deu em espaços virtuais, principalmente pela plataforma Facebook, visando analisar o comportamento das pessoas da comunidade no trato de sua memória coletiva no ambiente virtual.

1.4 Formação da coleção etnográfica e uso das imagens nesta dissertação

Após minha saída da comunidade reassentamento sítio Cajá de Itatuba-PB, em outubro de 2004, mantive contato com algumas pessoas que lá permaneceram. Esse contato se dava por meio de telefone ou por facebook. Conversávamos sobre como estava sendo reconstruída a comunidade: alguns movimentos da atuação do MAB e principalmente da condição da escola em ambiente provisório.

Ao cursar a graduação em licenciatura em Ciências Sociais na UFPB, em João Pessoa, surgiu a oportunidade de retornar ao reassentamento em 2016. Esse retorno se deu por meio da prática extensionista da universidade para desenvolver um projeto de extensão e pesquisa na escola do Cajá (BARBOSA, 2017). As ações de extensão na comunidade iniciaram-se em 2016 com o projeto denominado "Educação ambiental crítica: projeto de extensão em uma escola do campo", aprovado pelo edital PROBEX/UFPB[4], e desenvolvido na escola do reassentamento.

[4]O projeto de extensão "Educação ambiental crítica: projeto de extensão em uma escola do campo" foi uma ação extensionista do curso de Ciências Sociais, campus João Pessoa, obteve aprovação pelo edital PROBEX 2016 da UFPB. Teve como coordenadora a professora Dra. Maristela Oliveira de Andrade,

A proposta extensionista se deu por meio de práticas pedagógicas socioambientais que analisaram as questões da comunidade e sua condição de ribeirinho em reassentamento. O percurso do projeto propiciou uma percepção analítica, ao passo que foram coletadas imagens fotográficas antigas trazidas de casa pelos estudantes, totalizando 6.

No percurso final dessa extensão foram encontradas e coletadas mais 4 imagens na página eletrônica do Facebook denominada de "Cajá de Itatuba-PB[5]", a qual acessei em 15 de novembro de 2016, vindo a totalizar 10 imagens antigas da comunidade. Há a hipótese de que a autoria das imagens antigas é do Marcos fotógrafo, um morador da comunidade, que prestava serviços fotográficos.

Quanto à prática extensionista (PROBEX, 2016) na escola da comunidade, a finalidade da coleta das imagens foi para discutir, por meio de oficinas, as mudanças ocorridas na comunidade e sua questão, a de atingida por barragem. Esse comunicado foi realizado previamente aos colaboradores do projeto de extensão, que foi a comunidade escolar do Cajá.

Já em 2018 retornamos à comunidade por meio do projeto de extensão denominado "Educação patrimonial, imagem e memória: em busca de registros fotográficos de comunidade ribeirinha atingida por barragem no município de Itatuba-PB", aprovado pelo edital "UFPB no seu Município[6]". Esta ação foi desenvolvida na escola da comunidade por meio de oficinas; em uma delas houve a coleta de apenas quatro (4) imagens antigas e, fora da escola, a coleta de maior número de imagens, em torno de 17, totalizando 21 (PROGRAMA UFPB NO SEU MUNICÍPIO, 2018).

Nessa oficina, a coleta das imagens se deu pela foto da foto por meio da câmera de aparelho celular. Também foram apresentadas discussões sobre educação

---

colaborador Prof. Dr. Gustavo Ferreira da Costa Lima, ambos do departamento de ciências sociais da mesma instituição; e como bolsistas Givanilton de A. Barbosa e Vivenia Souza e, Daniele Leandro, de forma voluntária.

[5] Cajá de Itatuba-PB. In.: fan-page criada no facebook. Disponível em <https://www.facebook.com/caja.de.itatuba.pb> acessada em: 15 de novembro de 2016.

[6] O projeto de extensão "Educação patrimonial, imagem e memória: em busca de registros fotográficos de comunidade ribeirinha atingida por barragem no município de Itatuba-PB" foi uma ação extensionista do curso de Antropologia, campus CCAE, a qual obteve aprovação pelo "Programa UFPB no seu município" no edital de 2018. Contou com a coordenação do Professor Dr. João Martinho Braga de Mendonça e colaboração da Professora Dra. Maristela Oliveira de Andrade, e como bolsista, Givanilton de A. Barbosa.

patrimonial, a fim de registrar as imagens do patrimônio cultural material e imaterial da comunidade ribeirinha.

Diante do resultado da coleta de imagens em sala de aula tomei uma nova direção na execução do projeto. Realizei contatos por meio de uma rede social (facebook) com José Claudio e Ivanize Bezerra; ambos residiram na comunidade e estão atualmente na zona urbana de Itatuba-PB. Esse contato verificaria se os mesmos teriam imagens antigas do Cajá em seus arquivos pessoais, dada sua importância. Logo os interlocutores se disponibilizaram para tirar fotos de suas fotos originais e me enviaram via facebook, que totalizaram 13 fotografias.

Em 2019[7], por meio da terceira ação de extensão denominada "À luz da antropologia: fotoetnografia em um reassentamento de atingidos por barragem no agreste paraibano", aprovada pelo edital PROBEX/UFPB, resultou em reuniões de estudos e análises, e ao longo do dia 28 de setembro de 2019, foi desenvolvido um trabalho fotográfico na comunidade, para identificar as condições materiais e imateriais, e para criar dados socioculturais sobre as pessoas do reassentamento nas 3 vilas. Foi gerada uma coleção contendo em média 1000 fotografias (PROBEX, 2019).

Já em 2020, com uma nova versão da prática extensionista, o projeto "O uso da fotoetnografia numa plataforma digital: memórias de um reassentamento de atingidos por barragem no agreste paraibano[8]", foram desenvolvidas análises mais aprofundadas das imagens produzidas em 2019. Devido à pandemia covid-19, as atividades dessa prática extensionista, estudos e análises, foram realizadas por meio de reuniões síncronas e assíncronas, com o uso da plataforma Google Meet, bem como as reuniões remotas com a análise de fotografias.

---

[7] Projeto denominado de "À luz da antropologia: fotoetnografia em um reassentamento de atingidos por barragem no agreste paraibano" do curso de Antropologia, campus CCAE. Obteve aprovação pelo edital 2019 do Probex, da UFPB. A equipe foi composta pelos professores e coordenador do projeto João Martinho Braga de Mendonça, Professora Maristela Oliveira de Andrade, o bolsista Silvano Abade e os voluntários Givanilton de Araújo Barbosa, Glauco Machado e Melba Godoy.

[8] O projeto de extensão "O uso da fotoetnografia numa plataforma digital: memórias de um reassentamento de atingidos por barragem no agreste paraibano" foi uma versão extensionista do curso de Antropologia, campus CCAE/UFPB, que obteve aprovação no edital PROBEX 2020. Foi coordenado pela Profa. Dra. Lara Santos de Amorim, e teve como colaboradores o professor João Martinho, Professora Maristela Andrade, o bolsista Bernardo Tavares, e os voluntários Givanilton de A. Barbosa, Grauco Machado, Melba Godoy e Silvano Abade.

O resultado dessa prática extensionista remota (PROBEX, 2020) gerou uma coleção fotográfica de cerca 190 imagens, dividida em categorias (práticas tradicionais, futebol na comunidade, calçamento e outras) de modo a identificar visualmente o reassentamento, como também a construção de uma plataforma digital de domínio público para dar visibilidade à comunidade.

Em suma, vale destacar o papel fundamental da fotografia para identificar e documentar o território socialmente construído, bem como apontar o cotidiano das pessoas, reforçando a importância da imagem enquanto documentação da memória local, neste caso, os atingidos por barragem.

1.5 Sequência fotográfica

Ao identificar o campo da antropologia visual que permite pensar e criar diversas formas de organização de imagens para resultar na etnografia, nesta dissertação fiz uso de sequências de fotografias com legendas, concebidas como breves comentários descritivos ou analíticos a respeito da memória coletiva local, no trato de mudanças sociais e das políticas públicas sociais.

Dessa maneira, ao partir da noção de "fotoetnografia" de Achutti (1997) decidi, entretanto, por manter associações contínuas e complementares entre textos e imagens. Procuro, nesse sentido, fazer uma combinação dos modos de "análise fotográfica" utilizados por Mead e Bateson nas pranchas de *Balinese character* (1942) com as noções de "séries" e de "sequências" fotográficas exploradas por Howard Becker (2010), ao tratar da relação entre imagens e legendas. Elaboramos, pois, um modelo sequencial de apresentação de imagens, sem uso de pranchas, que acompanha em geral a cronologia histórica da comunidade, tanto quanto a argumentação textual desenvolvida.

Becker (2010) procura analisar agrupamentos de fotografias documentais, em livros de fotógrafos, a partir da noção de montagem (tomada do cinema de Sergei Eisenstein) Para tanto menciona Trachtenberg, para quem "cada fotografia revela uma ligação com a próxima, uma insinuação ou germe de uma imagem antitética a se seguir" (p. 48). Mesmo que o papel das legendas seja indicar relações entre os diferentes elementos da imagem e, em certa medida, conduzir as possibilidades de interpretação dadas ao leitor, uma série de fotografias organizada cronologicamente, entre textos e legendas, implica também num outro plano, imagético, de relações entre estas imagens:

> Isto é, a imagem a que uma imagem sucede, e a imagem que ela precede, e aquelas ainda mais afastadas na sequência de fotografias que o observador vê – Todas essas imagens condicionam nossa compreensão da fotografia que estamos olhando neste instante. De fato, cada imagem influencia nossa compreensão de todas as outras (BECKER, 2010, p. 48).

Entendemos, assim, que as imagens apresentadas e analisadas ou descritas, tanto no corpo do texto como nas legendas respectivas de cada fotografia, ampliam nossa compreensão dos assuntos na medida em que contribuem à visualização das experiências e memórias abordadas. As imagens permitem ainda ao leitor outras aberturas, para um campo imaginário e simbólico, ainda além dos significados indicados pelo texto. Na dupla perspectiva do verbal e do visual, o Sítio do Cajá e suas "imagens-lembranças" constituem, portanto, partes efetivas da dissertação elaborada.

1.6 A memória ribeirinha em fotografias: lugares de lembranças e histórias de vida

Ao analisar as imagens realizo o exercício de lembrar minhas vivências da época em que morei no sítio Cajá de Itatuba - PB, onde permaneci até meus 17 anos de idade. Com base nisso, procurei reunir o máximo de lembranças que permitissem identificar dados socioculturais através de relatos orais meus e de outras famílias sobre o período vivido no antigo local ribeirinho junto do rio.

Ao escrever um pouco sobre minha trajetória, também aproveito para falar sobre a trajetória de minha família, de quando e como morávamos na antiga localidade e também em reassentamento na vila e consequentemente após a implantação da barragem de Acauã, que resultou na nossa saída da comunidade. No percurso autoetnográfico, escrevi um pouco sobre a trajetória e saída de minha família do Cajá em 2004, do caminho feito em busca de trabalho e renda e da conquista da nova moradia onde reside atualmente.

Por conseguinte, lá no antigo sítio Cajá sempre trabalhamos na agricultura com atividades agrícolas em pequenos roçados de plantação de milho e feijão principalmente, havia também a nossa pequena criação de animais que eram umas seis ovelhas e carneiros e uma pequena criação de galinhas. Já meu pai comercializava animais como burros e cavalos, carneiros ovelhas bodes e cabras na localidade e região, também prestava serviços de vaqueiro.

Ao conversar com minha mãe Lucineide Maria de Araújo Barbosa (Neide de Maria Mendonça) e meu pai José Gilvando Barbosa (Vando de Biu de Lúcio) consegui

reunir um conjunto de relatos orais que permitiu identificar um pouco de nossas Histórias de vidas e de outras famílias.

> Outro aspecto fundamental da história de vida é ser ela uma técnica cuja aplicação demanda longo tempo. Não é em uma ou duas entrevistas que se esgota o que um informante pode contar de si mesmo, tanto mais que a duração delas é limitada devido ao cansaço. Além de exigir muitos encontros com o narrador, também deve-se contar quanto levam os relatos para serem transcritos (QUEIROZ, 1988, p. 20).

Dessa maneira, aproveito para apresentar a minha família e alguns aspectos relacionados aos vínculos com o sítio Cajá de Itatuba. Em suma, sou filho de Lucineide Maria de Araújo Barbosa (51 anos de idade) e José Gilvando Barbosa (53 anos de idade), ambos agricultores. Tenho uma irmã e um irmão: Leidiane de Araújo Barbosa (30 anos de idade), casada e não tem filhos, e Lenildo de Araújo Barbosa (28 anos de idade); casou-se aos 17 anos de idade, e tem uma filha, a Luana (9 anos de idade). Segundo minha mãe, nasci no hospital Mariana, na cidade de Campina Grande-PB, por volta das 15:00 horas, do dia 21 de dezembro de 1986.

Nada obstante, visitei minha mãe e meu pai duas vezes durante o ano de 2020 nos meses de junho e dezembro, na atual moradia localizada no sítio Pindobal zona rural do município de Alhandra, litoral sul do Estado da Paraíba. Nesses dois períodos de minha estadia se deram por três dias cada, aproveitei o horário da noite por volta das 19h. no momento em que estávamos sentados no sofá na sala de casa assistindo um telejornal, ao acessar o controle diminui o volume da TV, logo falei que eu gostaria de escrever um pouco sobre suas infâncias e adolescências, seus pais e mães e avós e outros parentes, como também em que trabalhavam no antigo sítio Cajá de Itatuba-PB.

Ao passo que iam respondendo de forma demorada e a partir de minha insistência de querer saber este passado fui escrevendo seus relatos num caderno. Ao longo daquele ano também realizei conversas pelo aplicativo WhatsApp com minha mãe sobre histórias de vida, no mesmo tempo perguntando como foram suas vivências e lembranças de escola e de sua mãe e pai e de lembranças de outras pessoas que conviviam na comunidade.

Nas conversas pude reunir características que permitiram entender um pouco de suas histórias de vida: em que trabalhavam o que tinham de bens materiais e propriedades, de onde vieram como se estabeleceram nas terras na beira do rio do Cajá. Ao digitar todas as conversas e relatos orais apresentados ao longo dos capítulos

procuro ser fiel, respeitando a linguagem coloquial das pessoas. Minha mãe fala que eu só fiz nascer em Campina Grande:

> Eu fui só ganhar tu em Campina Grande, porque a maternidade de Itatuba era ruim demais, quando ganhei tu, logo voltei pro Cajá, a gente morava na casa da Camará. Tu quando era novinho com 1 ano e meio, mais ou menos, tu adoecesse que quase morria. A gente saia a pé pra Itatuba pra fazer consulta com Dr. Renato, ele passava só dipirona e nada de tu melhorar. Tu teve uma doença que teu pescoço ficou ferido, e essa ferida rodeou teu pescoço. Os mais velhos falam que se essa doença ferida rodear todo o pescoço a criança morre. Tu melhorou com banho de sumo de hortelã, colocava na ferida tu chorava tanto. Uma vez eu fui pra Itatuba com tu morrendo de chorar, me indicaram que comprasse um remédio na farmácia e comprei, tu tomou e melhorou. (Neide, filha de Maria Mendonça, 22 de março de 2021).

Ao viver em uma comunidade pequena onde todos se conhecem, passamos a conviver diariamente observando e aprendendo alguns modos de vida local, e ao mesmo tempo, reproduzindo o que aprendemos dentro do próprio grupo social. Portanto, é a partir dessa convivência que também passamos a identificar o que as pessoas fazem em que trabalham e como vivem. Hoje restam minhas lembranças da localidade e das pessoas que permaneceram vivendo nela.

Ao longo desta pesquisa, aconteceram momentos importantes que vem permitindo de forma processual a identificação da comunidade, ou seja, através de histórias de vida partindo da própria autoetnografia com minha família e ao conversar com Biu de Chiqui em outubro de 2020 pela plataforma digital facebook, onde pudemos iniciar um levantamento de como o Cajá começou a ganhar infraestrutura principalmente a partir de 1960.

Por conseguinte, um dado importante foi destacado por Biu de Chiquim, os períodos aproximados de construções de equipamentos públicos na localidade. Outra que, suas lembranças logo me motivaram a pensar sobre como se deu a formação do centro da comunidade, com as grandes casas, onde algumas delas se diferenciavam em virtude de suas paredes altas e de sua própria arquitetura.

Em consequência disso, logo me recordo da casa de João Bolinha, os galpões de armazéns e mercearia de Severino Taurino, a casa com varanda onde morava Fernando Ferreira [In memorian] e Anelita, a propriedade de dona Luza, a casa de dona Etelvina e seo Zé do Galo [In memorian], Seu Bila, dona Rita Novo [In memorian],

Chico Bezerra e Lindalva, Manoel Bezerra, Seu João Moco e dona Mocinha, os casarões e a casa de dona Narsinha e outras. Por exemplo, a imagem a seguir corresponde ao centro da comunidade, no período de seu registro não havia a praça, mas já havia o posto telefônico e o grupo escolar Estadual Joaquim Francisco de Andrade Lima.

Figura 1: O antigo Cajá sem a praça. Da esquerda para a direita aparece a igreja católica, o posto telefônico da estatal telecomunicações da Paraíba S/A (TELPA), poço artesiano com um cata-vento, grupo escolar Joaquim Francisco de Andrade Lima e o muro de alvenaria no entorno desses equipamentos públicos. **Fonte:** Coleção etnográfica do projeto de extensão Programa UFPB no seu município, 2018. Autoria: Foto coleta com Danielle Araújo da Silva, esposa de Marcos fotógrafo, [foto da foto]. Imagem registrada a partir de 1985.

O Rio Paraibinha

Costumo afirmar que a identidade social e cultural da comunidade girava em torno do rio Paraibinha, onde o rio era principal referência para as atividades agricolas, criação de animais, sociais e políticas. O sítio Cajá se constituia nas ribeiras do rio, onde estava em seu percurso o centro da comunidade: casas, pequenas propriedades rurais de criação de gado de leite, muitos coqueiros, agricultura familiar na beira do rio, plantações de palmas, vias públicas sem calçamento e equipamentos públicos como três escolas posto de saúde, lavanderia e a praça com televisão.

Nada obstante, o rio Paraibinha é um afluente que constitui a bacia hidrográfica do Rio Paraíba, sua área territorial delimita os municípios de Itatuba e Aroeiras, ambos

do Estado da Paraíba. Conforme os períodos de chuva o rio se tornava perene, como também havia, de forma mais acentuada, o desenvolvimento de atividades produtivas pela agricultura e criação de animais. Entendo que este rio é também um território simbólico, social, cultural e político, pois, permite evidenciar a realidade da comunidade vinculada ao ambiente ribeirinho, logo que confirmado por parte dos moradores os pequenos agricultores da época.

Durante a maior parte do tempo o rio ficava seco, permanecia perene apenas nos pequenos períodos chuvosos ao receber águas de outras regiões. Já no período de estiagem, que era na maior parte do ano, agricultores e criadores de animais faziam em seu leito construção de “cacimbas”, uma espécie de prática de cavar a areia para fazer buracos ou poços para minar a água, contudo, essas águas possuiam alto teor de sal.

Nada obstante, por mais que esse rio possuisse a água salgada no período de longa estiagem, ela era usada para consumo pelos animais e em atividades domésticas, visto que havia uma diversidade produtiva na criação de gado de leite, porcos, ovelhas. Todavia, não identifiquei a prática da irrigação canalizada para o cultivo da agricultura na beira do rio.

Nos pequenos períodos chuvosos em que o rio concebia suas “cheias”, isto é, grandes quantidades de águas de outros regiões, principalmente do riacho de bodocongó, localizado em Campina Grande, e que deságua na cabeceira do rio, havia concomitantemente a chegada de peixes. Nesse momento, ao passo que o rio ficava perene, por alguns dias havia a prática da pesca manual com equipamentos artesanais como gererés e tarrafas, esta última para lugares onde ocorria maior concentração de água em poços.

Figura 2. Leito do Rio Paraibinha com os coqueirais. É um afluente da bacia hidrográfica do rio Paraíba, percurso onde se localizava a comunidade sítio Cajá, Município de Itatuba - PB. No período chuvoso, o rio ficava perene e havia a circulação de peixes, a prática da pesca com gererés e tarrafas. **Fonte:** Coleção etnográfica PROBEX, 2016. Foto coletada da Página Cajá de Itatuba, facebook [autoria não informada]. Imagem registrada por volta de 1998.

A região ribeirinha era bastante rica em arborização e nos períodos de chuva propiciavam de forma mais acentuada o trabalho com a agricultura familiar, criação de aves e animais para consumo. No percurso do rio, tanto de um lado quanto do outro, havia a presença social de moradias de famílias e de pequenas fazendas, nessas propriedades havia a plantação de coqueiros e tantas outras atividades produtivas, agrícolas e criação de animais como gado de leite, aves, ovinos e outras.

A agricultura desenvolvida nas propriedades era bastante diversificada; havia pequenos roçados de milho, feijão e jerimuns. Plantações de capim e do cultivo de palmas tanto a raquete quanto a doce, que servia para alimentar pequenas criações de animais. Havia agricultores que cultivavam partidos de palmas para vender a outros agricultores como forma de renda.

Os coqueiros

O que chamou minha atenção nas fotografias antigas foi a presença de coqueiros dos dois lados do rio, principalmente onde existia a presença da comunidade. Não consegui identificar quem plantou e quando foi plantado, mas pela quantidade de coqueiros e pela altura dos mesmos, estima-se que essa plantação passe a existir juntamente com a fundação da comunidade, com a chegada dos primeiros moradores na

localidade e com o início da produção agrícola pelos moradores que eram agricultores e criadores de animais.

A plantação de coqueiros não aconteceu por acaso, é resultado de intervenção das pessoas da comunidade, na qual o terreno era propício às atividades agrícolas, e notadamente, ao cultivo dos coqueiros pela presença de água no subsolo, tendo em vista relação com a água necessária para todo e qualquer cultivo, e não por acaso, o cultivo próximo aos rios faz parte das mais antigas e conhecidas sociedades.

Sobre o coco e seus derivados havia a presença dos coqueiros ao longo do rio, atividade considerada importante na localidade, principalmente em propriedades rurais em que os proprietários que eram agricultores cultivavam fazendo limpezas e remoção de palhas secas para dar lugar à produção da flor e, consequentemente, os “cachos” de cocos.

Em alguns períodos havia a coleta de cocos verdes e secos, principalmente este último. A maioria dos coqueirais eram em propriedades privadas, quando o proprietário da terra não fazia a coleta do fruto, havia outros moradores que pediam para coletar o produto para consumo. A coleta do fruto era usada para produzir alimentos e para a produção de seus derivados como o leite de coco, a cocada, o peixe de coco.

Lembro que quando eu fazia a coleta de uns 10 cocos descascava-os e consumia sua poupa com rapadura após o almoço, ou por volta das 15h, como lanche da tarde. Essa prática era bastante comum para as pessoas da comunidade. Já a cocada era um alimento comum na localidade, feita pelas pessoas tanto para consumo próprio quanto para vender por unidade às pessoas da própria comunidade.

Figura 3: A comunidade na beira do rio. Atividades agrícolas produzidas na beira do rio: coqueiros, pequenos roçados de milho, feijão, batata, palma, forrageira para alimentação de animais. **Fonte:** Coleção etnográfica do projeto de extensão Programa UFPB no seu município, 2018. Foto da foto coletada com Danielle Silva e Marcos fotógrafo. Imagem registrada por volta de 1998.

Figura 4: Vista dos dois lados da comunidade: o rio no meio e os coqueirais e muita vegetação. As duas grandes casas eram de dona Etelvina, seu Zé do Galo e seu filho

Ernande Silva. **Fonte:** Coleção etnográfica do projeto de extensão Programa UFPB no seu município, 2018. Autoria: Marcos fotógrafo. Imagem registrada por volta de 1998.

Terras agricultáveis na beira do rio

As terras localizadas no percurso do rio eram bastante agricultáveis, nos períodos chuvosos principalmente, os pequenos agricultores passavam a desenvolver suas atividades agrícolas tanto para consumo familiar quanto para alimentar seus animais. As principais atividades agrícolas eram o cultivo de milho, feijão, abóboras/jerimuns, plantações de capim, palmas para alimentar animais e outras. Uma vez ou outra o agricultor que tinha a terra mais produtiva, próxima do rio, tentava cultivar pequenas plantações de batatas, inhames, macaxeira, mandioca, embora não fossem comuns essas atividades na localidade.

Por mais que o Sítio Cajá se localizasse na beira do rio, considerando as terras produtivas, algumas atividades eram bastante limitadas, embora existisse o potencial para desenvolver melhor a agricultura, como plantações de batatas, inhames, macaxeira, mandioca e fruteiras por meio da irrigação. No meu entendimento a baixa produtividade agrícola nas áreas férteis se dava pela ausência de políticas públicas sociais voltadas para incentivar e atender a demanda local, uma delas, por exemplo, uma política de crédito para a agricultura irrigada através de poços artesianos que poderia ser fundados na beira do rio e da criação desse sistema de irrigação. Mas, com a produção agrícola da época foi suficiente para a conquista de uma associação dos agricultores e produtores rurais em 1989.

O centro e os altos

No sítio Cajá ribeirinho existia o centro onde se concentravam os principais equipamentos públicos como praça, posto de saúde, três prédios de escolas públicas, cemitério e posto telefônico. Havia também as iniciativas privadas, que eram os pequenos comércios, entre eles, a mercearia de Biu de Taurino, que era a maior da comunidade, onde vendia quase tudo que precisávamos.

Já a pequena mercearia de Seo Bila que se localizada bem próxima do rio, lembro que vendia gás ou querosene para uso doméstico de candeeiros, onde fui algumas vezes comprar o gás para uso no candeeiro antes da chegada da energia elétrica no lugarejo bancária que eu morava, o gás e candeeiro foi um uso comum pelas

famílias, outra era a venda ou mercearia de Biu de Taurino e seus galpões localizados no centro do Cajá este último lembro que acomodava balanças e produção agrícola de algodão nos períodos de safra, o cultivo do algodão também foi um período importante para a economia local, havia também o comércio de Manoel de Dodô no estilo de um bar, no qual vendia bebidas alcoólicas, mas também galinha de granja, mortadela, bolachas, pirulitos, chicletes, pipocas.

Havia as partes mais altas da comunidade, onde cada morador morava em sua pequena propriedade resultante de herança, cerca de uma ou duas hectares de terra, onde a relação de vizinhança mantinha um distanciamento com mais ou menos 1 km. As famílias moravam em sequência de casas em uma mesma propriedade, onde a relação de vizinhança era mais próxima.

Lembro que a maioria desses moradores que residia em suas pequenas propriedades eram pequenos agricultores, alguns aposentados e outros com seus roçados; criavam animais e aves para consumo ou para venda para compor sua renda. Também trabalhavam por diárias, prestando serviços em propriedades rurais maiores.

Figura 5: O centro e o alto da antiga comunidade Cajá na beira do rio, imagem registrada num período de chuva. Atividades agrícolas em pequenos roçados na beira do rio e os coqueiros. **Fonte:** Coleção etnográfica do projeto de extensão Programa UFPB no seu município, 2018. Foto da foto coletada com Danielle Silva e Marcos fotógrafo. Imagem registrada por volta de 1998.

Figura 6: O centro e o alto do antigo Cajá na beira do rio, imagem registrada num período de longa estiagem. Na parte baixa ficavam as casas, escola, posto de saúde. Já no alto observamos sequências de moradias e a rua ao meio. **Fonte:** Coleção etnográfica do projeto de extensão Programa UFPB no seu município, 2018. Foto da foto coletada com Danielle Silva e Marcos fotógrafo. Imagem registrada por volta de 1997.

Figura 7: Visão ampla da comunidade demonstrando sua configuração territorial. O centro e o alto da comunidade na beira do rio. **Fonte:** Coleção etnográfica do projeto de extensão Programa UFPB no seu município, 2018. Foto da foto coletada com Danielle Silva e Marcos fotógrafo. Imagem registrada por volta de 1998.

Figura 8: O alto do outro lado do rio. O distanciamento de cada moradia com sua propriedade de terra que era cercada com cercas de arames pelos moradores para criar animais e cultivar pequenos roçados. O rio ao meio. **Fonte:** Coleção etnográfica do projeto de extensão Programa UFPB no seu município, 2018. Foto da foto coletada com Danielle Silva e Marcos fotógrafo. Imagem registrada por volta de 1998.

A associação dos agricultores

Conforme apresentado por Barbosa (2017, pp. 39-40) um dos equipamentos públicos importantes conquistados pela comunidade de sítio Cajá de Itatuba - PB foi a associação de produtores rurais, reunindo um grupo de agricultores (as), trabalhadores (as) rurais da localidade ribeirinha para a organização da produção agrícola local. Foi contemplada com um maquinário de um moinho de milho, cadastro com CNPJ e construção de seu galpão, além de registro no Ministério da Fazenda, fundada em 21 de fevereiro de 1989. Naquele momento teve como o primeiro Presidente o Severino Francisco de Araújo, o seo Biu de Chiquim [In memoriam].

De acordo com o Estatuto da associação de Cajá de Itatuba – Estado da Paraíba, de sua constituição e prerrogativas da associação dos pequenos produtores rurais de Cajá de Itatuba - PB (APPRC, 1989, p.1), em especial do capítulo 1, destaco o Art. 1º afirmando que é constituída para fins de estudo, coordenação e execução de projetos, para o estímulo ao desenvolvimento socioeconômico e representação da comunidade associada local, sem fins lucrativos; já o seu Art. 2º, das prerrogativas da associação tem por objetivo:

> a) estimular e promover a produção agropecuária e artesanal, bem como sua comercialização; b) representar perante as autoridades

> administrativas e judiciárias os interesses gerais da comunidade associada; c) celebrar convênios com as instituições públicas e privadas, de interesse socioeconômico; d) eleger ou designar os representantes da Associação, na forma do estatuto; e) promover o interesse cooperativista com e entre os associados (APPRC, 1989, p.1).

Uma das finalidades da associação na localidade ribeirinha foi de reunir e associar os agricultores e as agricultoras que cultivavam a agricultura familiar para a organização de sua produção agrícola, especialmente de milho. Já o maquinário do moinho era destinado para produzir derivados do milho conforme os associados disponibilizavam sua produção na associação.

Ao ter acesso à ata de reunião de fundação da Associação dos produtores rurais de sítio Cajá de Itatuba-PB identifiquei que ela foi fundada em 1989, e na época teve a colaboração do ex-prefeito da época Dr. Renato Lacerda Martins e do secretário de administração José Ronaldo [ex-prefeito de Itatuba-PB] articulando as ações da implantação da associação no sítio Cajá.

Ao longo das articulações da prefeitura de Itatuba - PB com a empresa de assistência técnica e de extensão rural (EMATER-PB), num escritório era localizado no município de Itabaiana – PB, foram apresentadas justificativas acerca da importância da comunidade ter uma associação dos agricultores do Cajá, uma delas se deu para a organização da produção agrícola local, pois naquele momento existiam bastantes áreas agricultáveis principalmente de milho.

O resultado foi a conquista da institucionalização dos associados, deste modo foi possível obter a data de fundação da associação e cadastro do CNPJ, no Ministério da Fazenda [atualmente o ministério da economia], bem como a constituição de seu estatuto. Na época de sua fundação a associação foi contemplada por um maquinário de moinho de milho.

Ao ter acesso a documentação da associação verifiquei que a instituição possui em média de 55 a 60 famílias cadastradas associadas, quando a associação estava em seu devido funcionamento, e localizada no sítio Cajá ribeirinho, junto ao rio.

Figura 9: À esquerda, a casa de Seu João Moco [In memoriam], no meio o grupo escolar José Bezerra de Lima [onde estudei da 2ª série até a 4ª série], e à direita, o galpão da associação dos pequenos produtores rurais de Cajá, fundada em 1989. Roçados de milho na beira do rio. **Fonte:** Coleção etnográfica do projeto de extensão Programa UFPB no seu município, 2018. Foto da foto coletada com Daniele Silva e Marcos fotógrafo. Imagem registrada por volta de 1998.

Os agricultores plantavam milho e lucravam bastante, e o excedente era direcionado ao moinho da associação para a produção de derivados como farelo, xerém e fubá. Havia também a venda dos alimentos de milho que eram produzidos pelo maquinário do moinho, onde agricultores também compravam para alimentar suas criações de animais.

A associação consistia em um galpão branco contendo um maquinário de um moinho de milho para a produção de seus derivados, como fubá ou farinha de milho para consumo pelas famílias. Xerém é a trituração do milho em menores grãos e a fabricação de farelo, um granulado de milho triturado; a farinha dele serve para alimentação de animais. Nesse espaço também havia parte de armazenamento dos produtos produzidos e sua troca pela matéria-prima para ser processada.

Na época da comunidade junto ao rio muitas atividades agrícolas eram cultivadas próximas de seu leito, como por exemplo, plantações de capim para alimentação do gado, ovinos, suínos, pequenos cercados para gado de leite, como também pequenas plantações, principalmente de milho e leguminosas, raízes, jerimuns, quiabo, maxixe, entre outros, alimentos que faziam parte do consumo das pessoas.

A criação de animais

A criação de animais e aves era bastante diversificada, vacas de leite que se produção bastante queijo tanto para consumo quanto para a comercialização nos pequenos comércios da área urbana, por exemplo, me recordo de Pedro filho de Severino Candido e sua família o próprio Severino Candido suas filhas e filhos que era bastante produtivo na criação de gado, e na plantação de partidos de palmas para alimentar os animais e no cultivo de roçados de milho.

Havia a prática da criação de ovelhas e carneiros bodes e cabras por muitas famílias, criações de galinhas e produção de ovos e outras aves. Também havia a criação de porcos, uma das criações que era bastante produzida por muitas famílias, uma delas era a família de seo Nino que criava porcos de forma caseira, em alguns períodos ao longo do ano havia a comercialização da carne desses porcos com as famílias da comunidade. Por exemplo, a suinocultura era praticada por muitas famílias que criavam porcos em suas pequenas propriedades, construíam chiqueiros de vara de marmeleiros e passavam a adquirir os animais pequenos. Quando os porcos estavam adultos, eram abatidos e sua carne era vendida a outras famílias da comunidade.

Existia também a criação de muitas ovelhas, carneiros, cabras, bodes, tanto para venda quanto para o abate às pessoas da própria comunidade. Já o gado de leite, principalmente, era dedicado para a produção de leite e queijos, também fontes de renda. As criações de aves eram bastante significativas na localidade, principalmente a criação de galinhas/frangos para venda e consumo da família, outra fonte de renda.

O antigo sítio Cajá era privilegiado por estar situado junto ao rio e com proporções consideráveis de terrenos propícios para a criação de diversas espécies de animais. Em resumo a criação de animais e aves se desenvolvia de acordo com os recursos materiais e econômicos de cada família, consistia numa noção da agricultura familiar.

Os equipamentos públicos

No centro da comunidade havia os principais equipamentos públicos que começou a ser construído a partir de 1960, que se intensificou a partir do final da década de 1980, como o cemitério e igreja católica, grupo escolar José Bezerra de Lima que ficava ao lado da instalação do galpão da associação, posto telefônico, praça com

televisão, o grupo escolar que ficava ao lado da praça e um grupo escolar que se localizava na terra de Joaquim Liar do lado de Aroeiras-PB próxima do rio. O grupo escolar Estadual Joaquim Francisco de Andrade Lima ficava localizado ao lado da praça, era um grupo escolar do Estado que teve suas atividades educacionais encerradas no início da década de 1990.

Lembro que esse grupo escolar Estadual Joaquim Francisco de Andrade Lima vivia abandonado sem atividade alguma, mesmo sua localização sendo privilegiada lembro também que suas atividades escolares funcionaram por períodos intermitentes, inclusive cheguei a estudar um pequeno período da primeira e segunda série nele por volta de 1997, enquanto o grupo escolar municipal passava por uma pequena reforma, em seguida as atividades escolares foram transferidas para o grupo escolar municipal José Bezerra de Lima.

O grupo escolar municipal de ensino fundamental José Bezerra de Lima era da prefeitura municipal de Itatuba - PB, no qual estudei até a quarta série, se localizava entre a casa de seu João Moco e a associação dos agricultores; já o terceiro grupo escolar se localizava na terra de Joaquim Liar, da prefeitura municipal de Aroeiras, onde tive o primeiro contato com a educação escolar. Cursei um curto período de minha alfabetização escolar com a Professora Dona Inês esposa de Manoel Carias, no ano de 1996. Naquele período fui praticamente alfabetizado em casa, onde aprendi a desenhar as primeiras letras e escrever as primeiras palavras através de minha mãe e minha tia Deta.

Próximo à praça também se localizava o posto de saúde. Lembro de várias vezes tomar vacina lá, e que o local tinha como funcionária dona Maria Nunes. Já o poço artesiano existia ao lado do posto telefônico; o mesmo foi substituído pela construção de uma lavanderia com uma caixa d’água, 2 banheiros e espaços divididos com tanques para as mulheres lavarem roupas.

A lavanderia foi construída pela prefeitura municipal de Itatuba, como um espaço de uso coletivo. A hipótese principal para a construção da lavanderia foi de que muitas mulheres se deslocavam toda semana ou quinzenalmente para lavarem roupas nas pedras do rio Paraíba, prática bastante comum nos períodos de longa estiagem.

Lembro que, mesmo com a boa vontade da gestão pública municipal ter realizado a construção da lavanderia para uso coletivo, com todas as instalações

adequadas, quase não foi usada pelas pessoas da comunidade, e poucas vezes sua caixa d'água foi abastecida por carro pipa. As mulheres continuaram lavando roupas nas pedras do rio Paraíba.

Nos espaços do centro da comunidade também havia os comerciantes com mercearia, como por exemplo, a família dos Taurinos. O conhecido Biu de Taurino foi herdeiro e proprietário de uma mercearia, com seus armazéns ou depósitos e garagens. Biu de Taurino foi um proprietário de terras da localidade, criava gado de leite e de corte, e cultivava plantações de algodão em época que essa atividade foi bastante produtiva na região, por volta das décadas de 1980 e início de 1990. Biu de Taurino, como era conhecido, foi vereador do cajá, posteriormente, seus filhos Mica e Diri também foram vereadores do Cajá antigo, durante a década de 90.

A praça, a televisão e as novelas da noite

Ao conversar por telefone com Neide de Maria Mendonça, em março de 2021, pergunto sobre suas lembranças das famílias que tinham televisão no antigo Cajá:

> Nilton, eu lembro que início de 1990, já tinha energia ali no centro do Cajá, ali por Biu de Taurino subindo. Teve gente que tinha televisão preto e branco, muita gente se juntava à noite na casa dos outros que tinham televisão pra assistir as novelas de noite. O povo só vivia trabalhando, aí à noite descia pra ribeira; a gente ia lá pra nensinha, dia de domingo de tarde, a gente descia, ia lá em Doura, chegava lá tava o programa domingão do Faustão, tinha televisão lá em dona nazinha. Era pouca gente que tinha televisão, que também foram as primeiras a ter televisão preto e branco: Biu de Taurino e Quitéria, João Bolinha e Bete, Doura, Lindalva, Dona Mocinha e Seu João Moco, Dona Rita Novo, Dona Nazinha, João Novo e Nenzinha, Maria Nunes, Dona Luza, a mãe de Josinaldo de Mariinha (Relato de Neide de Maria Mendonça, 26 de março de 2021).

De forma resumida, o espaço central da antiga localidade consistia nos equipamentos públicos e as moradias de Biu de Taurino e seus armazéns a casa de seu o Seu Taurino, e do outro lado havia uma sequência de moradias de famílias de pequenos agricultores e criadores de animais. Ao meio havia a praça, nesse espaço se constituíam a sociabilidade como também espaço recreativo da comunidade durante a semana, principalmente à noite.

As famílias se deslocavam para as atividades de celebração da igreja católica, ao finalizar as cerimônias religiosas, muitas famílias iam para os bancos da praça e

ficavam conversando. É lembrado que cada família residia uma distante da outra, os horários das novelas da noite eram usados para assistir conversar, na verdade eram momentos de lazer e sociabilidade que aconteciam tanto na praça quanto nas calçadas de outras famílias que ali moravam e tinham televisão, como ocorria na casa João Bolinha e Bete [In memoriam], na casa de Dora, na casa de João Novo e Nensinha.

Ao conversar com Severino Francisco de Araújo (Biu de Chiquim)[9] através do facebook, no mês de novembro de 2020, lhe perguntei acerca da fundação de alguns prédios públicos do Cajá, como também sobre sua vida no antigo Cajá. Quando retorno ao Cajá em fevereiro de 2021, ao visitar a Quitéria de Biu de Taurino e o Mudinho, Lindalva e Xoxa, Jerailton e Nana, Sabino e Ivanilda, encontrei Biu de Chiquim, que vinha com um balde de ração para levar a uns garrotes que estava criando numa propriedade próxima de sua casa.

Ao cumprimentá-lo continuei caminhando com ele até sua criação de garrotes e conversando sobre sua criação e o antigo cajá: "lá era bom pra criar os bichos, lá tinha o rio". Lhe pergunto sobre as datas de algumas construções e o mesmo me relata:

> a igreja católica foi construída em 1960, a TELPA - o posto telefônico foi construído em 1991, era um posto de telefone fixo, tinha o telefone que Deta atendia e tinha uma cabine que quem ia falar com os parente entrava e fechava a porta pra ninguém ouvir a conversa; as famílias se comunicava com seus parentes que ia trabalhar no Rio de Janeiro e São Paulo. A praça também foi construída em 1991, com os bancos, com uma televisão no centro da praça e na frente tinha degraus com forma de arco-íris. O povo do cajá descia pra ribeira pra assistir novela na praça à noite, aquele tempo era bom demais. Naquele tempo a energia elétrica só tinha no centro do cajá, o povo que morava no centro foi quem comprou televisão (Relato de Biu de Chiquim, 12 de fevereiro de 2021).

[9] Severino Francisco de Araújo era conhecido no Cajá por Biu de Chiquim. Ele foi o primeiro presidente da associação dos agricultores de Cajá-PB. Faleceu no dia 19 de março de 2021, por volta do meio dia.

Figura 10: A praça da comunidade com televisão e antena parabólica. Espaço de lazer onde os bancos no formato de arco-íris eram posicionados um de frente para o outro [o anfiteatro na frente da televisão com antena parabólica], também podemos ver o grupo escolar Estadual Joaquim Francisco de Andrade Lima, o muro que o cecava, em seguida a lavanderia, a telpa, a igreja católica e mais na frente à sequência de casa da família de Biu de Taurino herdadas de seu pai e mãe [Senhor Taurino (In memoriam)]. **Fonte:** Coleção etnográfica PROBEX, 2016. Foto da foto coletada com Danielle Silva e Marcos fotógrafo. Imagem registrada por volta de 1998.

Figura 11: A praça com adolescentes usando bicicletas, uma pessoa falando ao telefone orelhão da Telemar31; um homem montado num cavalo, adolescentes sentados no banco e na beira da praça. Há o uso de cavalos e bicicletas para deslocamento dentro e fora da comunidade, também há uma pessoa conversando por meio do telefone orelhão da

Telemar, conforme havia primeiro o posto telefônico da Empresa paraibana de telecomunicações (TELPA) e da instalação de sua torre na parte mais alta da comunidade, seguida a partir de 1998 iniciou-se a instação de orelhões da Telemar em alguns pontos ao longo do centro do Cajá, este da foto se localizava na frente da casa que residia Manoel de Dodô, havia outro orelhão na frente entre as casas de dona Etelvina e da casa de Ernande Silva também na via pública principal do antigo Cajá. **Fonte:** Coleção etnográfica PROBEX, 2016. Foto da foto coletada com Danielle Silva. Imagem registrada por volta de 1998.

Já por volta de 1995 lembro que muitas famílias que residiam umas distantes das outras, se deslocavam para o centro da comunidade para acompanhar pela televisão as novelas da noite. A reunião para assistir às novelas ao longo da semana se dava tanto nas casas e calçadas de famílias que possuíam a TV, como também na praça onde existia uma TV para uso público.

Lembro que em algumas épocas ao longo do ano havia a presença de circos que se instalavam por detrás do posto telefônico da empresa paraibana de telecomunicações - TELPA. A programação circense consistia em apresentações de palhaços falando piadas e fazendo brincadeiras com o público presente, bailarinas rebolando lambadas, malabaristas, som em alto volume e, em algumas vezes, apresentação de cantores. A entrada era cobrada R$ 1, 00 ou 2, 00, mas eu não era muito simpatizante das apresentações circenses, fui assistir umas duas vezes, apenas.

Lembro de uma noite, durante a apresentação do circo, em que eu e minha mãe Neide Mendonça e minha irmã Leidiane estávamos na calçada da casa do senhor João Bolinha e Bete. João Bolinha me perguntou: “todo mundo foi assistir a apresentação no circo, teu pai, teu irmão, porque tu não foi pro circo, hem?”, respondi que eu já tinha assistido o circo e não gostei. Lembrando que as apresentações circenses quase sempre consistiam na mesma programação que mencionei logo acima.

Celebrações religiosas no centro

O noitário, mês de maio na igreja católica

No centro da comunidade havia o pátio, um espaço amplo sem calçamento, que servia para atividades recreativas, principalmente nos finais de semana, em que as famílias se reuniam para participar de celebrações da igreja católica como missas, batizados e reza de terço e novenas. Já no mês de maio há a tradição de “noitário” onde cada dia do mês de maio era reservado para uma família da comunidade e a sua doação

à igreja. Esses momentos eram onde se reuniam um maior número de famílias, espaços de sociabilidade, festejos, missas, batizados e aniversários.

Em ocasiões oportunas, nas noites após celebrações da igreja católica, no mesmo pátio, à frente da mesma igreja, havia a organização de ciranda com a participação de moradores da localidade. Já em épocas de eleições políticas, os candidatos à prefeito realizavam comícios/showmícios nos quais esse espaço ficava lotado de gente, pois o candidato contratava ônibus para trazer pessoas de outras comunidades rurais e da zona urbana, a fim de participarem do evento; havia a disputa sobre qual candidato daria maior ou menor público.

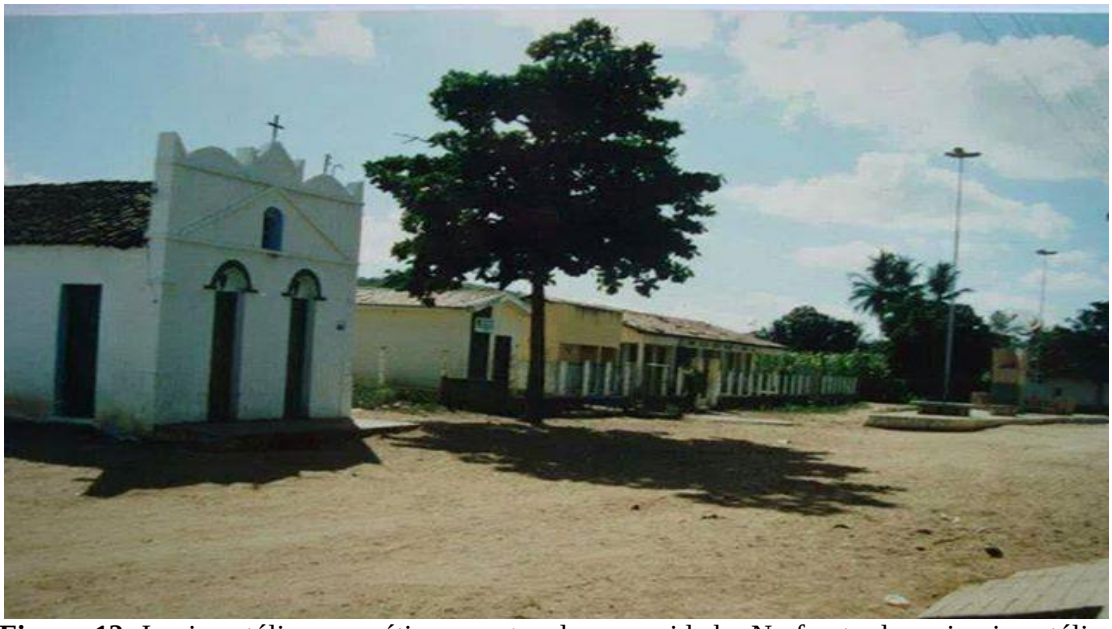


Figura 12: Igreja católica e o pátio, o centro da comunidade. Na frente dessa igreja católica havia o seu cruzeiro fundado na beira do rio. **Fonte:** Coleção etnográfica PROBEX, 2016. Foto da foto coletada com Danielle Silva e Marcos fotógrafo, imagem registrada por volta de 1998.

Recordo-me de algumas vezes quando ocorriam às visitas de políticos em missas, eles traziam bolsas de bombons e pipocas que eram repassadas para as rezadeiras da igreja, ao final da celebração se reuniam as crianças e adolescentes para serem distribuídos os bombons e pipocas. A distribuição dos bombons era o que mais me chamava atenção e causava-me incomodo, os bombons eram jogados na terra do terreiro da igreja os participantes se agitavam e viam aquilo com maior alegria onde acontecia também a disputa para quem coletasse maior quantidade de bombons. Eu apenas assistia a bagunça que ocorria com gritos e empurra-empurra. Já a distribuição dos sacos de pipocas se dava através da formação de uma fila, a qual eu participava, recebíamos uns dois saquinhos com pipocas.

Minha mãe me mandava ir pegar os confeitos que eram jogados na terra, logo eu me recusava a participar da disputa coletiva através de gritos e empurra-empurra, apenas observava. Lembro que eu não gostava da forma que acontecia a distribuição de confeitos e bombons, essas mesmas brincadeiras aconteciam também no dia das crianças ou nas datas comemorativas, como o dia das mães, dias dos pais. Já para a distribuição de pipocas era também em fila.

Havia também as brincadeiras de quebra-panela e ovo na colher, que não era diferente da brincadeira de jogar bombons na terra para os participantes realizarem a coleta. Outro fato interessante e memorável que acontecia na igreja católica era a prática de bater o sino localizado no frontispício da igreja por uns 10 minutos, essa prática teria o objetivo de anunciar tanto o início de missas e rezas e no momento que ocorria sepultamento de moradores da comunidade ou da passagem do morto na igreja e de seu velório.

Figura 13: Centro da comunidade onde se realizavam festas, campanhas políticas com comícios e showmícios de candidatos às eleições, confraternizações e cirandas. Do lado esquerdo o grupo escolar Joaquim Francisco de Andrade Lima, onde se vê a praça e seus postes de lâmpadas, a antena parabólica usada na TV para assistir as novelas da noite. **Fonte:** Coleção etnográfica PROBEX, 2016. Foto da foto coletada com Danielle Silva e Marcos fotógrafo. Imagem registrada por volta de 1998.

A sequência de moradias

Conforme podemos identificar nas imagens apresentadas, na rua principal se concentravam as grandes moradias, logo a sequência de casas se dava lado a lado, com distância em média uma da outra de 30 metros ou mais. Após a igreja católica tinha as moradias de Biu de Taurino e Quitéria, Neném de Renato, Anelita, Maria Lins, Biu de Chiquim e outras. Lembro que eram casas confortáveis, de 2 ou 3 quartos, salas. A casa de varanda era onde residia Anelita e seu esposo Fernando Ferreira, propriedade de herança de seus pais.

Nas imagens também podemos perceber a configuração territorial, onde se situavam os dois lados da comunidade, ambos as partes mais altas, onde se encontravam sequências de moradias, que eram compostas tanto de casas de taipa quanto casas mais resistentes, construídas de tijolos. Podemos ver que a sequência de coqueiros acompanha o percurso das moradias na beira do rio; em algumas moradias havia em seus quintais os currais de criação de gado. Também havia sequências de moradias de casas de taipa, que eram casas construídas com barro e madeira. Este tipo de moradia era bastante comum na localidade.

Figura 14. Rua principal que compõe o centro da comunidade. Casas antigas com varandas na sequência após a igreja católica. **Fonte:** Coleção etnográfica PROBEX, 2016. Foto da foto coletada com Danielle Silva e Marcos fotógrafo, 1998.

Figura 15: O rio em primeiro plano. Há a sequência de moradias antigas. Casas da direita para esquerda: Neném de Renato, Anelita e Fernando Ferreira, Maria Linz, Biu de Chiquim. **Fonte:** Coleção etnográfica PROBEX, 2016. Foto coletada da Página Cajá de Itatuba-PB, facebook. Autoria não informada. Imagem registrada por volta de 1998.

Figura 16: Em primeiro plano há uma sequência de moradias de casas de taipa ou casas de taipa – casas construídas de madeira e barro rodeadas de cercas. **Fonte:** Coleção etnográfica PROBEX, 2016. Foto da foto coletada com Danielle Silva, foto registrada por volta de 1998.

Figura 17: O alto do cajá ribeirinho, no meio da foto mostra o grupo escolar e do posto de saúde, ambos em sua localização ao lado da praça, na sequência de moradias os galpões e a casa onde morava Guinaldo e Dulce. **Fonte:** Coleção etnográfica do projeto de extensão Programa UFPB no seu município, 2018. Foto da foto coletada com Danielle Silva, imagem registrada por volta de 1998.

Acesso à água potável

Na época da comunidade na antiga localidade junto ao rio, até por volta do ano de 2002, não havia de fato uma Política de Segurança Hídrica por parte de setores públicos de Estado. Ademais, apenas a política hídrica de carros pipa que acontecia nos longos períodos de estiagem onde abastecia alguns locais da comunidade com água que não era de boa qualidade para consumo humano.

A escassez de água potável para beber, para uso doméstico e para animais sempre foi uma preocupação local. Por mais que a comunidade se localizasse em um território ribeirinho, havia grande dificuldade para ter acesso à água potável. Não havia água canalizada nas moradias, em parte delas existia o reservatório próprio como cisternas ou pequenos tanques de armazenamento construído pela própria família, também havia um açude público que armazenava água por um curto período, onde seu acesso era público para a coleta da água.

Já as demais famílias que não possuíam recursos para construírem suas cisternas se deslocavam cotidianamente para a busca de água potável no açude público. Esse açude foi construído por volta do final da década de 1980 pela prefeitura municipal em parceria com o Estado no intuito de armazenar água para a comunidade. A implantação do açude consistia na acumulação de água em períodos de chuva, num espaço cercado com pequena entrada e saída no qual toda a população local possuía acesso livre. Já sua manutenção, como a limpeza e retirada de terra de dentro do reservatório era realizada pela prefeitura municipal acontecia nos períodos de estiagem através do baixo nível de água ou pelo seu secamento total devido à longa estiagem.

A busca dessa água para consumo se realizava todos os dias por boa parte das famílias, inclusive eu fazia essa busca da água nesse açude todos os dias ou dia sim dia não. Havia famílias que residiam próximas do açude, média 1 km, e em sua maioria residiam um pouco mais distante, cerca de 2 ou 3 km ou mais. Para a busca da água potável a comunidade fazia usos de baldes e âncoras, ou em tambores em carroceria de carro, esta última forma teria que pagar o transporte. As âncoras eram carregadas em lombos de burros, essa prática era bastante comum na localidade. Geralmente a busca de água potável era feita pelas mulheres e adolescente, já os idosos e os homens não se dedicavam tanto, pois estavam se dedicando as atividades agrícolas ou trabalho de outra natureza.

Já em período de longa estiagem a comunidade era abastecida de água por carros pipa, essa água era entregue tanto em um pequeno barreiro quanto em cisterna. Nesse momento havia uma disputa para quem pegasse mais água. Já a água despejada em barreiro acontecia alteração da cor da água e consequentemente na qualidade, mesmo assim as famílias faziam a coleta para consumo.

Embora tivessem o abastecimento irregular por carros pipa por meio de uma política pública comum na região ou por meio de programas do exército, a água era de baixa qualidade e geralmente não se sabia sua procedência. Quando o carro pipa chegava na comunidade despejava a água em barreiro ou em cisterna privada de alguma família, nessa última havia controle ao acesso à água, uma vez que a família proprietária da cisterna desejava ficar com parte da água para o consumo.

Ao conversar com Adriana de Nil, ela logo aponta que na época do Cajá junto ao rio não havia de fato política pública hídrica adequada na comunidade: “o rio era de

água salgada, a gente fazia cacimba na areia, a gente buscava a água salgada pra os bichos beber, pra lavar roupa, era ruim demais com a água salgada, não ensaboava".

Também lembro de alguns episódios para que a gente tivesse acesso à água. Lá fundaram um poço artesiano na beira do rio, mas deu água salgada, além de bastante precário, pois o levantamento da água do poço se dava por meio de cata-vento. Havia o poço artesiano na propriedade de Seu José Carlos que se localizava em sua propriedade próxima do rio. Ele autorizava a distribuição da água que também era salgada e muitas famílias buscavam para consumo doméstico. Em alguns períodos havia o abastecimento de carro pipa com água potável em sua cisterna, onde era distribuída às famílias.

Produção de tijolos e as caieiras na beira do rio

Lembro que na beira do rio Paraibinha havia a produção de tijolos maciços, era uma prática bastante trabalhosa e produtiva, pois rendia uma fonte de trabalho e também consistiu na economia local. O tijolo maciço era feito com terra que era extraída da beira do rio, era uma terra específica que a partir de sua mistura com a água permitia acontecer uma boa consistência para a produção do tijolo, era um barro ou argila de boa qualidade, já a água era coletada de cacimbas feitas na areia do leito do rio. Essa produção de tijolos foi um potencial produtivo e econômico local.

A produção desses tijolos maciços era realizada manualmente, dito isso, a terra era coletada na beira do rio e através da mistura com a água resultava no barro, onde se formava uma argila de boa qualidade com bastante aderência. Pequenas porções de barro eram colocadas em formas que eram feitas de tábuas e postos ao sol para secar de um dia para o outro, em seguida eram empilhados em forma de caieira e queimados em alta temperatura, até atingir a cor vermelha. Para a queima do tijolo era necessário o uso de muita madeira, a mais usada era o aveloz.

Geralmente essa produção de tijolos era realizada pelos membros de cada família, era um trabalho familiar. Com os tijolos produzidos, tanto eram comercializados na comunidade, e fonte de trabalho e renda como também eram usados pela própria família para construírem suas casas fazer reformas e ampliações. Lembro que as famílias que desenvolviam essas atividades eram Manoel de Rita Novo e seu filho Edinho, Fernando de Rita Novo (In memoriam), e seus filhos Isaú e Ielson, Chico Herculano e seus filhos.

O Ernande Silva (agente de saúde da comunidade) filho de dona Etelvina e seo José do Galo, também produzia os tijolos maciços de barro. Sua prática também se estendia para a produção de tijolos de cimento e areia. Além do mais sua pequena produção que também era manual versava para blocos que eram feitos com cimento e areia principalmente, e que eram feitos e usados especificamente para a construção de cisternas.

Figura 18: Perfuração de um poço artesiano na beira do rio gerou um poço de água salgada. Já do outro lado do rio é identificada a prática da produção manual de tijolos com terra [barro] da beira do rio com a água salgada do rio, uma vez que eram criadas cacimbas ao longo do leito do rio. **Fonte:** Coleção etnográfica do projeto de extensão Programa UFPB no seu município, 2018. Foto da foto coletada com Danielle Silva e Marcos fotógrafo. Estima-se que esta imagem tenha sido registrada por volta de 1990.

Atividades extrativistas

Na comunidade havia o cultivo de agave, uma espécie de planta que era coletada, processada e destinada às atividades produtivas têxteis na comunidade e região. O cultivo desta planta se deu pelos primeiros agricultores da comunidade, e também havia plantações remanescentes na comunidade e região, lembro de plantação de agaves principalmente na terra de seo Zezo Mendonça e torceiras em outras partes de terras próximas do Cajá.

Uma prática comum na comunidade era a produção manual de carvão, que consistia na geração de trabalho e renda para os agricultores. Na região havia bastante áreas arborizadas com diferentes espécies de árvores como as Algarobas, Juá, Angico, Catingueira, Jurema e outras que eram as principais madeiras cortadas. Havia o corte de madeira e na realização de carvoeiras para a confecção do produto vegetal, ao finalizar sua queima em subsolo, o carvão era dividido em sacos e vendidos tanto na comunidade quanto para pequenos comerciantes da região ao seu Biu Moco, seu Biu Luiz e outros, para uso doméstico.

Já os pequenos comerciantes eram também pequenos agricultores e criadores de animais. Na época havia Seo Biu Luiz e Seo Biu Moco que eram os compradores de sacos de carvão e feixes de cascas de angicos que eram coletados nas matas pelos agricultores da localidade. Cada um possuía uma tropa de Mulas, um total de 5 ou 6 Burras Mulas. Dependendo da produção acumulada fazia viagens toda semana ou quinzenais, para transportar no lombo dos animais o carvão e feixes de cascas de angicos para comercializá-los nas cidades próximas, entre elas Salgado de São Felix ou Itabaiana.

Outra atividade extrativista bastante comum realizada pelos agricultores na localidade e região era a coleta de cascas de Angicos, conforme mencionei consistia na retirada da casca do caule e divisão em feixes. Os angicos, árvore nativa se localizavam nas matas e montanhas distantes da comunidade.

A retirada da casca de angicos consistia em uma atividade comum na geração de trabalho e renda, pois a finalidade da casca de angico era direcionada para curtumes que trabalham na prática de colorir ou tingir couros de boi. A casca de angico é uma matéria-prima que, ao ser colocada em tanques de água, solta uma espécie de tinta vermelha de alto teor que geralmente é usado nos curtumes, mas também em indústria têxtil.

Outra atividade extrativista era a busca de palhas de uma espécie de palmeira, conhecida na comunidade como coco catolé, esse coqueiro só existia na região de montanhas próximas do riacho do leite que fica um pouco distante do Cajá. Essa atividade de busca dessa palha era realizada na maioria das vezes por mulheres, mas também por homens e adolescentes, era uma atividade realizada por grupos familiares. Essa palha teria a finalidade de confeccionar vassouras que eram produzidas

manualmente e pelo grupo familiar, em cada vassoura eram usados cordões de fibras de Caroá.

O Caroá, uma planta nativa que era encontrada nas rochas próximas de montanhas, por exemplo, as áreas montanhosas e rochosas do riacho do leite havia bastante o caroá, onde as famílias se deslocavam para aquela região em busca de coletar a fibra que era bastante espinhosa. Já a confecção de vassoura de palhas, se dava manualmente sendo complementadas com amarro na sua parte superior.

Em suma, a confecção de vassouras de palhas era realizada por mulheres com ajuda também dos homens, conforme dito, era uma atividade produtiva familiar. Recordo-me que por volta do ano de 1997 as vassouras eram confeccionadas e vendidas na localidade a R$ 1, 00 por dona Dedinha de Seu Pedrão que faziam e vendiam o produto no antigo sítio Cajá. Por conseguinte, havia outras famílias, por exemplo, dona Maria Candido e seo Severino Candido (Biu Candido) (In memoriam) faziam essas vassouras de palhas na calçada de sua casa.

Também lembro algumas vezes no período da noite, por volta das 18h ou 19h em que algumas vezes minha mãe ajudava na confecção dessas vassouras de palhas sentada na calçada de dona Maria Candido e seo Biu Candido, ou seja, as vassouras de palhas consistiam numa relação de vizinhança e num trabalho coletivo e familiar. Já a finalidade das vassouras era para uso doméstico, varrer a casa, varrer os terreiros ao redor das casas e outras.

Figura 19: Área territorial ribeirinha do antigo sítio Cajá. Percurso do rio mostrando os dois lados. **Fonte:** Coleção etnográfica do projeto de extensão Programa UFPB no seu município, 2018. Foto da foto coletada com Danielle Silva e Marcos fotógrafo. Imagem registrada por volta de 1998.

As plantas medicinais e as rezadeiras

Lembro que havia bastante o cultivo de plantas medicinais pelas famílias mais antigas da comunidade. Sempre havia em alguma casa uma pequena plantação ou em recipientes as plantas como capim santo, mastruz, erva cidreira, hortelã miúdo, hortelã graúdo e outras que eram usadas para fazer chás e combater algumas enfermidades. Na época ribeirinha também havia algumas rezadeiras que eram consultadas por moradores para se rezarem de olhados, dor de cabeça, entre outras.

Lembro que também havia uma prática bastante comum no antigo Cajá, era a produção de lerões de coentros e pequenas plantações de verduras como pimentão, pimenta, o tomate, o jerimum ou abobora de diversas espécies (leite e cabocla). Já o lerão como era conhecido na localidade era mais como uma proteção para a plantação de coentros, os lerões eram feitos num quadrado ou retangular, medindo em média 2 metros de comprimento e 1 metro e meio de largura.

Para a confecção de um lerão, eram usadas principalmente varas de marmeleiros entrelaçadas em cima de no mínimo quatro forquilhas ou colunas de madeira, com altura de em média 1 metro e meio continha um piso também feito de varas de marmeleiro. Já a altura objetivava a proteção da plantação do coentro para que animais não pudessem alcançar. Já esse quadrado feito de marmeleiro era armazenado terra e adubo esterco de gado, que era coletado nos currais de pequenas propriedades de agricultores que criavam vacas de leite.

O resultado final do lerão era o conjunto de práticas voltadas para o cultivo da plantação do Coentro com o uso de terra, adubo orgânico e sendo regado com água diariamente. Era uma atividade familiar comum na localidade, por exemplo, de detrás da casa que eu morava eu observava o cultivo do lerão feito por dona Julieta de seo Zezo (conhecida como dona zuzinha, in memóriam) que era a mãe de Nesinha, Dora Maria Nunes, de Quitéria de Biu de Taurino. O coentro era usado na complementação de preparos de alimentos, carnes e molhos.

Em resumo, sabemos que tais cultivos e usos de ervas medicinais, como também a presença de rezadeiras não é de hoje, há uma tradição que é passada de geração a geração, e caso haja interrupções diversas, esses costumes tradicionais podem cair no esquecimento, pois temos que entender que há um forte silenciamento e

apagamento de saberes e fazeres tradicionais; caso essas tradições não sejam retomadas com os mais velhos, esses modos de vida tendem a desaparecer na comunidade.

1.7 O deslocamento da comunidade para reassentamento

Lembro que por volta do início do ano 2000, muitos trabalhadores foram prestar serviços na fundação do balde da barragem de Acauã, um deles foi o senhor Mutuca, como é conhecido no Cajá. Nesse período logo após a quantificação das indenizações das propriedades das famílias do Cajá, começou o trabalho de demolições de moradias, bem como de equipamentos públicos, um deles que também lembro foi a demolição do calçamento da praça do Cajá, essa atividade foi feita por Vando de Biu de Lúcio que prestou serviço durante uma semana através de diárias, a prestação do serviço foi paga pela prefeitura municipal de Itatuba na gestão do ex-prefeito José Ronaldo.

Outro tipo de trabalho que aconteceu na localidade foi o desmatamento e limpeza da área ribeirinha a ser ocupada pela barragem de Acauã. Naquele período aconteceu a formação de várias equipes de trabalhadores, que foram organizadas para desmatar a beira do rio. Essas equipes de trabalhadores foram organizadas em todas as comunidades que foram deslocadas e a área ocupada pela barragem.

Cada lugar continha uma pessoa que aceitava grupos de pessoas para desmatar as áreas, era pago a cada pessoa ou equipe por quadra ou hectare, embora a metragem mais usada fosse por quadra, quem desmatava mais ganhava mais. Muitas famílias do Cajá foram trabalhar no desmatamento das áreas ribeirinhas da barragem de Acauã. Lembro também que naquele período esse desmatamento da área ribeirinha se tornou uma fonte de renda para as famílias locais, pois eram pagas diárias e pagamento por quadra desmatada ou alguma outra forma de pagamento. Conforme dito, havia nesse processo pessoas fazendo a gestão desse desmatamento.

Outra que acontecia várias equipes formadas por homens e mulheres, por exemplo, homens que cortavam com machado grandes árvores, outras equipes desmatavam com foice, outras equipes arrancavam os pequenos arbustos com chibancas. Também havia as equipes que juntavam, essa parte era mais voltada para as mulheres, os arbustos já cortados eram juntados em coivaras e consequentemente as

queimadas. Essa prática acontecia coletivamente, juntavam o que foi desmatado para acontecer as queimadas e assim deixavam o terreno limpo.

Para cada atividade: derrubar as grandes árvores e arbustos e fazer as queimadas eram pagos valores diferenciados, conforme o grau de dificuldade de cada etapa. Nisso, existia uma pessoa responsável por avaliar e mensurar o grau de dificuldade de cada etapa do desmatamento, bem como na delimitação de áreas a ser limpa por cada equipe. Também havia preenchimento de planilhas contendo tabelas da produtividade de cada equipe.

O resultado desse desmatamento gerou um considerável volume de madeira cortada, outras famílias passavam a fazer carvoeiras para a produção de sacos de carvão que eram comercializados nos centros urbanos. Esse aproveitamento da madeira cortada se dava de diferentes maneiras e de diferentes usos de árvores: Juás, Algarobas, Jucás, Catingueiras, Juremas, Angicos e outras. Havia também a venda dessa madeira na área urbana, onde caminhões de outras regiões faziam a busca, e consequentemente era distribuída na cidade para outras finalidades, uma delas era em fornos de panificadoras. Ou seja, todas essas ações resultaram numa fonte de renda muito passageira para os agricultores da localidade.

> O primeiro passo para uma abordagem abrangente desta questão está no entendimento da natureza do processo social deflagrado pelo empreendimento, processo simultaneamente econômico, político, cultural e ambiental. Trata-se, com efeito, de um processo de mudança social que interfere em várias dimensões e escalas, espaciais e temporais da vida coletiva (SANTOS, 2007, p. 27).

Em suma, com base no argumento do antropólogo Silvio Coelho dos Santos, e ao identificar a produção audiovisual[10] existente sobre os problemas do Cajá, logo, sinalizei através de uma análise detalhada os relatos orais sobre os conflitos locais. Um deles aconteceu após as famílias saberem da implantação da barragem e do consequente deslocamento. Para isso, analisei alguns relatos orais da produção audiovisual existente que foi produzida pelo Movimento dos atingidos por barragem. Neste sentido, constatei

[10] Vídeo 1 - Produzido pelo Movimento dos atingidos por barragem (Vídeo 1, 2009).
Vídeo 2 - Produzido pelo Ministério Público Federal da Paraíba (Vídeo 2, 2015).
Vídeo 3 - Reportagem produzida pela TV Itararé de Campina Grande-PB (Vídeo 3, 2015).

que a maioria das famílias do Cajá foi se deslocando aos poucos, e concomitantemente, iam demolindo e retirando materiais de construção como tijolos, portas e telhas para o reaproveitamento em suas novas moradias no reassentamento.

No vídeo que foi produzido em 2015 (MAB, 2015) encontrei relatos que permitiu identificar alguns conflitos e a forma como aconteceu o deslocamento:

> Pra você ter ideia, antes de construir a barragem teve um pessoal aqui e fizeram uma reunião. Perguntaram pra nós se queríamos casa ou receber em dinheiro a indenização, alguns optou por indenização e outros por a casa. Só que nós não conhecíamos o tipo de casa (Ernande Silva, vídeo 2, 2015, 9 min. e 1 seg.).
>
> Você ver aqui o tipo de moradia que as famílias tinha aqui, era tanto aqui como em Pedro Velho quanto Melancia, eram casas de alvenaria que eram de tijolos maciços que a própria comunidade batia o tijolo queimava e fazia suas casas. E hoje você vai se deparar com casas de placa, umas casas de pré-moldado de uns 10 centímetros de espessura (Osvaldo Bernardo, vídeo 2, 2015, 9 min. e 17 seg).
>
> Quando nós foi ver o material da construção lá era insuficiente pra manter uma casa em pé. Pra isso vocês vão ver lá que tem casa caindo já (Ernande Silva, vídeo 2, 2015, 9 min e 40 seg.).
>
> A mulher recebeu 2000 mil (Renato Ferreira, vídeo 2, 2015, 10 min. e 40 seg.) Veio no teu laudo um valor de 1,700 reais. Como foi que ele aumentou esse negócio? (Osvaldo, vídeo, 2015, 10 min. 44 seg.) Eu recebi R$ 1.700 da indenização da terra, eu fui lá a pé no escritório e voltei, prá lá e pra cá o dia todinho, eu e minha irmã, porque tinha um barreiro, dois quadros de palmas, tinha meio mundo de capim, tinha tudo e ele não tinha botado nada. Eu derrubei tudo lá e saí carregando telha, tijolo, madeira pra construir aqui. Porque o dinheiro não dava para comprar tudo (Neném de Renato, vídeo 2, 2015, 10 min e 50 seg).

Conforme a análise do antropólogo Sílvio Coelho dos Santos (2003: 2007) os efeitos da implantação de grandes barragens, de fato provocam profundas intervenções, tanto nas bacias hidrográficas brasileiras quanto nas populações ribeirinhas. O autor afirma que isso vem acontecendo desde as primeiras hidrelétricas implantadas no sul do Brasil:

> Pode-se perceber que tais projetos foram e são implantados sem levar em conta as tradições das populações locais e regionais e tampouco suas expectativas e aspirações. As demandas que os justificaram e justificam são de caráter nacional ou internacional. Sua localização é decidida em função de critérios e estratégias complexos e distanciados das lógicas que presidem o cotidiano local (SANTOS, 2007, p. 45).

Além do mais, lembro que no mesmo tempo que aconteceu a “alegria” passageira em virtude da renda oriunda do desmatamento, consequentemente num trabalho e renda temporário, haviam outras famílias preocupadas com suas baixas indenizações e com suas perdas irreparáveis de suas terras produtivas e moradias.

Outro acontecimento que resultou num conflito local se deu a partir do momento em que as famílias passaram a receber do Estado baixas indenizações de suas propriedades, onde causou grande insatisfação e reclamações. Com isso em vista, logo as famílias buscavam negociar com o Estado, num escritório instalado na região da barragem.

Em resumo, ao analisar os vídeos constato a presença de relatos das famílias afirmando que o Estado realizou as indenizações de forma autoritária, sem uma adequada consulta e negociação com cada família, mesmo assim, quando havia essa consulta, ela era contestada em virtude da oferta de baixas indenizações e que elas não condiziam com as propriedades das famílias, por exemplo, com as áreas agricultáveis, as plantações existentes e as próprias moradias adquiridas ao logo do tempo.

1.8 A barragem de Acauã cobrindo o sítio Cajá

Ao analisar as fotografias que foram registradas da barragem cobrindo a comunidade sítio Cajá, me veio à lembrança sobre o período correspondente da implantação do barramento, de 2000 a 2002. As discussões que foram realizadas pelo governo Estadual (José Maranhão e em seguida Cássio Cunha Lima) e pela população local eram de que a barragem de Acauã não conseguiria atingir sua capacidade total, em virtude às longas estiagens na região e da extensa área territorial a ser ocupada pela barragem.

Ao consultar o portal eletrônico[11] da agência executiva de recursos hídricos do Estado da Paraíba (AESA-PB), identifiquei um histórico de levantamento de dados estatísticos produzidos pela equipe que realiza periodicamente a manutenção, acompanhamento e monitoramento dos açudes e barragens da Paraíba que são regulados pela AESA. Com base nessa consulta verifiquei que a barragem de Acauã é o segundo

[11]Agencia executiva de gestão das águas do Estado da Paraíba. Disponível em: http://www.aesa.pb.gov.br/aesa-website/ acesso em: 31 de março de 20201.

maior do Estado com capacidade de armazenamento de água, bem como de seu primeiro transbordo. Após ser inaugurada em 2002, a represa levou dois anos e 15 dias para atingir sua capacidade total, de 252 milhões³.

Ernande Silva, agente de saúde do Cajá, também presenciou a chegada da água cobrindo a localidade, ao conversar com Ernande Silva, recordamos que naquele período existia famílias residindo no centro da comunidade:

> Em média havia umas 10 famílias que moravam no centro da comunidade, próximo à praça, ao lado da igreja católica, que resistiram até a chegada da água em janeiro de 2004: Biu de Taurino e Quitéria, João Bolinha e Bete, Antônio Duda, Manoel de Dodô... tinha mais que morava nos altos que ao ver a barragem chegando quiseram logo se mudar pra casa na vila ou pra casa que tinham construído em terras de herdeiros próximas da vila. Tinha um povo que não acreditava que a barragem iria encher, e tiveram que sair nas correrias. Com a represa se aproximando da comunidade, logo as pessoas começaram a se retirar e afastar tanto seus pertences domésticos quanto o aproveitamento de materiais de construção como tijolos, telhas. A chegada da represa foi do dia para a noite, muitos materiais de construção não foram retirados (Ernande Silva, 11 de fevereiro de 2021).

Figura 20: A barragem cobrindo a comunidade. Famílias retirando seus pertences, na qual permaneceram morando no centro da comunidade até a chegada da represa. **Fonte:** Coleção etnográfica PROBEX, 2016. Foto da foto coletada com Danielle Silva e Marcos fotógrafo. Imagem registrada por volta de 15 de janeiro de 2004.

Dessa forma, também não ocorreu a retirada total de materiais, por exemplo, de instalações de energia elétrica da localidade como postes e fios das vias públicas. Já os coqueirais ficaram submersos, consequentemente em pouco tempo foram mortos afogados, visto que apenas suas palhas ficaram fora da água. No mesmo período a represa também cobriu o cemitério, um dado ocorrido se deu da não retirada total de restos mortais e nem se quer de instalações (lápides, coberturas dos túmulos) e tampouco os restos mortais dos entes queridos de parentes da população local, um cemitério onde famílias inteiras foram sepultadas.

Figura 21: Período em que a barragem de Acauã estava cobrindo a comunidade sítio Cajá. Se vê as águas barrentas, dois homens ajudando a retirar materiais de construção da casa de Biu de Taurino e Quitéria. Em cima das paredes há dois homens tentando retirar a madeira, tijolos e telhas para reaproveitamento na reconstrução de moradias. Também se vê as águas turvas alagando o centro da comunidade, bem como os coqueiros alagados. **Fonte:** Coleção etnográfica do projeto de extensão Programa UFPB no seu município, 2018. Foto da foto coletada com Ivanize Bezerra e José Claudio, janeiro de 2004.

Figura 22: O centro da comunidade sendo coberto pela barragem. **Fonte:** Coleção etnográfica do projeto de extensão Programa UFPB no seu município, 2018. Foto da foto coletada com Ivanize Bezerra e José Claudio, janeiro de 2004. [Ver figuras 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14].

Figura 23:O centro da comunidade sendo coberto pela barragem. A imagem mostra os dois lados dos altos da comunidade. **Fonte:** Coleção etnográfica do projeto de extensão Programa UFPB no seu município, 2018. Foto da foto coletada com Ivanize Bezerra e José Claudio. Imagem registrada em 15 de janeiro de 2004. [Ver figura 17].

Figura 24: O cemitério do antigo sítio Cajá que se localizava na beira do rio sendo coberto pela barragem. **Fonte:** Coleção etnográfica do projeto de extensão Programa UFPB no seu município, 2018. Foto da foto coletada com Ivanize Bezerra e José Claudio. Imagem registrada em 15 de janeiro de 2004.

Em suma, com a consulta que realizei no portal da AESA, as minhas lembranças de também ter presenciado o enchimento de Acauã, com as conversas com as pessoas da comunidade como Manoel Carias, Ernande, dona Maria de Miguel, João Novo e Nensinha, Seu Bila, Quitéria e outros moradores concluo que o primeiro transbordo de Acauã se deu em um curto período de chuvas, um total de 15 dias, na primeira quinzena de janeiro de 2004, em virtude do recebimento de grande volume de água de outras barragens do sertão paraibano. Portanto, por volta de 15 de janeiro de 2004, a barragem de Acauã ocupou definitivamente sua área territorial planejada que foi destinada a ela, inclusive o território da comunidade de sítio Cajá e das outras comunidades e povoados como Melancia Pedro velho, Costa ocorrido em média uma semana.

1.9 Os altos do antigo Cajá ribeirinho

Existiam famílias que já residiam por toda a vida nos dois altos do antigo Cajá, tanto do lado do município de Itatuba quanto do lado do município de Aroeiras [ver figuras 5, 6, 7, 8, 22 e 23]. Recordo-me que havia muitas casas de taipa, tanto de um lado quanto do outro do rio. Com a implantação da barragem de Acauã as famílias que moravam no alto do lado de Aroeiras, uma média aproximada de 40 famílias, ficaram com maior dificuldade para se deslocar para Itatuba. Consequentemente, a maioria das famílias mudaram para o reassentamento, já as poucas famílias que permaneceram no local, após a barragem cheia, passaram a depender de canoas e remos para atravessar e ter acesso a Itatuba, logo também mudaram para o reassentamento.

Já o alto do antigo Cajá[12], do lado de Itatuba, cerca de 20 famílias continuara morando em suas casas em virtude da barragem não alcançar, bem como o acesso a área urbana também ficou modificado por outra via. Aconteceram novas construções de moradias, como foi o caso de Neide de Mica e Joaquim Liar, pois a barragem não alcançou a localidade. Continuaram morando no povoado: Joaquim Liar e sua filha Neide de Mica, Seu Zé Chico e sua filha Tuta, Nena de Biu Jucá e outras famílias. Além do mais, com o advento da pesca, pescadores de fora passaram morar em pequenas casas já existentes ou que construíram.

1.10 A pesca no rio e na barragem de Acauã

A pesca se dava de diferentes maneiras, principalmente com os gererés ou tarrafas de nylon acontecia tanto no rio em períodos de enchentes e principalmente nos pequenos e médios açudes de propriedades rurais de fazendas da região. Dessa maneira, parte desses equipamentos era feitos manualmente pelos agricultores e agricultoras e usados de forma coletiva pelas suas famílias.

Com o deslocamento das famílias para o reassentamento a configuração da comunidade passou a ser principalmente em formato de “agrovilas”, em um território completamente distante, árido e diferente do anterior. Dessa maneira, modificaram-se

[12] Após a barragem, o alto da antiga comunidade sítio Cajá, do lado de Itatuba, passou a ser chamado por alguns moradores de “Morro do macaco”, devido suas idas e voltas ao Estado do Rio de Janeiro.

de alguma forma as atividades agrícolas e a relação com a terra para retirar o sustento; logo as famílias ficaram prejudicadas, pois passaram a conviver com restrições para acontecer às atividades agrícolas da agricultura familiar e para a criação de seus animais e aves. Lembro que após a barragem atingir sua capacidade total meu pai começou a trabalhar pescando na barragem, no mesmo tempo também passei a ajudá-lo.

Também Lembro que por volta de março de 2004, meu pai comprou redes de pesca e uma canoa com remos de um comerciante desses materiais que chegou à localidade para vender esses equipamentos. A forma de compra e pagamento desses equipamentos se dava tanto à vista quanto a prazo de forma parcelada. Desde então, eu, minha mãe, meu irmão e minha irmã ajudava meu pai nessa pesca na barragem, inclusive aprendi rapidamente a remar a canoa.

Diante disso podemos afirmar que as relações socioculturais e produtivas da comunidade passaram por grandes mudanças, da pesca artesanal ou manual com jererés e tarrafas no rio e pequenos açudes para a pesca na barragem com canoas e remos e grandes redes, bem como a pesca de camarão. Deste modo, também surgiram as adaptações cotidianas diante da barragem cheia. Já o pescado era tanto para consumo da família quanto para a venda que gerava uma pequena renda que era usada para a compra de outros alimentos. No mesmo tempo, a venda do pescado era feita para compradores, tanto da área urbana de Itatuba quanto de outra cidade.

No mesmo tempo em que a pesca aconteceu de forma mais acentuada, também acontecia à inserção de novos equipamentos de pesca como canoas, remos e redes. Já parte das famílias passou a se dedicar com maior tempo tanto a pesca, ao processo adaptativo e a aquisição desses materiais de pesca.

Recordo-me de um fato que aconteceu comigo e minha família, meu pai minha mãe e eu criávamos na vila umas 6 ovelhas e carneiros, tivemos que vender maioria dessa criação para comprar as redes de pesca, vendemos e ficou apenas os filhotes das ovelhas que se formou numa nova criação aonde criamos até a nossa saída da vila do Cajá. Mas naquele momento eu não queria vender minhas ovelhas e carneiros para dar o dinheiro a meu pai para ele comprar redes de pesca, embora fosse uma atividade essencial naquele momento para gerar renda e sobrevivermos morando na vila do Cajá, então, logo decidi vender minhas criações e dar o dinheiro, além de ajudar na pesca.

Outras famílias também compravam os equipamentos, também lembro que existiam famílias que não tiveram avanço significativo com a pesca, devido a falta de recurso financeiro para a aquisição dos equipamentos. Já outras famílias compravam os equipamentos de pesca para ficar pagando em parcelas com o dinheiro adquirido da venda de seu pescado. Também naquele momento não aconteceu por parte do Estado ou prefeitura municipal a oferta de incentivos ou políticas de créditos para a aquisição dos equipamentos de pesca.

Figura 25: Aparecimentos das paredes. Presença de navegações, canoas que servem para travessia como também para pescar, e aparecimento das ruínas da comunidade com o secamento da barragem. **Fonte:** Coleção etnográfica PROBEX, 2016. Foto coletada da Página Cajá de Itatuba-PB, facebook, autoria não informada. Imagem registrada por volta de 2014.

Figura 26: Sequência de canoas e presença de uma criança. Rio Paraíbinha, afluente do rio Paraíba, onde se localizava a comunidade sítio Cajá, Município de Itatuba - Paraíba. **Fonte:** Coleção etnográfica PROBEX, 2016. Foto coletada da Página Cajá de Itatuba-PB, facebook, autoria não informada. Imagem registrada por volta de 2014.

Naquele momento, de março de 2004 a agosto de 2004, período em que eu e minha família pescamos na barragem de acauã na área do Cajá, lembro que sempre aconteciam brigas entre alguns pescadores, a motivação principal era que aconteciam furtos de redes de pesca no período da noite em que os equipamentos ficavam armados na água para a captura do peixe. No dia seguinte, o proprietário da rede se dava conta da ausência de seu equipamento, no mesmo tempo aconteciam ofensas e acusações do furto, nisso gerava bastante insatisfação na localidade.

Em meio a isso, eu e minha família, e outras famílias, também passamos a pescar o camarão nas partes rasas da barragem. O aparecimento do pescado se deu pelas cheias de outros rios e açudes que transbordavam em acauã, principalmente do açude Epitácio Pessoa, o açude de Boqueirão, localizado no sertão paraibano. Logo passamos a capturar o camarão tanto para o nosso consumo quanto para venda. Lembro que fazíamos armadilhas de garrafas PET, e colocávamos restos de alimentos como o cuscuz ou raspas de coco, foi uma atividade que gostei de ter realizado.

1.11 As ruínas da comunidade ribeirinha

Os pedaços das paredes das casas e de equipamentos públicos

Com a estiagem prolongada resultou no baixo volume da barragem e consequentemente ocorreu o aparecimento dos restos das moradias, que são as paredes de tijolos e paredes dos equipamentos públicos que não foram retiradas pelos moradores. Grosso modo, com o aparecimento dessas ruínas, elas servem, por exemplo, como peças de um museu onde as famílias que ali moraram fazem visitas e registram fotos, é um momento que elas relembram suas vidas inteiras dedicadas e vividas na localidade, no mesmo tempo vindo à tona recordações de infância, adolescência e suas lembranças gerais sobre como viviam.

Com o reaparecimento de onde era o sítio Cajá, esses lugares se tornaram os mais visitados a localização da praça, os pedaços dos bancos da praça, as paredes do posto telefônico, as paredes da caixa de água da lavanderia, a cisterna e as paredes das salas de aula do grupo escolar Estadual Joaquim Francisco de Andrade, que se localizava ao lado da praça.

Em resumo, há também outras paredes de tijolos de casas e de equipamentos públicos ao longo da beira do rio em que estão aos pedaços, e que podemos identificar de quem era a moradia, por exemplo, onde era a casa de João Bolinha e Bete, Biu de Taurino, o tanque do curral de criação de gado que era na frente da casa de Biu de Chiquim, restos das paredes do grupo escolar em que funcionou a escola municipal José Bezerra de Lima, paredes e túmulos do cemitério e outras. De modo geral são imagens bastante memoráveis, pois nelas residem subsídios de acionamentos de lembranças e relatos orais e servem como recordações para manter viva essas lembranças sobre como era nossa vida na localidade.

Figura 27: Duas pessoas observam o lugar sendo descoberto em ruínas. O aparecimento de ruínas da comunidade como secamento da barragem. **Fonte:** Coleção etnográfica PROBEX, 2016. Foto coletada da Página Cajá de Itatuba-PB, facebook, autoria não informada. Foto registrada por volta de 2014.

Figura 28: Ruínas do grupo escolar Jose Bezerra de Lima. **Fonte:** Coleção etnográfica PROBEX, 2016. Foto coletada da Página Cajá de Itatuba-PB, facebook, autoria não informada. Imagem registrada por volta de 2014.

Figura 29: Localização do centro da comunidade, ruínas do posto telefônico, lavanderia e escola Estadual, ruínas aparecendo com o secamento da barragem, e ruína da casa de João Bolinha [*In memoriam*]. **Fonte:** Coleção etnográfica PROBEX, 2016. Foto coletada da Página Cajá de Itatuba-PB, facebook [autoria não informada]. Imagem registrada por volta de 2014.

Figura 30: Ruínas do grupo escolar José Bezerra de Lima, estudei nele até a 4ª série no período de 1997 a 2000. A imagem permite identificar os restos das paredes das salas de aula, a cisterna, o muro de tijolos que rodeava a escola. Percebe-se que a escola se localizava na beira do rio, na foto está o leito do rio com a barragem, do lado direito estão às paredes da casa de seu João Moco. No meio, os galhos secos do pé de Castanhola. **Fonte:** Coleção etnográfica da dissertação. Foto coletada do Blog Ingaense, (autoria e data não informada). Data aproximada: 2014 a 2017.

Figura 31: Reaparecimento do cemitério que se localizava na beira do rio do antigo Cajá. Observa-se as paredes e os restos dos túmulos dentro da barragem. No fundo da imagem se vê a casa de Seu Nino, um agricultor bastante conhecido na comunidade, e que foi sepultado neste cemitério [ver figura 24]. **Fonte:** Coleção etnográfica da dissertação. Foto coletada do Blog Ingaense, (autoria e data não informadas). Data aproximada 2014 a 2017.

Figura 32: Restos dos túmulos do cemitério antigo do sítio Cajá na beira do rio que foi descoberto pela barragem de Acauã [ver figura 24]. **Fonte:** Coleção etnográfica da dissertação. Foto coletada do Blog Ingaense (autoria e data não informadas). Data aproximada 2014 a 2017.

Figura 33: Restos das paredes descobertas. À esquerda as paredes do posto telefônico/telpa, mais à direita as paredes, a calçada, o muro, janelas e portas da casa de João Bolinha e Bete. Se vê o toco do pé de Castanhola que foi cortado [Ao ver essa imagem vêm as lembranças de que nas noites muita gente se reunia na calçada da casa de João Bolinha para conversar - nessa época eu tinha uns 8 anos]. **Fonte:** Coleção etnográfica da dissertação. Foto coletada do Blog Ingaense (autoria e data não informadas). Data aproximada: 2014 a 2017.

Figura 34: Os coqueiros mortos e os restos das moradias descobertos do centro do antigo sítio Cajá. **Fonte:** Coleção etnográfica da dissertação. Foto coletada do Blog Ingaense (autoria e data não informadas). Data aproximada: 2014 a 2017.

1.12 Um novo trabalho de campo

Retornei ao reassentamento sítio Cajá no dia 10 de fevereiro de 2021, onde permaneci até o dia 13/02/2021. Nesse período aproveitei tanto para visitar e conversar com algumas famílias como seo Biu Mouco e Menininha, João Novo e Nesinha, dona Lica, dona Socorro e outras, e também aproveitei para fazer novas imagens fotográficas. Por conseguinte, fui à antiga localidade onde era o centro da comunidade, a beira do rio estava descoberta devido ao baixo volume de água da barragem, e consequentemente ressurgiram as ruinas.

Deste modo, aproveitei e fotografei os restos das paredes que não foram demolidas de casas e de equipamentos públicos como a telpa, o grupo escolar Estadual, a lavanderia e a localização do banco da praça, e principalmente, a permanência do pedestal do cruzeiro que se localizava na frente da igreja católica. Dessa maneira também realizei um conjunto de fotografias sobre o alto do antigo Cajá, as imagens apresentam sua recente nova configuração resultante da implantação de calçamento de pedras de paralelepípedos e da reestruturação das casas já existentes e de novas construções que vem sendo realizadas, essas imagens apresentei no final do capítulo 3.

Nada obstante, com esse conjunto de fotografias podemos observá-las e refletir sobre esses acontecimentos, por exemplo, as fotografias que apresentam os restos das instituições da comunidade como escola e posto telefônico, permitem refletir e pesquisar sobre as pessoas que estudaram e trabalharam em cada local. Ao refletir isso, lembrei-me de alguns acontecimentos que vivi, por exemplo, eu ficava a noite por volta das 18h ou 19h tanto na praça quanto na frente do posto telefônico e observava o movimento de pessoas que atendiam telefone ou que faziam ligações, no mesmo tempo também acontecia o trabalho de minha tia dona Odete Maria de Mendonça (Deta).

Dona Deta como é conhecida no Cajá é filha de Maria Mendonça e João Mendonça, ela é irmã de minha mãe, elas nasceram e viveram no Cajá. Deta e sua família continuam morando no sítio Cajá, na nova localidade reassentada. Lembro que quando morávamos no Cajá ribeirinho Deta prestou serviço no posto telefônico da telefonia paraibana (TELPA). Recordo-me que ela agendava ligações e também atendia as ligações onde repassava para cada família encaminhando-a para uma cabine, um ambiente pequeno em que a pessoa entrava e fechava a porta para falar com seus parentes com maior privacidade.

Nada obstante, recordo-me que a noite às vezes eu ficava na frente da telpa olhando esse movimento de famílias indo conversarem por telefone com seus parentes, esses últimos que iam trabalhar no Rio de Janeiro ou São Paulo, isso acontecia por volta de 1996/1997. Lembro que Deta também trabalhou no grupo escolar municipal José Bezerra de Lima, onde fazia merenda e limpeza nas salas de aula e levava água.

Em suma, ao observar as fotografias dos restos das paredes da telpa, do grupo escolar e da praça, tomo ciência dessas lembranças, logo falo por whatsApp com Deta onde lhe perguntei sobre tempo em que ela trabalhou na telpa e no grupo escolar. Quando eu pergunto se ela prestou serviço no grupo escolar Estadual Joaquim Francisco de Andrade Lima que ficava ao lado da praça, ela afirma que não trabalhou, mas estudou nele:

> Olha Niltin eu trabalhei na TELPA-posto telefônico do Cajá quatro, foi na primeira gestão municipal do prefeito José Ronaldo (1993-1996) e mais dois anos na gestão com doutor Renato (1997-1998), ai foram 6 anos que trabalhei na TELPA e era pela prefeitura municipal de Itatuba. No grupo escolar José Bezerra de Lima eu trabalhei um ano, Niltinho, na segunda gestão de José Ronaldo, acho que foi no ano de 2000, acho que foi isso (Odete Maria de Mendonça [Dona Deta, esposa de Ernande Silva-agente de saúde do Cajá], 01 de julho de 2021).

A senhora trabalhou no grupo escolar Joaquim Francisco de Andrade Lima, que ficava do lado da praça? E a senhora lembra em que ano aquele grupo foi construído?

> Não! Só estudei nele. Aquele grupo foi construído pelo Estado, porque na época o Estado vivia fazendo esses grupos, eu era criança ainda e não lembro qual foi o ano. Quando eu comecei a estudar lá eu tinha 12 anos de idade [no ano de 1974], agora tô com 59 anos de idade[nasceu em 12 de março de 1962], conta ai qual foi o ano que comecei a estudar. E fiz estudei até a terceira série lá [fundamental 1], porque era só o grau de estudo que fazia lá (Odete Maria de Mendonça [Dona Deta, esposa de Ernande Silva, agente de saúde do Cajá], 01 de julho de 2021).

Quem eram seus amigos de escola, as pessoas que estudaram com a senhora em sala de aula e quem era a professora?

> Amigo de escola eu tinha muito vi! Só que acho que nem lembro de tudo mais no momento. Ainda lembro de Maria Lins, Dulce, Dora, Renato, Firmino, Ernande, Gecina, Nalva, Socorro, Dalvinha, tinha

> muito nesse tempo só que agora não lembro de todos, e também estudei com Biu de Doca. Sim Niltinho a professora era Bilzinha o nome dela era Severina Dias Pereiras ela é filha de Dona Nazinha e Pedro Pereira, ela mora no Ingá agora, que era casada com Gildo acho que ele era irmão ou primo de Biu de Lúcio (Odete Maria de Mendonça [Dona Deta, esposa de Ernande Silva-agente de saúde do Cajá], 01 de julho de 2021).

Figura 35 Cisterna e restos de paredes do grupo escolar Estadual Joaquim Francisco de Andrade Lima. A parede do mesmo grupo que ficava ao lado da praça. À esquerda, ao lado do grupo escolar ficava o posto de saúde; à direita estão as paredes da lavanderia e instalações de tanques de lavar roupas; e ao lado ficava o posto telefônico- telpa. **Fonte:** Coleção etnográfica da dissertação. Autor, 11/02/2021.

Figura 36: Ruinas do posto telefônico / a TELPA do antigo Cajá onde Dona Deta trabalhou como telefonista por 6 anos pela prefeitura municipal de Itatuba-PB tanto na gestão do ex-prefeito José Ronaldo quanto na gestão do ex-prefeito dr. Renato Lacerda de 1993 a 1998. **Fonte:** Coleção etnográfica da dissertação. Autor, 11/02/2021.

Figura 37: Local da praça. A sequência de equipamentos públicos: à esquerda a caixa d'água da lavanderia e à direita as paredes do grupo escolar Estadual Joaquim Francisco Andrade Lima, onde Dona Deta estudou a partir de seus 12 anos de idade, por volta de 1974. Também vemos

um pedaço do banco da praça [ver figuras 10, 11 e 13]. **Fonte:** Coleção etnográfica da dissertação. Autor, 11/02/2021.

Figura 38: Pedaço do banco da praça. As paredes do grupo escolar Estadual Joaquim Francisco de Andrade Lima: duas salas de aula, do lado e do outro, e o pátio ao meio. Nesse prédio também havia dois banheiros, cozinha de merenda, sala pedagógica (que poderia funcionar biblioteca, ambiente dos professores ou laboratório de informática. Esse prédio também todo murado de tijolos e arames com estacas de cimento [ver figuras 10, 11 e 13]. **Fonte:** Coleção etnográfica da dissertação. Autor, 11/02/2021.

Figura 39: Pedestal do cruzeiro da igreja católica. À esquerda estão as paredes da casa de Biu de Taurino e Quitéria, e à direita as paredes da telpa/posto telefônico [ver figura 12]. **Fonte:** Coleção etnográfica da dissertação. Autor, 11/02/2021.

Figura 40: Pedestal do cruzeiro da igreja católica construído na beira do rio Paraibinha. Foto registrada de outro ângulo. Foi possível registrar as águas da barragem dentro do rio Paraibinha. Esse pedestal foi fundado na frente da igreja católica, ambos no centro da comunidade. Percebe-se que a posição do cruzeiro e da igreja católica foram construídos na beira do rio. Estima-se que sejam demarcações da fundação da comunidade na beira do rio pelos primeiros habitantes [segundo Ernande Silva, quem construiu a igreja católica e o cruzeiro foi seu pai, Seu Galo, esposo de dona Etelvina] [ver figura 12]. **Fonte:** Coleção etnográfica da dissertação. Autor, 12 de fevereiro de 2021.

1.13 Algumas conclusões

Este capítulo 1 apresentou resultados etnográficos amparados tanto em fotografias antigas quanto em imagens atuais, por exemplo, as das ruinas. Neste momento foram apresentadas diversas formas de memórias entre elas as fotográficas, relatos orais, histórias de vida e relatos orais coletados de produção audiovisual existente sobre os acontecimentos da localidade. Com base nisso, apontei as novas imagens fotográficas que produzir principalmente sobre a localidade antiga, onde considerei vivências e demandas das pessoas que moram na localidade atual, as que moraram nela e as que tiveram que sair para morar em outra cidade, um exemplo, foi eu e minha família, na busca de melhores condições para continuar vivendo.

Dessa maneira, analisei as imagens considerando a fotografia na história da antropologia e na pesquisa antropológica, como aconteceram com Margaret Mead, Malinowski, Boas, Evans Pritchard, visto que suas pesquisas etnográficas se consolidaram, como também a antropologia enquanto ciência no trato heurístico e metodológico do uso da fotografia na etnografia. Essa prática se concentra em analisar a formação e transformação de comunidades, com foco na alteridade bem como interpretar e compreender as transformações e demandas sociais locais.

Consequentemente, constatou-se que a implantação da barragem de Acauã resultou em mudanças profundas nas relações produtivas, culturais, ambientais e econômicas do sítio Cajá. As imagens e os relatos permitem identificar que a barragem provocou perdas, rupturas profundas através desse deslocamento compulsório. Esses resultados também sinalizou que as famílias em reassentamento vivem constantemente adaptando socialmente ao novo território, podemos perceber que esses efeitos são diversos, por exemplo, substituição de atividades agrícolas e sua própria relação com a terra, antes com o rio enquanto referência e agora a aridez, bem como a falta de terras, restrições para a criação de animais, além do mais, ficou perceptível que as terras produtivas ficaram cobertas pela barragem.

Finalmente, depois desses acontecimentos constatados em virtude das várias fontes de registros acerca dessa memória coletiva, resta saber: como estão as memórias dessas famílias e como elas vêm se reconstituindo em reassentamento?

CAPÍTULO 2

MEMÓRIA ORAL DE ATINGIDOS POR BARRAGEM

2.1 Lembranças e narrativas orais: abordagens da memória entre a individualidade e a coletividade

É importante assinalar como se dá a formação da memória social, tanto individual quanto coletiva, se é que podemos fazer esta separação. A memória está ligada a um grupo social, ela pode ser muito ampla e em constante acumulação, emana de relações sociais, culturais, ambientais, territoriais e políticas. Ela se perpetua de acordo com a organização social do grupo e conforme a importância que se dá a ela no lugar e na sua reprodução (HALBWACHS, 1968).

Nada obstante, ao falar de memória, considero as ideias Maurice Halbawachs, um autor da escola durkheimiana, que analisa a memória coletiva enfatizando a coesão social e a força dos diferentes pontos de referência social que estruturam nossa memória. Ao passo que a memória coletiva fundamenta e reforça os sentimentos de pertencimento e as fronteiras socioculturais, entende-se que "a memória coletiva são acontecimentos das interpretações do passado num processo formativo de integração" (POLLAK, 1989, p. 9).

À exemplo disso, a memória pode resultar de uma história de vida colhida por meio da entrevista oral, ela pode ser apresentada de várias maneiras em função do contexto no qual é relatada. O que acontece é um trabalho de reconstrução de si mesmo, onde o indivíduo tende a definir seu lugar social e suas relações com os outros. Portanto, na medida em que se estuda a memória e os processos que a constituem, percebemos também que a coesão social faz parte da ordem social de um grupo.

Outro ponto importante que Pollak relaciona (1989) se refere a memória e esquecimento, afirmando que caso a memória não seja compartilhada, ela tende a ser silenciada ou cair no esquecimento. Já Mariana Franco (2001) afirma que a memória de um grupo se perpetua através da oralidade compartilhada, afirmando que "o lugar social se dá entre as condições históricas e sociais presentes" (pp. 53-60).

Ampliando a discussão sobre a formação da memória, Eclêa Bosi (1979) ao tratar do conceito, considero o pensamento filosófico de Henri Bergson e o de Bosi, onde discutem os processos de formação da memória afirmando que envolvem a subjetividade dos sujeitos, permitindo atingir vários níveis como: memória-imagem, memória - hábito e imagem-lembrança até chegar ao nível de consciência do indivíduo; vindo a formar as lembranças e o compartilhamento delas.

Contudo, há processos mais profundos que formam a memória. Para Bosi (1979, pp. 6-7) as sensações levadas ao cérebro são restituídas por este aos nervos e aos músculos que efetuam os movimentos do corpo às suas ações. “Nem sempre se cumpre o percurso de ida e volta pelo qual os estímulos externos chegam, pelos nervos aferentes, à central do cérebro, e desta voltam, pelos eferentes, à periferia do corpo”.

Para Bosi (1979) há um processo de classificação da memória de acordo como ela é acionada, resultando num processo seletivo de lembranças na medida em que elas são acionadas no cotidiano dos sujeitos, de acordo como agem diante de seu grupo social. Isto é, parte dessas lembranças se torna parte da vida dos sujeitos e outras lembranças podem ficar adormecidas ou caírem no esquecimento ou no silenciamento quando não são vivenciadas no dia a dia:

> A memória permite a relação do corpo presente com o passado e, ao mesmo tempo, interfere no processo atual das representações. É pela memória que o passado não só vem à tona bem como misturando-se com as percepções imediatas, como também empurra, desloca estas últimas, ocupando o espaço todo da consciência aparecendo como força subjetiva ao mesmo tempo profunda e ativa, latente e penetrante, oculta e invasora (BOSI, 1979, p. 9).

Bosi (1979) afirma que “o passado conserva-se, atua no presente, mas não de forma homogênea, trata-se também da criação da memória-hábito” e de lembranças independentes de quaisquer hábitos como lembranças isoladas, singulares, que constituiriam autênticas ressurreições do passado, tendo em vista que “os usos que os sujeitos fazem de suas lembranças e memórias são diferenciados”, podendo ocorrer assim um processo seletivo de usos de lembranças locais de acordo com suas necessidades (p. 11).

Portanto, há nesse meio um processo de seleção de conceber lembranças e memórias locais, e quando são acionadas, se tornam lembranças mais significativas a virem à tona de forma sucessiva ou processual, ou pelo fato de se tornarem usos do

cotidiano e outras podem cair no esquecimento ao longo do tempo por não viverem em processo de acionamento no cotidiano dos sujeitos.

Nessa perspectiva, ainda segundo Bosi, há também as condições para a constituição da "Memória-hábito" adquirida pelo esforço da atenção e pela repetição de gestos ou palavras e pelas exigências da socialização, um exercício retomado até a sua fixação, que se transforma em hábito e em um serviço para a vida cotidiana, isto é, para a autora a memória-hábito é um exercício cultural (*Ibidem*).

Bosi (1979) também discute um processo de constituição da Imagem-lembrança caracterizando-a em lembrança pura. Para a autora, ela se atualiza quando traz à tona da consciência um momento único, singular, não repetido, irreversível da vida; há um processo evocativo do seu aparecimento por meio da memória:

> a imagem-lembrança tem data certa, pois se refere a uma situação definida, individualizada, ao passo que a memória-hábito já se incorporou às práticas do dia a dia. A memória-hábito parece fazer um só todo com a percepção do presente (Ibidem), tendo em vista que a lembrança é a sobrevivência do passado (BOSI, 1979, p. 15).

Ao considerar a memória-imagem-lembrança-hábito que se forma a partir de interações socioculturais e políticas, também estão imbricadas a formação dos sujeitos. O resultado é a internalização e criação de uma subjetividade. Portanto permite compreender que é a partir dessas narrativas de que as lembranças partem do ponto de vista dos sujeitos, e que as coisas se materializam, criam objetividade, recursos materiais e equipamentos que por ventura concretizem as imagens psíquicas dos sujeitos, tornando suas experiências em memórias visuais e orais.

Com base nisso, o entendimento é de que a memória individual está vinculada à memória coletiva do grupo, na qual envolveu o sujeito e sua integração ao seu grupo social. Com isso, concebe-se a complementariedade por meio de histórias de vida, experiências individuais e especialmente as experiências coletivas do grupo (SCHMIDT; MAHFOUD, 1993).

Conforme apontado por Schmidt e Mahfoud (1993, p. 288), Halbawachs afirma que o indivíduo que lembra é sempre um indivíduo inserido e habitado por grupos de referência, permitindo que a memória é sempre construída em grupo, mas também é um trabalho do sujeito, que por sua vez implica na constituição da

memória/imagem/lembranças atrelada a um processo que também diz respeito à rememoração e outros dispositivos para se tornar lembrança viva.

Portanto, o grupo de referência o qual o indivíduo fez ou faz parte estabeleceu uma comunidade de pensamentos, identificou-se e co-fundou seu passado. Já o grupo está presente para o indivíduo não necessariamente ou fundamentalmente pela sua presença física, mas pela possibilidade que o indivíduo tem de retomar os modos de pensamento e sua experiência comum próprios do grupo. "A vitalidade das relações sociais do grupo dá vitalidade às imagens que constitui a lembrança; fruto de um processo coletivo inserida num contexto social preciso" (*Ibidem)*.

Dessa maneira, com base na compreensão da concepção de Maurice Halbawachs, que diz respeito à "natureza coletiva da memória", Schmidt e Mahfoud (1993) apresentam um quadro interpretativo dela:

> A lembrança é fruto de um processo coletivo; a permanência do apego afetivo a uma comunidade dá consistência a lembranças; em contrapartida, o desapego está ligado ao esquecimento; A lembrança para Halbawachs é reconhecimento e reconstrução, é reconhecimento na medida em que porta o "sentimento do já visto". É reconstrução, principalmente em dois sentidos: por um lado, porque não é uma repetição linear de acontecimentos e vivências no contexto de um quadro de preocupações e interesses atuais; por outro, porque é diferenciada, destacada da massa de acontecimentos e vivências evocáveis e localizada num tempo, num espaço e num conjunto de relações sociais; os grupos no presente e no passado permite a localização da lembrança num quadro de referência espaço/temporal que, justamente, possibilita sua constituição como algo distinto do fluxo contínuo e evanescente das vivências; A memória é este trabalho de reconhecimento e reconstrução que atualiza os "quadros sociais" nos quais as lembranças podem permanecer e, então, articular-se entre si (SCHMIDT; MAHFOUD, 1993, p. 289).

Ou seja, permite pensar que a memória visual, lembranças e memória oral fortalecem a memória do grupo social a ser perpetuada, ao passo que as imagens fotográficas são acompanhadas de análise e descrições das experiências sociais cotidianas do grupo social, permitindo que as fotografias dos espaços vividos mobilizem experiências e memórias.

Em suma, a memória sempre está em construção, modifica-se ao longo do tempo ao passo que vai se configurando e reconfigurando as histórias de vida nos diferentes territórios de tradições. Implica, portanto, afirmar que a memória individual

está inseparável da memória coletiva de um grupo e que não pode ser estudada separadamente.

Com base nisso, a seguir apresento um pouco da trajetória de minha família que saiu do sítio Cajá após a implantação da barragem de Acauã, e descrevo um pouco de aspectos socioculturais de outras famílias que permaneceram residindo no reassentamento; relatando também suas trajetórias de vida, antes e depois da barragem.

Deste modo, conversei com as famílias que permaneceram morando na comunidade e com as que moraram nela, desse modo descrevo seus relatos orais considerando o nome como elas são conhecidas popularmente na localidade estudada, de acordo com sua linha de parentesco. E por fim apresento a análise da produção audiovisual sobre os problemas da comunidade, resultantes da implantação da barragem. Nele também destaco relatos orais das famílias e de contribuições dessa produção audiovisual para a população em reassentamento.

2.2 Trajetórias de uma família

Deste modo, num processo de autoetnografia pesquisei a história de minha família, implicando também num reconhecimento dessa memória local com a comunidade sítio Cajá de Itatuba – PB. Dessa forma busco conversar com minha mãe Neide e meu pai Vando, onde as perguntas foram sobre as famílias dela e dele acerca do tempo que morávamos no Cajá antigo, da implantação da barragem e seus efeitos, do processo de deslocamento para o reassentamento, do período de moradia na vila, dos motivos da nossa saída do Cajá e consequentemente da mudança para continuar vivendo e trabalhando em outra região e da situação atual. Aproveitei também para narrar meu percurso pessoal, escolar e na Universidade.

Neide de Maria Mendonça

Lucineide Maria de Araújo Barbosa é conhecida no Cajá por Neide, filha de Maria Mendonça, ela nasceu no dia 21 de fevereiro de 1970 (51 anos de idade); possui o ensino fundamental incompleto e casou-se aos 16 anos de idade. Trabalha com a agricultura desde sua adolescência, é filha de uma família de agricultores, o senhor João Mendonça de Araújo e dona Maria Cândida Mendonça, tem 8 irmãs e 2 irmãos, totalizando uma família composta de 13 pessoas.

Figura 41: Neide de Maria Mendonça com o cachorro Leão, no quintal de sua casa no sítio Pindobal, zona rural de Alhandra-PB. **Fonte:** Coleção etnográfica da dissertação. Autoria: Leidiane de A. Barbosa, 2020.

> A família da gente trabalhava em roçado plantando. Lucrava muito Tio Zezo e tio Chico Mendonça que eram irmão de meu Pai. Pai e Mãe sempre trabalhou na agricultura. Naquele tempo chovia, tinha inverno, o povo naquele tempo lucrava muito, era depósitos e mais depósitos de milho, feijão, fava que guardava pra comer o ano todo. Criou a gente em roçado plantando feijão, milho, fava, e assim, tiveram 11 filhos, botava a gente tudo novo no roçado, quando os

> filhos e filhas cresceram, no início de 1980 todos foram pra São Paulo, Naldo vivia cortando cana em Pernambuco, chegava preto do pó de cana, depois foi embora pra São Paulo também, só ficou eu e Deta lá no Cajá. Quando todos os filhos estavam em são Paulo, e pai e mãe estava aposentados também foram morar em são Paulo, mas porque pai foi tratar em São Paulo de uma doença no sangue, depois mãe foi também, pai morreu em São Paulo no ano de 1982. Eu logo casei com teu pai, eu tinha 16 anos de idade quando casei, estava grávida de tu, casei no dia 14 de setembro de 1986, Deta foi morar um tempo no Rio de Janeiro em 19984, mas voltou pro Cajá e não saiu mais. Pronto só ficou eu e Deta lá no Cajá. O pessoal (os irmãos e irmãs de minha mãe) casou-se lá pra São Paulo, hoje todos tem suas moradias, trabalharam muito, quase todos já tão aposentados (Neide filha de Maria Mendonça, 22 de março de 2021).

Vando de Biu de Lúcio

Já o José Gilvando Barbosa é conhecido no Cajá por Vando de Biu de Lúcio, ele nasceu no dia 23 de setembro de 1967 (53 anos de idade). Ao conversar com ele sobre a história de vida dos pais e avós, também me relatou diversos aspectos socioculturais e produtivos de sua família. Sua família é composta de 2 irmãs, 2 irmãos, seu pai Severino Lúcio Barbosa (Biu de Lúcio) e Marluce de Medeiros Barbosa, totalizando uma família composta de 7 pessoas.

Figura 42: Vando de Biu de Lúcio, foto registrada na feira de animais de Itabaiana, onde mostra um bode juntamente com caixas verdes usadas para transportar galinhas de capoeiras em cima do carro, também mostra sacos em cima das caixas. Vale lembrar que as aves e animais são também comprados e revendidos nas feiras livres e individualmente com famílias que os criam. **Fonte:** Coleção etnográfica da dissertação. Autoria: Lenildo de A. Barbosa, 2020.

> Eu casei com tua mãe eu tinha 18 anos de idade; mamãe (Marluce Medeiros) a família de mamãe tinha muita terra lá rio (região do rio paraibinha, sítio Cajá, Itatuba-PB), ela herdou uma fazenda que tinha o nome de Fazenda Santa Luzia, que ficava na divisa com as terras de Jairo, a casa que teu avô morava. As irmãs de mamãe também herdaram fazendas na beira do rio, tia Lora [In memoriam] e tia Luiza Ernesto, essas terras era na beira do rio, era muitas vazantes de capim, cada fazenda tinha uma casa boa, de lado ficava os currais que criava gado, boiadas. Essas terras ficava na beira do rio, onde era as terras de João Moco, subindo na beira do rio, depois era aquelas terras toda de Jairo Barbosa, venderam acabou com tudo. Acho que em 1980 tia Lora e tia Luiza Ernesto vende suas terras e compra cada uma casa na rua (zona urbana do município de Itatuba-PB) aquelas casas que tem até hoje. Já mamãe (Marluce Medeiros) se casou com papai (Biu de Lúcio), mamãe também herdou aquelas terras da fazenda Santa Luzia, ela casou e foi morar na fazenda com papai. Papai também antes de se casar com mamãe já vivia comprando e vendendo boiadas de gado (Vando de Biu de Lúcio, 22 de março de 2021).
>
> Biu de Lúcio comprava e vendia boiadas por lá vivia disso desde novo, isso nos anos 1970/80, ele comercializava gado, boi, naquele tempo Biu de Lúcio era amigo de Biu Rodrigues, João Rodrigues que era fazendeiros por ali da jati/trapiá/Mulungu, todo lugar eles movimentava boiada (Neide de Maria Mendonça, 22 de março de 2021).
>
> Em 1981 a mãe do teu pai (Marluce Medeiros) começou dar aula em um salão na fazenda dela, eu tinha 11 anos ia todo dia, ia a pé, andava mais de uma hora a pé pra ir e mais de uma hora a pé pra voltar. Tua avó ensinava lá na casa dela, tinha dois salões grandes, ela ensinava num salão, lembro que tinha uns bancos de madeira, uma mesa. Foi um tempo que o governo tava pagando pra quem quisesse ensinar, aí tua avó começou ensinar, quem pagava a ela era a Prefeitura do municipal de Aroeiras-PB. Muita gente do Cajá ia pra estudar com ela, eu fui estudar lá, foi quando conheci teu pai (Neide filha de Maria Mendonça, 22 de março de 2021).
>
> Da época lembro do pessoal que estudava lá com dona Marluce era Nise de Manoel Bezerra, as irmãs do teu pai Di e Nana, Divane, Dorinha de Manoel Roberto, Doda de Manoel Roberto, Gilvane de Nensinha, Geraldina de tia Bila, Givanilda de Nensinha, Vanda de Quitéria, Naide de Luiza Ernesto (Neide de Maria Mendonça, 22 de março de 2021).
>
> Já teu pai nem ligava de estudar, tua avó colocava ele pra estudar e ele saía, era porque teu pai vivia cuidando dos bichos, de gado desde criança, teu avô também botava os filhos Gildovando pra trabalhar nas fasantes de capim, já as irmãs de teu pai Nana e Di também se casaram novas, acho que em 1986 Gildo, irmão de teu pai, com 16

> anos de idade foi embora pro Rio de Janeiro, depois Nildo também foi pro Rio, todos até hoje (Neide de Maria Mendonça, 22 de março de 2021).
>
> Dona Marluce, antes de dar aula, saia vendendo um monte de coisa de porta a porta, colocava uma sacola enorme nas costas e saia pra vender perfume, roupa, cartelas de bingo.Tua avó Marluce morreu em agosto de 1986, ela foi enterrada no cemitério do Cajá no mesmo lugar que ela enterrou sua filha, na beira do rio, ela morreu de derrame, tinha 42 anos (Neide de Maria Mendonça, ou Neide de Vando, 22 de março de 2021).
>
> Desde solteiro eu vivia já comprando bichos gado garrote, isso em 1978, depois comecei negociar comprando e logo revendendo animais na região, já em 1990, também vivia comprando cavalos/burros e logo vendia por lá, mas também negociava com ovelhas, carneiros, bodes, porcos. Eu não fazia criação, eu comprava de agricultores que tinha criação de animais. Quando resolvi casar com tua mãe resolvi vender o gado que tinha e comprei a terra da Camará, tu era pequeno quando a gente morou na Camará. Depois vendi e comprei a terra de rapazinho na beira do rio, depois também vendi e comprei aquela casa em Itatuba e depois vendi, e fomos morar na casa da bancaria, na casa dos pais de tua mãe, e continuei negociando. Depois comecei trabalhar com Sé Carlos na fazenda dele, e também ajudei na campanha política de Sé Ronaldo, acho que em 2000, ele ganhou, apostei com Sé Neto meu cavalo selado com uma vaca dele, e ganhei a aposta (Vando de Biu de Lúcio).

Minha educação escolar - Educação infantil

Em meados de 1994, morava longe da escola, saímos do povoado Camará e fomos morar numa propriedade rural que meu pai comprou na beira do rio; lembro que era uma terra bastante agrícola, pois se localizava na beira do rio, havia a casa que morávamos, porteiras, fruteiras (Pitomba, Pinha, Siriguela e outras), também havia plantações de palmas que alimentava os animais, um curral e cocheira de criar gado.

Nada obstante, próximas havia outras propriedades rurais de agricultores, entre eles era Seo Otávio e dona Nenem Sales (pai e mãe de dona Anelita), Joca e Novinha (pai e mãe de José Claudio) que desenvolviam atividades agrícolas, de criação de gado de leite, ovelhas, porcos e outros animais. Meu pai já vivia negociando com animais, parte do dia eu ajudava a cuidar dos animais de gado de leite garrotes ovelhas e carneiros nas pastagens na beira do rio, como as cercas eram precárias eles poderiam fugir e entrar em outras propriedades.

Eu ainda sem frequentar a escola, em casa fazia algumas tarefinhas elaboradas por minha mãe, como cobrir as letras do alfabeto em letras maiúsculas. Porém, ela não tinha paciência de me ensinar; minha tinha Odete Mendonça, irmã de minha mãe,

quando ia nos visitar via meu desespero sem saber cobrir de lápis grafite as letras escritas num caderno por minha mãe, minha tia fazia outra tarefa, e ela tinha paciência de me explicar, e assim, fui tendo contato com as letras em casa.

Lembro-me da minha primeira ida à escola no ano de 1996, no turno da tarde, no grupo escolar na comunidade de Cajá de Itatuba, esse grupo ficava situado nas margens do rio Paraibinha, fronteira do município de Aroeiras; inclusive este grupo escolar era pertencente à prefeitura de Aroeiras, localizado na terra de Joaquim Liar.

No quarto bimestre do ano de 1996, eu com 8 anos de idade, morando no povoado de bancária, ainda lembro do meu primeiro dia de aula no turno da tarde, uma amiga de minha mãe me leva ao grupo escolar, chegando lá, entro na sala de aula.

A Ilma, filha da minha primeira professora, Dona Inês de Manoel Carias, se encontrava no grupo escolar auxiliando-a na organização e tarefas dos alunos; eu, calado, quietinho na mesa em sala de aula, ela chega até a mim, e fala “que galeguinho bonitinho” e eu caio no choro, ainda hoje esse meu choro é motivo de bagunça por minha prima Danielle, pois Ilma contou a ela sobre o episódio de eu chorar na sala de aula.

Já a professora, dona Inês, foi atenciosa comigo, passava atividades escolares pra casa e logo fazia; lembro ainda que eu levava a merenda da escola para comer em casa, geralmente era sopa. Frequentei poucos dias de aula nesse grupo escolar, pois fui interrompido por uma viagem com minha família para São Paulo, com o ofício de batizar meu irmão mais novo.

Educação fundamental 1 e 2

No ano de 1997, minha mãe me matricula na escola municipal de ensino fundamental José Bezerra de Lima. Na época, as atividades de ensino da escola funcionavam em outra escola com o nome Joaquim Francisco de Andrade Lima, na comunidade de Cajá, nas margens do rio Paraibinha, porém, ao lado do município de Itatuba.

Sempre estudei em escola pública e trabalhei em pequenos roçados de feijão e milho, ainda estudando no ensino fundamental; meu sonho era criar ovelhas, trabalhei cortando madeira na terra de meu avô materno, fazia o buraco na terra, juntava a

madeira/lenha cortada em tamanho de 1 metro e montava em formato retangular com em média 2 a 3 metros de comprimento e 1 metro e meio de largura, depois coletava arbustos ou capim para cobrir a madeira formando uma camada; colocava a terra cobrindo tudo apenas deixando um buraco para tocar fogo na parte inicial e dois buracos um em cada lateral para sair a fumaça. Como eu estava aprendendo a fazer carvoeira, fazia pequenas, e no final daria 2 ou 3 sacos de carvão, onde vendia para Seu Biu Moco de Minininha. Também cheguei a vender carvão a Seu Bila e fiz carvoeira com meu tio Chico Mendonça, hoje já falecido.

Com a venda dos sacos de carvão consegui comprar uma ovelha a meu pai, depois comprei uma bicicleta. Assim comecei a formar uma criação de ovelhas, elas iam parindo e juntando os filhotes, cheguei a formar o total de 6 ovinos/ovelhas e carneiros. Pela manhã eu cuidava do pequeno rebanho, colocava água, capim palma, também tinha uma ovelha e filhotes de minha mãe, e pela tarde eu ia para a escola.

Quando eu estudava na 4ª série no grupo escolar José Bezerra de Lima, morando no povoado de Bancária, no território do município de Aroeiras, o que me marcou nesta trajetória educacional foi uma excursão escolar. Saímos do centro da praça pública para visita educativa no Parque Zoológico Arruda Câmara (Bica), localizado no bairro Tambiá/João Pessoa, e depois à praia. Do ensino fundamental 2ª a 9ª série não reprovei nenhum ano; eu tinha tudo para desistir de estudar e ser um semianalfabeto igual a meu pai que mal sabe escrever o próprio nome.

Uma casa na vila do Cajá

Lembro que no ano de 2002 o governo do Estado entrega as chaves das vilas do reassentamento Cajá ao prefeito José Ronaldo, da Prefeitura Municipal de Itatuba-PB, para fazer a distribuição das casas de placas. O prefeito da época, o José Ronaldo, entregou as casas às famílias que estavam cadastradas e sobram 3 casas, e meu pai tinha trabalhado ajudando a fazer a campanha política do ex- prefeito José Ronaldo, onde o mesmo foi eleito.

Vando, ao saber que tinha sobrado algumas casas, logo foi conversar com o prefeito afirmando que tinha trabalhado em sua campanha política e do problema da barragem que iria isolar a família, com isso iria ficar mais complicada a situação para trabalhar vivendo longe da vila do Cajá, logo o prefeito doou uma casa a meu pai. Nesse

momento se encontrava no local o seu Mutuca, que também foi contemplado com uma casa na vila.

Mudança para a "agrovila"

Ao mudar para a vila do Cajá em junho de 2002 continuei estudando me deslocando para estudar no centro urbano de Itatuba, na escola José Rodrigues de Ataíde. Naquele tempo tínhamos uma pequena criação, lembro que levamos umas 6 ovelhas para continuar criando na vila, ao chegar na vila, percebi as dificuldades de manter a criação das ovelhas, logo eu amarrava os animais nas terras do fazendeiro dr. Jivan, em frente à vila, também começamos a construir faxinas ao redor da casa e um curral na esquina da nossa casa. Muitas famílias soltavam os animais nas terras da fazenda, por mais que o proprietário não aceitasse, mas vivíamos nesse impasse.

O fazendeiro dr. Jivan mandava seu vaqueiro, o seu António Carlota, construir cercas de arames farpados para impedir que nós soltássemos animais ou da passagem deles às suas terras, como também recebíamos reclamações de seu António Carlota: "o homem não quer ninguém criando aqui na terras dele, eu já avisei pra não amarrar ovelhas e nem soltar os bichos na terra do homem, se eu pegar esses bichos vou levar pro o curral e vai pro brejo".

Depois de estarmos morando na vila meu pai continuou trabalhando na função de vaqueiro na fazenda do senhor José Carlos, era uma propriedade de gado de leite, gado de corte, criação de carneiros, ovelhas e porcos que se localizava na beira do rio Paraibinha. Mas com a implantação da barragem isso mudou, a propriedade foi indenizada pelo Estado ela funcionou até o enchimento da barragem. Por volta do final do semestre de 2003 o senhor José Carlos, dono da propriedade, encerra parte das atividades pecuárias, vendendo animais e diminuindo sua criação na fazenda e vai morar na área urbana de Itatuba. Cada vez mais as atividades de trabalho e renda vão diminuindo, após isso os currais foram reconstruídos numa parte mais alta e suas atividades passaram a ser desempenhadas parcialmente.

Quando a barragem atinge sua capacidade total em janeiro de 2004, a pesca se torna atividade principal de trabalho e renda. Meu pai também passou a pescar; eu, meu irmão Lenildo, minha mãe e minha irmã ajudavam a pescar; lembro que vendeu meus 3 carneiros e juntou o dinheiro para comprar as redes de pesca, já a canoa com remos meu pai comprou conjuntamente com meu avô Biu de Lucio, pois os irmãos de meu pai,

Gildo e Nildo, que moram no RJ, mandaram dinheiro para meu avô comprar uma canoa e que meu pai tomasse conta da canoa para fazer a travessia na barragem, pois meu avô foi morar do outro lado da barragem. Todos os sábados meu avô se deslocava par o centro de Itatuba para fazer a feira/compras de alimentos.

Nisso meu pai fazia a travessia com a canoa, como também trabalhávamos com a canoa para pescar, inserir a rede de pesca dentro da água e fazer a coleta da mesma com o pescado/captura dos peixes. Foram 8 meses pescando na barragem (fevereiro a agost/2004). Ao iniciarmos a pesca em fevereiro/2004 foi bastante complicado, pois meu pai não tinha domínio corretamente da atividade. Nesse período muitos pescadores profissionais vieram de outras barragens, como a de Boqueirão, tanto para pesca quanto para vender canoas/remos/redes.

Os pescadores já experientes e com domínio da atividade pesqueira se apropriavam dos melhores espaços dentro da barragem, gerando disputas e conflitos pelos espaços de pesca, pois dependendo da localidade dentro da barragem, poderiam aumentar o pescado. Também havia conflitos por perdas de redes, caso o pescador deixasse as redes sem vigilância, alguém as roubava, e isso gerava confusões e acusações, mas sempre cada pescador continuava pescando muito ou pouco pescado.

Dessa maneira, sempre priorizei os estudos, por mais que eu precisasse ajudar nos trabalhos com a família. Eu Fazia algum trabalho pela manhã: cuidando da criação de ovelhas ou buscando água para abastecer em casa e para os animais beberem. Os estudos na escola eram no turno da tarde e não faltava às aulas, quando tinha muitas atividades escolares eu começava pela noite e continuava a fazer pela manhã.

No período com o trabalho com a pesca na barragem permaneci priorizando os estudos. Eu ajudava pela manhã na pesca para remar a canoa, inserir e retirar as redes para a coleta dos peixes. Mas quando era para estudar e fazer as atividades escolares eu as priorizava e não ia ajudar na pesca. Nos períodos de aulas, por volta de meio dia, me deslocava de transporte escola para a zona urbana de Itatuba para continuar os estudos na escola Estadual José Rodrigues de Ataíde.

Nos finais de semana eu fazia a pesca de Camarão na barragem, com o uso de garrafas PET e, dentro delas, um pouco de iscas (Raspas de coco), formada uma corda de recipientes e alocadas nas beiradas da represa, com a água na altura dos joelhos; desse modo, a coleta do pescado se daria pelas manhãs às 6h, e final da tarde às 17h.

A nossa saída do reassentamento, vila do Cajá

Na segunda quinzena de agosto de 2004 meu tio Jair, irmão da mãe do meu pai, foi chamá-lo para trabalhar numa fazenda do primo dele, seu Antônio, um contador aposentado que morava em Olinda e tinha comprado uma granja/fazenda para criar gado de corte, na zona rural do município de Pilar - PB.

Lembro que esse meu tio Jair (irmão da mãe de meu pai) e o seu Antonio (primo distante da mãe do meu pai) chegaram na vila do Cajá por volta das 9h da manhã. Conversaram com meu pai e minha mãe, e foi apresentada a proposta de emprego de carteira assinada como caseiro, e a casa para morar dentro da granja pra cuidar de vacas de leite e cerca de 60 bois de corte; meu pai ficou na dúvida e disse que iria pensar e depois daria a resposta:

> Escutei toda a conversa sobre a proposta de trabalho de carteira assinada e de moradia na granja/fazenda pra teu pai, mas eu fiquei sem dar opinião. Teu pai disse que ia dar a resposta depois. Seu Antonio e tio Jair saem para fazer a volta do carro. Quando eles sai pra ir embora, conversei com teu pai, falei do sufoco que a gente tava passando na vila do cajá, sem trabalho, a pesca tava ruim com pouco peixe porque tinha muita gente pescando, não tinha outro trabalho, uma seca sem chover, um maior sufoco na vila para viver, sem água. Então logo mandei Vando dar a resposta a seu Antonio (dono da granja), para logo aceitar a proposta de emprego e a gente se mudar logo pra granja, sair do cajá, mudar de cidade. Quando seu Antonio e Jair vêm voltando, Vando acena e logo seu António para o carro, aí teu pai dar a resposta logo, ele confirma logo. Seu António concorda, e informa: "daqui a uma semana eu envio o caminhão para buscar vocês e sua mudança". E pronto, não é todo dia que chega alguém na casa da gente oferecendo um trabalho e logo no sufoco que a gente tava passando na vila, vamos simbora atrás pra onde tem trabalho e procurar viver melhor. Mas teu pai ainda não queria porque disse que depois dava a resposta (Neide de Vando, 22 de março de 2021).

No dia 1 de setembro de 2004, por volta das 11h chega na vila do Cajá o caminhão para buscar a nossa mudança para a granja, na zona rural do município de Pilar - PB. Logo arrumamos toda a mudança em cima do caminhão e por volta das 13h saímos da vila do Cajá. Após alguns meses meu pai vendeu a casa da vila por 1.200 (Mil e duzentos) a Biu de Taurino. Hoje quem mora nela é o seu Nem Bezerra, o ex-vereador do Cajá antigo, que comprou a Biu de Taurino.

A chegada na granja de Pilar - PB

Quando mudamos para morar na zona rural do município de Pilar - PB, em 1 de setembro de 2004, fui prestar serviços na granja (manutenção de cercas e de pastagens

para gado, limpeza de plantação de abacaxi e de macaxeira), também prestei serviços em outra fazenda de vacas de leite, na plantação de cana de açúcar para ração de vacas. Durante esse período mantive meus estudos; estudava no turno da tarde, e nos meses de férias, me dedicava mais a trabalhar nos locais citados com a finalidade de ter meu próprio dinheiro.

Para continuar os estudos me deslocava de ônibus escolar para a zona urbana do município de Pilar - PB. Nesse período eu estava no 9º ano, na escola municipal Virgínio Veloso Borges; meu irmão Lenildo e minha irmã Leidiane também continuaram estudando nessa mesma escola.

O ensino médio

Em 2005, ao iniciar o Ensino Médio, optei por mudar de escola e fui estudar no colégio Estadual Doutor Antônio Batista Santiago, localizado na zona urbana do município de Itabaiana-PB. Minha ideia era de que ao estudar em Itabaiana eu poderia conseguir algum trabalho, conhecer outra localidade; isso aconteceu. No primeiro ano do ensino médio estudei no turno da tarde. Nesse período eu me deslocava para Itabaiana onde parte do trajeto era feita de bicicleta e outra parte por transporte escolar; ao longo desse ano permaneci morando com minha família na granja, da área rural de Pilar; pela manhã eu prestava serviços na granja para conseguir um pouco de dinheiro.

Também fiz cursos profissionalizantes. Ao longo de 2005 realizei nas tardes das quartas-feiras o curso profissionalizante de informática [Operador de micro]; já aos sábados fazia o curso de noções de assistente administrativo, secretariado, departamento pessoal, técnicas em vendas. A continuidade dos estudos regulares e esses cursos profissionalizantes foram decisivos para conseguir meu primeiro emprego numa fábrica de calçados [PESPE/CAMBUCI- Penalty], em Itabaiana-PB; trabalhei nessa fábrica no período de 1 de março de 2006 à fevereiro de 2011.

De fato, acreditava que os estudos e a oportunidade no colégio Estadual de Itabaiana pudessem me proporcionar novas visões, e isso foi possível. Ao longo de 2005 posso destacar algumas experiências como acesso à biblioteca e ler 3 livros: José Lins do Rego [Menino de Engenho e Fogo Morto], Graciliano Ramos [Vidas secas]. Aconteceu uma experiência pedagógica importante: a diretora Albani organizou uma excursão com os(as) alunos(as) do Ensino Médio para uma visita ao centro histórico de João pessoa, Espaço Cultural [Museu José Lins do Rego e Teatro Paulo Pontes] e o

mercado Feira de Artesanato. Outra experiência pedagógica organizada pela professora Rosinha junto à direção da escola foi a excursão para a cidade de Baia da Traição - PB, com visita à tribos indígenas.

No final do ano de 2005, início de dezembro, um colega chamado Edson, que estudava comigo na mesma sala de aula, trabalhava em uma fábrica de calçados que produzia para a marca Penalty. Falei em quê eu estava trabalhando, logo ele sugeriu que eu levasse meu currículo para a referida fábrica. Na semana seguinte preparei meu currículo e me desloquei de bicicleta à fábrica, entregando-o ao departamento pessoal, ao supervisor Oberdan, e aguardando algum retorno.

No ano seguinte, em 2006, me matriculei na mesma escola de Itabaiana, Dr. António Batista Santiago, no segundo ano do ensino médio. Em fevereiro do mesmo ano recebi ligação da fábrica para fazer entrevista e fui aprovado. Logo preparei a documentação para a admissão e registro em carteira de trabalho em 1º de março de 2006. Continuava estudando no turno tarde e residia na fazenda zona rural de Pilar.

Com a conquista da oportunidade de trabalho na fábrica, resolvi alugar uma casa pequena em Itabaiana, e na manhã do dia 1º de março, por volta das 9h horas, me mudei para Itabaiana para morar só, continuar os estudos e iniciar o trabalho naquele mesmo dia, das 14h às 22h50.

Continuei estudando na mesma escola, mas mudei de turno. Passei a estudar no turno da manhã. Sempre priorizei os estudos, realizava todas as atividades escolares, obtive aprovação em todas as disciplinas, mas também conciliando com o trabalho na fábrica. No ano seguinte, em 2007, estudei o terceiro ano e finalizei o ensino médio. Lembrando que, apesar das adversidades, como trabalhar no período de estudos escolares da formação básica, nunca fui reprovado.

Ensino superior

Ao finalizar o ensino médio me dediquei a estudar também para prestar o vestibular da UFPB, na época era processo seletivo seriado, pesquisei numa Lan House os cursos da UFPB, prestei vestibular para administração em 2008, mas não obtive êxito. No ano seguinte, li o que estudava e o que fazia a pessoa formada em licenciatura em Ciências Sociais e decidi prestar o vestibular para este mesmo curso, no qual obtive aprovação em 2010 com entrada em 2011.1

Eu, com quase 5 anos trabalhando na fábrica de Itabaiana, entendi que precisava mudar de trabalho e de cidade, então pedi desligamento da fábrica. Passei o 1º período do curso estudando e ainda morando na mesma cidade de Itabaiana.

Em 07 de julho de 2011 me mudo definitivamente para a cidade do Conde - PB, região metropolitana de João Pessoa, na qual aluguei uma casa, continuei trabalhando e estudando, e em 13/04/2012 consegui ser admitido na Coteminas/AS, onde trabalhei no centro de armazenagem e distribuição da empresa [Logística]. O novo trabalho permitiu também continuar o curso de Ciências Sociais.

Em outubro de 2014 peço desligamento da Coteminas, e em 15 de novembro de 2015 decido me mudar para João Pessoa, naquele momento para dividir moradia em apartamento com colegas estudantes universitários, continuar os estudos e na procura de novo trabalho. Consegui um novo trabalho em Logística Integrada [transportadora]. Embora o novo salário fosse interessante (cerca de R$ 1.650), o trabalho exigia dedicação, contudo não estava permitindo conciliar com os estudos. Logo solicitei desligamento da Logística.

Em seguida procurei outras formas de continuar estudando, a maneira foi apelar pelos cadastros em auxílios estudantis da UFPB. Então comecei a me dedicar a monitorias, projetos de extensão, e após cinco tentativas, consegui o auxílio moradia da Universidade e pude me dedicar especialmente aos estudos de extensão universitária. Também optei em continuar os estudos na pós-graduação, o motivo principal foi por gostar sempre de estudar, e como eu sempre trabalhei e estudei, e quase não tinha tempo livre para me dedicar aos estudos, no ensino médio eu pensava: meu sonho é um dia só estudar.

Nesse período, também continuei fazendo o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), onde consegui outras aprovações em cursos de graduação. Em meados do ano de 2014 fui aprovado no curso de Engenharia de Biossistemas da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Campus Sumé – PB; pensei em cursá-lo, mas como eu iria me manter financeiramente na cidade? Naquele mesmo ano também obtive aprovação para cursar o curso de tecnólogo em Geoprocessamento pelo IFPB no campus João Pessoa. No ano de 2015 fui aprovado no curso de Tecnólogo em Logística no Centro Universitário Unipe de João Pessoa, essa aprovação se deu através do Programa Universidade para todos (PROUNI). Já no ano de 2017 também obtive aprovação pelo PROUNI para o curso de Agronomia na Faculdade Nova Esperança

(FACENE), que fica localizada no bairro de Gramame em João Pessoa. Enfim, decidi continuar estudando a licenciatura em Ciências Sociais na UFPB em João Pessoa, evitando maiores interrupções nos estudos.

A mudança de trabalho

Meu pai, Vando de Biu de Lúcio trabalhou 6 anos na granja em Pilar-PB, e depois saiu para trabalhar na fazenda de vacas de leite de Seo Dema Azevedo, no município de Itabaiana-PB. Em meio a isso, o dinheiro que conseguiu das contas trabalhistas comprou uma casa no povoado do sítio Jacaré, zona rural do município de Pilar-PB:

> Depois que a gente saiu da granja de seu Antônio em Pilar, a gente continuou trabalhando e morando em granjas, era cuidando de bicho ou caseiro. Depois que a gente saiu do Cajá a gente rodou demais pra chegar aqui, a gente morou e trabalhou 6 meses na fazenda de seu Dema Azevedo, 2 meses na fazenda de Manoel Zumira, depois conseguiu outro trabalho em um Haras/criação de cavalos lá no Mussuré, entre Conde e João Pessoa. Nesse trabalho no Haras a gente morou uns 6 meses, após isso conseguiu outro trabalho em granja como caseiro no sítio Caxitú na zona rural do município de Conde-PB, neste passou 1 ano. Em 29 de junho de 2013 fomos morar e trabalhar em outra granja de criação de vacas nelore, propriedade de Cal Lucena (ex-vice-prefeito de Alhandra) localizada na zona rural de Alhandra. Neste trabalho passamos 3 anos e 3 meses. Até chegar aqui nessa casa em setembro de 2016, onde a gente tá morando até hoje (Neide de Vando, 22 de março de 2021).

A compra da nova moradia em Pindobal – Alhandra - PB

A compra da nova moradia aconteceu no início do ano de 2016, onde pagou uma pequena parte, onde a maioria do valor foi paga em parcelas, a prazo. O terreno se totaliza em menos de meio de hectare, está localizado no povoado sítio Pindobal, na zona rural do Município de Alhandra, litoral sul do Estado da Paraíba. Em setembro de 2016 passou a residir nela onde permanece até hoje.

Figura 43: Atual moradia de Neide de Maria Mendonça e Vando de Biu de Lúcio no sítio Pindobal, zona rural do município de Alhandra-PB, litoral sul do Estado da Paraíba. **Fonte:** Coleção etnográfica da dissertação. Autoria: Leidiane de A. Barbosa, 25 de março de 2021.

> A gente se mudou pra cá, da granja de Cal Lucena pra vir morar aqui no dia 24 de setembro de 2016 (Neide de Vando, 22 de março de 2021). A compra dessa casa tem dinheiro desde a casa da vila do Cajá lá de Itatuba, que depois comprei a casa no sítio Jacaré na zona rural do município de Pilar-PB, que juntei com o dinheiro das contas do trabalho na fazenda de Pilar e comprei a casa nos sítio Jacaré. Depois do meu último trabalho, 3 anos e 3 lá em Lucena, que era de carteira assinada, juntei esse dinheiro das contas; com a casa do sítio Jacaré em Pilar, troquei a casa do sítio Jacaré e botei dinheiro por essa aqui em Pindobal -Alhandra (Vando de Biu de Lúcio, 22 de março de 2021).

O comércio próprio em 2016

Sindicato de agricultores e o Programa Agroamigo do Banco do Nordeste

> Em setembro de 2016 começo a trabalhar pra mim mesmo comprando e vendendo galinha na moto, primeiro foi nas feiras livres e depois para restaurante, na moto com a caixa. A partir de 2018 começo a vender pra restaurante, na moto com uma caixa no bagageiro da moto comprando e revendendo frangos/galinhas e ovos de galinha para restaurantes, como também compra e venda nas feiras livres de Oitizeiro- João Pessoa aos domingos, na feira de Conde-PB aos sábados, e em Itabaiana às terças-feiras, e em Itambé-PE (Vando de Biu de Lúcio, 22 de março de 2021).

No início de 2018, Vando e Neide se associaram e iniciaram o pagamento mensal ao sindicato de agricultores do município de Alhandra - PB. Ao se associarem ao sindicato rural, há um registro que acontece de acordo com o tamanho da propriedade, ao longo do tempo os associados passam a ter alguns direitos, entre eles o de se aposentarem como agricultores. Nesse mesmo tempo também acontece à

socialização de experiências, práticas, saberes e fazeres entre os agricultores da região, notadamente, uma delas foi a articulação com o Banco do Nordeste, voltada para uma política de crédito através do Programa Agroamigo, na qual cada agricultor e agricultora pode fazer um empréstimo de acordo com o tamanho da propriedade e suas práticas agrícolas:

> O sindicato dos agricultores fica no centro de Alhandra. Nilton, pra pagar o sindicato desde a minha mãe, minha mãe pagava o sindicato, ela se aposentou pelo sindicato, aí então nisso eu cresci sabendo disso aí agora no tempo de pagar comecei a pagar, já era pra tá pagando há tempo, mas porque minha mãe que pagava já, minha mãe, aposentou pelo sindicato, aí a gente já foi crescendo nisso né, pagando já, com isso no pensamento pra pagar já (Neide de Vando, 26 de março de 2021).

No ano de 2018 Vando adquiriu esse empréstimo. Em 2020 o renovou e Neide também adquiriu o mesmo empréstimo pelo mesmo programa e banco. Pergunto tanto a Vando quanto à Neide quais foram as motivações para pagar o sindicato dos agricultores, e como se deu a articulação com o Banco do Nordeste, vindo a resultar os empréstimos:

> Quem indicou pra fazer esse empréstimo pelo Banco do Nordeste foi um amigo de teu pai que já fazia o empréstimo, aí ele disse que teria que tirar o sindicato (ter cadastro no sindicato dos agricultores e pagar a taxa do sindicato) aí então a gente foi tirar o sindicato pra isso, entendeu? (Neide de Vando, 26 de março de 2021).
>
> O empréstimo no banco ajudou melhorar minhas vendas, com o dinheiro logo comprei mais galinhas, e no final de 2019 consegui comprar um carro de carroceria para continuar trabalhando, como também construí o galpão pequeno e o cercado para acomodar as galinhas, e patos, perus e guinés que vou comprando. Assim tô indo, tô conseguindo manter o trabalho, o dinheiro da feira de 15 em 15 dias, tua mãe vai fazer a feira (Vando de Biu de Lúcio, 22 de março de 2021).
>
> A assistência do sindicato e do Banco do Nordeste do programa Agroamigo permitiu eu melhorar meu trabalho, e trabalhar pra mim mesmo, assim não tô trabalhando em granjas, e agora faço meu trabalho na hora e no dia que eu quero, graças à Deus que vem dando certo, comecei o empréstimo de 5 mil e renovei o empréstimo em 2020, e as vendas melhoraram, só ficou ruim; diminuiu as vendas com a pandemia, porque tudo fechou, os restaurantes fechados, fiquei só nas feiras e vendendo pouco porque as feiras também diminuiu o movimento. O empréstimo eu pago tudo certinho, não atraso as parcelas, e vem dando certo, e quero continuar fazendo o empréstimo, com o dinheiro do empréstimo vou comprando mais galinha, construí um galpão para acomodar os bichos, e fiz um cercado para quando compro os bichos solto no cercado, à noite vão pro galpão. Toda vez pra fazer o empréstimo vem um homem do banco aqui (assistente de

crédito do banco do nordeste), ele olha como tá as coisas aqui e autoriza o empréstimo (Vando de Biu de Lúcio, 22 de março de 2021).

Figura 44: Galpão construído com tijolos, cimento, cobertura de telhas brasilite e armação de madeira usada; telas de plásticos nas laterais. O material foi comprado com o dinheiro do empréstimo realizado pelo programa Agroamigo do Banco do Nordeste. O local serve para criar e acomodar as aves. O espaço construído mede em média 15 metros de comprimento por 4 metros de largura. **Fonte:** Coleção etnográfica da dissertação. Autor, junho de 2019.

Figura 45: O galpão também serve para acomodação de ração para as aves. Também é dividido em compartimentos de acordo com as necessidades de separação de aves por tamanho/peso. **Fonte:** Coleção etnográfica da dissertação. Autor, junho de 2019.

Figura 46: Divisão do galpão de 5 metros de largura por 7 metros de comprimento. O espaço com instalações elétricas e equipamentos de alimentação se destina à acomodação da criação de

aves. Compra-se os pintinhos para crescimento e engorda até atingir o peso ideal de venda, 2 kg. **Fonte:** Coleção etnográfica da dissertação. Autor, Junho de 2019.

Figura 47: Percurso da feira de Itabaiana retornando para casa. No caminho há a entrega, compra e revenda de galinhas. O carro está com caixas cheias de galinhas. À esquerda está Lenildo, que dirige o carro para ir às feiras livres de Itabaiana, Oitizeiro e outras. O homem está escolhendo uma galinha de capoeira para comprar. **Fonte:** Coleção etnográfica da dissertação. Autor, setembro de 2020.

Minha mãe Neide de Maria Mendonça ajuda em casa nas atividades com as vendas de galinhas e no cuidado das aves: colocar água e alimento. Também atende às ligações por telefone celular, onde clientes donos de restaurantes solicitam a compra e entrega de galinhas.

Figura 48: Chegada da feira livre de Itabaiana. No momento acontece a retirada das caixas com galinhas no quintal de casa. Lenildon, Vando e Neide ajudando. **Fonte:** Coleção etnográfica da dissertação. Autor, setembro de 2020.

Figura 49: Cercado para acomodar as aves compradas e espaço de engorda que fica ao lado da moradia da família. Espaço de criação e alimentação de aves soltas compradas de feiras livre e também compradas de outras famílias criadoras de forma caseira ou doméstica. Em segundo plano está o galpão onde acomodam as aves à noite e para novas criações. **Fonte:** Coleção etnográfica da dissertação. Autoria: Leidiane de A. Barbosa. 28 de março de 2021.

Figura 50: Vando de Biu de Lúcio vendendo galinhas na feira livre numa via pública ao lado do mercado público de Oitizeiro em João Pessoa-PB. A exposição das aves acontece com elas soltas dentro de gaiolas de arame que ficam posicionadas no meio fio do calçamento, já o tempo de exposição acontece entre as 04:30h às 11:30h aos domingos, também nesse período há intensa circulação de pessoas. Na imagem podemos ver mulheres e homens que observam e avaliam as aves [machos e fêmeas], Vando pega e mostra as aves que as pessoas escolhem, no mesmo tempo sinaliza o preço que geralmente se diferencia pelo peso/raça/macho/fêmea. As pessoas selecionam e compram as aves para diversas finalidades: as de capoeira ou mestiças ou rodilan são tanto para completarem suas criações quanto para consumo humano. **Fonte:** Coleção etnográfica da dissertação. Autor, 04 de julho de 2021.

> Aqui a gente tem plantado um bocado de fruteiras: bananeira, mamão, mangueira, coqueiro anão que, às vezes vendo o coco seco, também tem plantado abacate, jaca, pinha. Tua mãe planta macaxeira e quando chove ela planta milho, feijão e fava nas cercas. Neide que planta e cuida é ela que também agôa, coloca água nas fruteiras, eu não tenho tempo pra isso. Eu saio cedo, 6 horas da manhã to ajeitando os bichos, colocando na caixa pra fazer entrega, saio de 7 horas da manhã, passo o dia todo pra lá e pra cá fazendo entrega. Tem as feiras que vou, a de Itabaiana a de Oitizeiro, daqui pra Oitizeiro em João Pessoa é longe. Também compro ovo de galinha de capoeira pra revender. E quando tem fruta sobrando por aí eu vendo. Uma vez comprei um saco de abacate, pra gente ir tirar dos pés, foi eu e tua mãe, o pé de abacate muito alto, mas tiramos um saco cheio de abacate e levei pra feira e vendi (Vando de Biu de Lúcio, 23 de março de 2021).

> De 2019 pra 2020 ajeitei pra construir um poço artesiano aqui. Porque a água que vem pra cá, vem lá da caixa que distribui pra comunidade de Pindobal, é água encanada. Mas só chega de 5 horas da tarde e 5 horas da manhã. Às vezes tava quebrando a bomba lá. Ficamos sem água, então o dinheiro do empréstimo também ajudou pra eu ajeitar e falar negociar com o cara que trabalha construindo poço e tá aí o poço bom construído, água boa pra beber, coloquei a encanação até aqui na porta de casa (Vando de Biu de Lucio, 23 de março de 2021).

Figura 51: Área de plantio de bananeiras e outras frutas, também de macaxeira. No fundo da imagem está o galpão, as fruteiras e as bananeiras servem também para deixar o ambiente com boa circulação do ar e proteger as aves do sol; os restos de bananeira, como folhas e caules são triturados e servidos às aves no cercado. **Fonte:** Coleção etnográfica da dissertação. Autoria: Leidiane de A. Barbosa, 28 de março de 2021. [Ver figura 49].

Figura 52: Vando de Biu de Lúcio mostrando a colheita de bananas, bem como o cultivo do fruto no mesmo terreno da pequena propriedade. O cultivo de banana é tanto para consumo de casa quanto para vender. No mesmo terreno há o cultivo de coqueiros, onde sua colheita é vendida. Folhas e caules de bananeiras são triturados e servidos para as aves no cercadinho; essa prática é uma forma caseira de minimizar a agitação das aves com vista ao seu bem-estar, no período de engorda. **Fonte:** Coleção etnográfica da dissertação. Autoria: Leidiane de A. Barbosa, 2020. [Ver figuras 49 e 50].

Neide também trabalha coletando acerola em partidos de acerolas de outros agricultores da região, que ficam próximos de onde reside. A coleta desse fruto é intermitente durante o ano e quando acontece o dono da plantação reúne um grupo de pessoas, a maioria mulheres:

> eu gosto de apanhar acerola porque não fico direto em casa, e também é uma fonte de renda pra mim, ter meu dinheiro e comprar minhas coisas. Eu saio de casa umas 05: 30h da manhã, levo meu almoço, lanche e água, fico lá apanhando até o final da tarde, já teve dia de eu apanhar até 16:30h e retornar as 17:00 horas. Mas tem dias que largo de meio dia, de 2 horas da tarde. Tem lugar que a gente apanha dia sim e dia não; e tem lugar que a gente apanha todo dia de segunda à sexta. É bem cansativo, muito sol. O dono do partido de acerola paga a 10 reais cada caixa de acerola que a gente apanha. Eu apanho 7 ou 8 por dia, mas depende como esteja os partidos de acerola, se tiver bem carregado, é melhor pra apanhar, já coletei num dia até 10, 12 caixas. Lá tem muita gente que apanha acerola, são parentes do dono do partido, a maioria é mulher, mas tem gente nova também, uns meninos de lá (Neide de Maria Mendonça, 22 de março de 2021).

No terreno onde reside Neide também realiza pequenas plantações de macaxeira, feijão, milho e fava para o consumo de casa: “Nilton aqui é terra boa, o que plantar dar, eu não planto muita coisa porque meu tempo é pouco e tenho que cuidar de casa. É bom demais a gente ter a terra e plantar e colher pra comer; sempre tá dando uma chuvinha” (Neide, 22 de março de 2021).

2.3 Outras famílias do Cajá

Trata-se exatamente de famílias que permaneceram morando na comunidade. Há também relatos de famílias que nasceram no Cajá e após a barragem se deslocaram para residir na área urbana de Itatuba e se deslocam para outras cidades para trabalhar, retornando periodicamente.

Com o retorno ao Cajá no dia 10 ao dia 13 fevereiro de 2021 foi bastante proveitoso, visitei uma média de 14 famílias. Locomovi-me em motocicleta juntamente com o agente de saúde da comunidade, o Ernande Silva, que nesse tempo estava realizando seu trabalho sobre o levantamento de dados e de visita de rotina às famílias. Fomos à casa de Biu Moco e Menininha, na qual aproveitei para conversar um pouco, especialmente sobre a vida e o trabalho, e de onde morava na beira do rio.

Atualmente o senhor Biu Mouco e dona Menininha residem em uma nova localidade de sua família de herdeiros, numa casa que construíram através da saída da

beira do rio. Estão aposentados e continuam criando aves e animais. Na visita pedi para tirarmos uma foto, logo aceitaram:

> Niltin e é tu é, eu nem tava te reconhecendo, depois de tanto tempo que te vi, vocês foram embora do Cajá. Eu lembro que tu vinha vender carvão a Biu, faz tempo que te vi. Quando eu fui lá em Itabaiana eu fui te visitar, cheguei na tua casa na hora que tu tava saindo pra ir trabalhar, aí tu disse que tava trabalhando numa fábrica, aí a gente nem demorou conversando. Niltin a gente sempre criou gado e galinha, mas na beira do rio era bom demais porque também plantávamos capim elefante, a gente tinha fasante de capim na beira do rio rapaz, o terreno lá era bom demais, a gente tinha as plantações de palmas roquete era palma doce, na beira do rio a gente plantava tudo milho, feijão, fava. A gente tinha um bocado de carneiro. Era bom demais, minhas criação de peru. Eu tenho saudade demais daquele lugar, o barreiro, a água boa. Hoje a gente vive aqui, a gente só cria um gadinho, mas aqui é seco demais, longe de água, tudo aqui é seco, a palma não é boa porque o terreno é ruim muito seco né, a gente compra ração pra ajudar a alimentar o gadinho que a gente cria, mas é um sufoco, a gente só cria porque é um gosto da gente. Eu e Biuta aposentado, Biu não quer ir morar em Itatuba, a gente tem duas casas lá, mas Biu não quer ir morar lá. Biu já não tem força pra nada, ta doente já, a gente já tá tudo velho, mas Biu não quer sair daqui, diz que não se acostuma na casa de Itatuba (zona urbana). Aí a gente fica por aqui mesmo criando esses bichim (Dona Minininha, esposa de Biu Moco, 11 de fevereiro de 2021).

Figura 53: Visita a família Biu Moco e Minininha. **Fonte:** Coleção etnográfica da dissertação. Autoria: Ernande Silva, 11 de fevereiro de 2021.

Também fui à casa de Nené de Renato que fica ao lado da moradia que visitei anteriormente, para chegar à casa de Nené e Renato tivemos que atravessar um curral com vacas de leite, esse curral serve para acomodar sua criação de gado que fica instalado exatamente próximo do terreiro de sua casa. Nené e Renato criam seu gado de leite para o consumo familiar, onde realiza a ordenha (a coleta do leite) para as refeições e para a confecção do queijo de coalho, onde o excedente vende a outras famílias; há outras famílias no Cajá que também criam o gado com as mesmas finalidades. Quando pergunto como está sua família, logo Nené relata:

> Os meninos Ricardo e Rogério foram simbora pro Rio de Janeiro, eles não quiseram morar aqui não. Depois que a gente saiu do Cajá, pouco tempo eles ficou aqui e depois foram embora pro Rio de janeiro trabalham pra lá, manda dinheiro. Niltin, a gente vive aqui, eu e Renato, a gente cria esse gado aí, a gente faz um queijin, pronto. As vezes é uma seca danada, a gente apanha capim palma, quando o dinheiro dá a gente compra saquim de farelo e pasta e assim a gente vai (Nenem de Renato, 11 de fevereiro de 2021).

No final passei na casa de Ana que fica também ao lado da casa de Biu Moco e Menininha, que também cria um pouco de gado e que estava bem ocupada, afirmando que: “to na luta cuidando dos bichos, do gado, Faindo (seu esposo) saiu pra buscar capim”.

Nesse mesmo dia, à tarde, seguimos para o morro do macaco, a parte alta onde permaneceram morando cerca de 15 famílias. Aproveito para ir na beira do rio onde era o centro da comunidade. Naquele dia a localidade estava descoberta devido ao longo período de estiagem e ao baixo nível da barragem.

Por volta das 16h, ao retornar para a vila do Cajá, fomos na borracharia de Manuel de Rita Novo. Conversei com Benedito de Rita Novo, um senhor já aposentado: “rapaz, tô querendo tomar a vacina da covid, ta complicado né, essa doença”.

Em seguida fui à casa de Isaú e Cida, conversei um pouco, me relatou sua percepção acerca da corona vírus (COVID-19) e do auxílio emergencial. Também passei na casa de Ném Bezerra, o ex-vereador do Cajá antigo, onde nos ofereceu um café e que logo foi aceito por nós, e consequentemente mantivemos uma conversa

bastante proveitosa na área de sua casa à respeito dos acontecimentos relacionados a Covid-19 e da vacina.

Em seguida fui à casa de dona Inês e Manoel Carias, e ao chegar, dona Inês conta sua experiência de ter tido o covid, falando dos sintomas e que ficou bem mal, mas se recuperou: “Niltin tive o covid em junho pra julho de 2020, mas graças a Deus me recuperei, já Manoel não pegou covid”. Peço para tiramos uma foto e logo aceitam. Na oportunidade pergunto ao casal como está a vida hoje na vila:

> Niltin, hoje a gente tá aposentado, mais tranquilo né, Ilma casou com Eduardo e já tem um filho. Aaaa lá do Cajá velho só resta a lembrança de criar meus bichos, ovelhas, cavalo, muita galinha, a gente morava na beira do rio né, mas hoje aqui não tem nada disso, tem gente que cria os bichos soltos por aí, mas é ruim demais. Niltin, as coisas melhorou aqui viu, depois que vocês saíram as coisas começou a melhorar um pouco, vocês moraram aqui de lado né. Mas eu preferia ta morando lá na frente do rio, mas aquela barragem acabou com tudo, tudo mudou, pra lá não existe mais nada, a barragem agora tá seca, se tu ver só tem os resto das casas, dá uma tristeza a gente ver tudo aquilo acabou né, mas é assim mesmo né. Lá era bom demais, era difícil algumas coisas que era tudo distante, mas a gente vivia. Aqui é tudo perto, a gente aqui não dá pra criar nada. No tempo que vocês morou aqui, tu criava né aqui, eu lembro de tuas ovelhas (Dona Inês de Manoel Carias, 11 de fevereiro de 2021).

Figura 54: Visita à família de Dona Inês e Manoel Carias. Dona Inês foi uma professora por um curto tempo no cajá, por volta de 1996, onde realizei com ela a minha alfabetização escolar. **Fonte:** Coleção etnográfica da dissertação. Autoria: Ernande Silva, 11 de fevereiro de 2021.

No dia seguinte, por volta das 10h. do dia 12 de fevereiro fui à casa de dona Lica, ao chegar na área de sua casa já estavam seus vizinhos conversando e brincando, demonstrando assim uma relação de vizinhança bastante proveitosa de compartilhamento de conversas, onde estava o senhor José Herculano, que mora ao lado da casa dela. Também autorizou tirar uma foto. Ao conversar com o senhor José Herculano, pergunto como está a vida na vila do Cajá:

> Rapaz tu é filho de Vando né, hoje tô aposentado, tô me recuperando de cirurgia da próstata. Tu lembra né, lá no Cajá a gente trabalhava

> demais, na agricultura, numa seca da gota. Mas a gente vivia lá. Eu morava ali na beira do rio, casa de taipa, aí com a barragem recebi uma casa aqui, logo viemos pra cá. Meu irmão Chico Herculano também veio pra cá. E com a barragem os meninos começou a pescar e tão por aí. Algumas coisa melhorou viu, eles pesca na barragem e vende. Hoje pouca gente ainda bota um pedaçin de roçado na terra dos outros quando chove. Hoje a vida tá boa demais, tô aposentado, aqui na vila melhorou muito com esse calçamento, tem gente por aí que cria os bichim por aí, pesca, tem gente que bota um roçadim, lucra um punhadin de feijão, mas muito pouco. Tem gente que cria umas vaca de leite, vende o leite ou faz queijo e vende. Aqui na vila tudo ficou junto, dificultou criar os bichos, porque o povo aqui gosta de criar né, lá no cajá vei o povo criava (Senhor José Herculano, 12 de fevereiro de 2021).

Figura 55: Casa de Lica na vila Cajá. Sentados no banco: eu, seu Sé Erculano e Jorge, neto de dona Maria Miguel. Dona Lica na porta, suas netas na janela. Ruan, neto de dona Biu Jucá, está sentado na cadeira de balanço. **Fonte:** Coleção etnográfica da dissertação. Autoria: Danilo, 12 de fevereiro de 2021.

Senhor Bila

Também aconteceu meu retorno ao Cajá no sábado do dia 28 de setembro de 2019, onde visitei algumas famílias, entre elas a do senhor seo Bila (como ele é

conhecido no Cajá) (também o visitei em fevereiro de 2021), nas duas ocasiões conversamos sobre as lembranças do antigo Cajá e logo perguntei como foi sua vida lá:

> eu nasci e cresci lá na beira do rio, lá foi um tempo bom, hoje tô com 79 anos de idade, depois da barragem tô morando aqui na vila. Se eu pudesse eu comprava uma casa na rua (zona urbana de Itatuba) mas não tenho condição, hoje to aposentado. Lá na beira do rio eu criava uns bichim, a vaca de leite. Tu lembra, né? Que eu vendia gás de candeeiro, ainda hoje vendo, tenho ali (Senhor Bila, 28/09/2019, Caderno de Campo).

Seu Bila residia bem próximo ao leito do rio Paraibinha. No mesmo lugar, em frente a sua moradia, possuía um estabelecimento onde ele vendia gás, lugar onde inclusive eu comprava sempre. Me surgiu a curiosidade de saber como ele o adquiriu, e logo conversamos:

> Olhe, aquele estabelecimento que era dois repartimentos, salões, funcionou uma mercearia quando eu era novo, aquilo foi dos meus pais, fiquei com a mercearia ali vendendo pouca coisa: açúcar, feijão, bolacha, carne. Às vezes matava bicho e vendia a carne lá, tinha uma balança boa, umas prateleiras, um bom balcão, eu também vendia bebida, a cajuvita vendi muito lá. Mas com o tempo fui deixando de vender as coisas porque foi na época que Biu de taurino vendia também. Mas Biu de Taurino vendia porque herdou tudo do pai dele, o velho Taurino. Tu chegou a conhecer o velho Taurino? O velho Taurino tinha aqueles galpão na beira do rio, era a época que comprava algodão, muita grade de bebida, depois que Taurino envelheceu, adoeceu, Biu tomou conta de tudo. Lá foi um tempo muito bom (Senhor Bila, 28/09/2019, Caderno de Campo).

Portanto, Seu Bila foi um comerciante no Cajá antigo, eu sempre ia comprar gás com ele e eu ficava olhando, lembro que tinha uma parte do galpão que estava quase caindo, com rachadura na parede. Lembro também que seu pequeno armazém de dois salões juntos; dentro dos salões havia poucas prateleiras coladas na parede para a exposição de mercadorias, na área interna de um dos salões existia um balcão que servia como uma recepção, já em cima do balcão lembro que ficava uma balança vermelha, que era um dos modelos antigos. Quando eu ia comprar gás, ficava olhando para um salão que era como um antigo depósito de mercadoria, onde havia caixas ou grades de plásticos vermelhas de acomodação de litros de bebidas.

Nil de Manoel de Rita Novo

Ao conversar com Dona Nil, que é filha de Lindalva e Chico Bezerra, pergunto como ela e seu esposo estão; logo ela diz:

> A gente tá tudo velho, a gente daquele tempo hoje envelheceu, Niltinho. Com o avanço da idade as pessoas não aguentam mais trabalhar no que trabalhava antes. Antes o povo aqui trabalhava fazendo carvão, cortando lenha pra fazer carvão, trabalhava nas fazendas, em algum roçadinho, hoje ninguém não tá aguentando não, tá todo mundo velho, cansado, às vezes aparece uma coisinha aqui, outra ali e a gente vai se virando. Pra quem tem filho novo o bolsa família ajuda muito. Quando a gente se mudou aqui pra vila, tu lembra, né? Como era a vida da gente aqui. Melhorou muito aqui, tu lembra o sufoco da gente atrás de água quando a gente chegou pra morar aqui na vila? Hoje depois de muita confusão, de vez em quando, tem água nas torneiras; quando chega a gente enche tudo. Niltin eu tive doente demais, quase morri, me operei. Olhe lá em Itatuba (zona urbana) tá ruim de médico, tudo é em Campina Grande ou no Hospital de Itabaiana. Mas graças a Deus, melhorei (Nil, Set, 2016, Caderno de Campo).

Adriana de Nil

Ao perguntar o que Adriana está achando de morar na vila, logo ela aponta sua avaliação:

> Niltin, eu gosto daqui da vila, tudo perto. Lá era tudo longe, um sufoco danado pra buscar água todo dia. Cunada aqui ficou tudo perto, olhe depois da barragem a vida melhorou, eu me casei, temos água encanada que quando chega a gente enche tudo, e a gente vai vivendo. Pai continuou trabalhando aí na oficina dele. Pai e mãe falam que achava melhor morar lá no antigo cajá, porque dificultou criar gado, tu lembra que a gente criava gado lá? Edin vivia com aquele gado pra cima e pra baixo levando lá no cercado e final de tarde ia buscar pro curral, acabou isso aqui (Adriana de Nil, 28/09/2019, Caderno de Campo).

José Claudio filho de dona Novinha e seo Joca

José Claudio e sua família moravam na beira do rio Paraibinha, após a implantação da barragem logo passaram a residir no bairro Santo Antônio na área urbana do município de Itatuba. Seus pais sempre trabalharam com a agricultura na beira do rio. Ficava um pouco distante do centro do Cajá. Ao conversar com o José Claudio, pergunto como foi sua infância, suas lembranças do antigo Cajá, de onde morava, como também sobre a implantação da barragem, do que achou da mudança da comunidade, onde as famílias foram morar na vila e outras famílias foram morar na

zona urbana de Itatuba. A conversa com José Claudio se deu pela plataforma digital facebook:

> Eu nasci naquele lugar ali mesmo, é perto de cachoeirinha né, eu vim morar em Itatuba em 2004, pois foi o ano que a barragem encheu. Mas de 1987 até 2004, era morando ali, eu nasci na maternidade de Itatuba. Eu estudei alfabetização na escola da jati, depois fui transferido para a escola do cajá, estudei, 1º ano estudei no turno da manhã, e depois estudei no turno da tarde a 2ª 3ª e 4ª. Depois na 5ª série fui estudar em Itatuba, veio o ano que a barragem encheu e vim de vez morar em Itatuba" (José Claudio, 27 de março de 2021, às 20: 26 h.).
>
> A lembrança ali era que, tinha 27 pé de coco que gostava muito, pé de manga também tinha 3 ou era 4, pés de pinha, ciriguela ooo ciriguela, também aquela areia do rio, também a areia do rio era impecável, a areia do rio era uma benção, uma pedra de frente de onde eu morava também, pulava da pedra embaixo na areia e as cacimbas que nós fazia, ali era bom demais (José Claudio, 27 de março de 2021 às 20: 26 h.).
>
> Ali era um tempo bom e nós não sabia, um tempo sofrido, parece que tu ou teu tinha uma bicicleta pra andar, e eu nem tinha era nada, andava de pé, mas era numa felicidade muito grande era bom demais, não tinha outro meio de transporte, era daquele jeito de pé mesmo, tirava dali pro cajá a pé, acha perto achava bom (José Claudio, 27 de março de 2021 às 20: 26 h.).
>
> Teu pai e tua mãe tão bastante novo, já meu pai, minha mãe já tão velho aposentados já, daqui pra frente é só é mais doença depois que ficam velho. Eu num peguei o rumo do estudo, eu sou mais peguei o rumo da construção civil mas, é assim que nós estamos se virando, né. (José Claudio, 27 de março de 2021 às 20: 26 h.).
>
> Meu pai plantava agricultura, roçado que era feijão, milho e fava. Só isso aí no inverno, no verão tinha parece que era 6 meses no corte de cana, ele ia pra o corte de cana, aí quando chegada tava começando o inverno, aí plantava ficava nessa luta, era dessa forma (José Claudio, 27 de março de 2021 às 20: 26 h.).
>
> Ou foi em 2009 ou 2010 terminei meus estudos (ensino médio), passei um tempão parado, depois me destinei, primeiro canto que trabalhei foi Campina Grande (construção civil), passei 3 meses, acabou lá em 2012. Em 2012 de outubro ou foi dia 7 ou dia 8 desci pro Recife. Desde 2012 que trabalho na construção civil em Recife, to com 33 anos. Todo final de semana volto pra Itatuba, volto na sexta à noite, e desço pra Recife na segunda de madrugada, saio de 2 horas da madrugada (José Claudio, 27 de março de 2021 às 20: 26 h.).

Biu de Chiquim

O Severino Francisco de Araújo, mas conhecido no Cajá por Biu de Chiquim, faleceu no dia 19 de março de 2021. Houve dois momentos que conversei com ele, em outubro de 2020, e em fevereiro de 2021. Biu de Chiquim falou que chegou para morar

no Cajá com 6 anos de idade, atualmente ele tem 76 anos de idade. Biu de Chiquim foi o primeiro presidente da associação dos produtores e agricultores de Cajá, logo após ser fundada em 1989.

O Biu de Chiquim lembra que a partir de 1964, o sítio Cajá ribeirinho começava a construção de equipamentos públicos de grande relevância social; um deles é o cemitério da comunidade, que foi construído em 1964, na beira do rio Paraibinha, pelo então prefeito de Itatuba, o Bacamarte. Em 1983 foi construído o grupo escolar José Bezerra de Lima, na beira do rio, na terra de Nem Bezerra, que na época era vereador e cedeu o terreno, logo o nome do grupo escolar recebeu o nome de seu pai.

Nessa oportunidade o morador lembra da importância da associação na época para organizar a produção agrícola das famílias, visto que houve mobilizações para as famílias, e moradores se associaram para garantir direitos e deveres. A associação foi composta por equipamentos como maquinário de moinho de milho e seus derivados. Nessa oportunidade, destaca-se a atuação da comunidade no processo de organização da produção agrícola familiar, na criação de associados e associadas, demonstrando assim, o potencial de desenvolvimento local.

Na época, a produção da agricultura familiar era em excedente, neste caso, a reunião dos trabalhadores rurais em associação foi legalizada juridicamente, vindo a favorecer a comercialização e distribuição da produção agrícola.

Conversei com Biu de Chiquim pelo Messenger do facebook, no dia 08 de outubro, por volta de meio dia. Iniciei a conversa lhe cumprimentando, perguntando como ele estava, ao passo que continuávamos conversando, fui também fazendo algumas perguntas sobre as lembranças do Cajá antigo. Também lhe pergunto sobre algumas datas de construção de alguns equipamentos públicos como o cemitério na beira do rio, a escola José Bezerra de Lima, a Praça e a Telpa, e o posto de saúde:

> o ano de construção da praça foi em 1991 pelo prefeito doutor Renato. No mesmo período foi construída a telpa, o posto de saúde em 1991. Já o cemitério foi construído em 1964 pelo prefeito Bacamarte, o primeiro enterro foi de Teresinha, irmã de Nem Bezerra, e o segundo enterro foi do pai de Benedito. O ano de construção do grupo escolar José Bezerra de Lima foi em 1983, pelo prefeito Janilton, na terra de Nem Bezerra. Na época Nem Bezerra era vereador do Cajá (Biu de Chiquim, 8 de out. 2020, Messenger - facebook).

Marcos fotógrafo

Recordo-me que Marcos começou a fazer fotos de batizados e aniversários por volta de 1998, ao adquirir sua máquina fotográfica. Com a implantação da barragem e, consequentemente, da remoção da comunidade, Marcos passou a fotografar alguns espaços do Cajá como o centro, a praça, as partes altas, as casas, os grupos escolares, o rio, os coqueirais na beira do rio. Ou seja, materializou em fotografias a configuração territorial da comunidade, permitindo hoje tanto identificá-la quanto relembrá-la de um passado social do grupo.

Claudio de dona Etelvina
Irmão de Ernande Silva

O Claudio de Dona Etelvina é irmão de Ernande Silva (agente de saúde do Cajá). Lembro-me que o Claudio se dedicava à realização de serviços de manutenção de eletricidade e que prestava serviços nas operações do maquinário do moinho de milho da associação de produtores e agricultores de Cajá ribeirinho (1989) no antigo Cajá.

O futebol na areia do rio

Gostaria de destacar minhas lembranças ribeirinhas sobre a prática do futebol do antigo Sítio Cajá, onde essa prática esportiva acontecia na areia do rio Paraibinha. Consequentemente aconteceu a formação de dois times de futebol, o Palmeiras e o Fluminense da construção do campo de futebol, por volta do ano de 1995.

A hipótese principal para a fundação dos times de futebol no Cajá se deu após o advento da televisão na comunidade; e do acesso das pessoas ao aparelho televisivo para assistirem às transmissões dos jogos de futebol carioca e paulista. Consequentemente as pessoas adotaram o futebol para brincar e como forma de lazer, se organizavam em equipes para brincar na areia, dentro do rio Paraibinha; em seguida se deu o aparecimento de uniformes, a fundação do campo de futebol, e consequentemente as disputas em torneios em outros sítios de Itatuba e da região.

O exemplo disso, ao longo da década de 1990, especialmente a partir do ano de 1995, os adolescentes colocavam as traves e demarcações no leito do rio. Esses momentos aconteciam ao final do dia durante a semana, da reunião das pessoas jovens, adolescentes e adultos para brincarem, jogarem bola; era um momento recreativo que envolvia todos os participantes de várias formas.

Atualmente a prática do futebol permanece bastante ativa no reassentamento, visto que o campo de futebol foi um dos primeiros equipamentos públicos a ser reconstruído pelo governo municipal por volta de 2006, em virtude de reivindicações. Percebe-se a participação de crianças e adolescentes sendo treinados pelos participantes mais experientes que jogavam ou que lideravam e lideram os times de futebol na comunidade.

Figura 56: Foto do banner do time de futebol Palmeiras do Cajá de Itatuba-PB. Há um pequeno salão na casa de Manoel de Rita Novo, onde se realizam reuniões e organizações do futebol na comunidade. Na imagem está a nova formação do time, com novos jovens e um detalhe importante: a participação de meninas [Mulheres] da comunidade na formação do time, seja jogando ou na organização. **Fonte:** Imagem registrada no dia 28/09/2019 (Acervo Arandu/AVAEDOC, Coleção PROBEX/UFPB 2019).

Em suma, as práticas do futebol no reassentamento se constitui de diversas maneiras: comunitárias e de disputas através de torneios, tanto na no cajá quanto da participação de outros torneios em outras comunidades rurais e distritos, e em campos de futebol de outras cidades: Ingá, Mogeiro e outras. Deste modo, me resta a pensar das aproximações da memória individual e da memória coletiva, onde Schmidt e Mahfoud (1993) apontam elementos importantes à luz da teoria de Halbwachs:

> (...) as lembranças dos indivíduos, são, sempre, construídas a partir de sua relação de pertença a um grupo. A memória individual pode ser entendida, então, como um ponto de convergência de diferentes influências sociais e como uma forma particular de articulação das

> mesmas. Analogamente, a memória coletiva, propriamente dita, é o trabalho que um determinado grupo social realiza, articulando e localizando as lembranças em quadros sociais comuns. O resultado deste trabalho é uma espécie de acervo de lembranças compartilhadas que são o conteúdo da memória coletiva (SCHMIDT; MAHFOUD, 1993, p. 291).

Por fim, o futebol local é resultante de socializações contínuas, onde a comunidade realiza sua autogestão, permitindo a participação de seus integrantes e parentes na organização e nas práticas efetivas dos desses grupos, numa formação que acontecem pelos moradores e da inserção de novas práticas, exemplo da participação das meninas. De modo geral, a construção dessa identidade local acontece com as novas gerações, resultando no fortalecimento de vínculos e pertencimento, bem como num valor simbólico às novas identidades.

2.4 Análises da produção audiovisual sobre a comunidade

A produção audiovisual que analisei corresponde aos efeitos da implantação da barragem de Acauã, onde enfatizei o deslocamento das memórias coletivas; das lembranças e relatos orais das famílias do Cajá. Deste modo, considerei o estudo da antropóloga Clarice Peixoto, respectivamente de seu texto "*Antropologia e Filme Etnográfico: Um Travelling no Cenário Literário da Antropologia Visual*" (PEIXOTO, 1999), onde discute a utilização de filmes e consequentemente o audiovisual nas pesquisas antropológicas. Nada obstante, os vídeos analisados estão denominados de vídeo I, II e III.

Vídeo 1

Este vídeo foi gravado pela equipe de comunicação do MAB no ano de 2009, juntamente com a comissão especial de atingidos por barragem. Contém imagens e narrativas orais de moradores da população atingida pela barragem de Acauã, e dividem-se em abordar as consequências negativas de cada comunidade Cajá e Melancia de Itatuba - PB, Pedro Velho de Aroeiras - PB e Costa de Natuba - PB. Na ocasião os moradores relatam os impactos sociais, econômicos, históricos, culturais e jurídicos decorrentes da construção da barragem de Acauã, na Paraíba.

Com o título "O canto de acauã", o vídeo está dividido em parte 1 e parte 2. Na parte 1, com 6 minutos e 57 segundos, suas primeiras imagens registram as pessoas que

residem nas comunidades atingidas reassentadas, algumas delas narram como eram suas vidas na comunidade junto ao rio. Neste vídeo destaquei dois momentos, o primeiro sobre as narrativas orais de lembranças e memórias das pessoas sobre o lugar ribeirinho; já no segundo momento destaco as demandas sociais apresentadas pelas pessoas da comunidade ao serem reassentadas em vilas, essa análise apresento no próximo capítulo.

Há várias famílias relatando as consequências sofridas no deslocamento entre elas: dona Maria de Miguel, Manoel Carias e Didinha, que residem na vila de Cajá de Itatuba-PB. Há também a presença do Osvaldo Bernardo que é o coordenador do Movimento dos atingidos por barragem no Estado da Paraíba.

Tanto as imagens quanto as falas das pessoas se coadunam na apresentação da precariedade que há nas comunidades reassentadas, em locais impróprios quando comparados às localidades anteriores junto aos rios. Narram a precariedade das casas, consequentemente de reformas. Cada pessoa fala como era a comunidade anterior, afirmando que possuíam o necessário à manutenção da vida social.

"Eram camponeses que viviam na beira do rio plantando, criando animais e assim se alimentando vivendo" (Nome da pessoa não aparece. Vídeo, 2009, vídeo 1, 1 min. e 10 seg.). "A gente plantava, a gente criava, a gente tinha água de graça" (Nome da pessoa não aparece no vídeo, vídeo 1, 2009, 1 min. e 15 seg.). "Látinha terra pra nós criar, eu criava meu gadozinho, criava minhas ovelhas, criava o cavalo, criava criação de galinha" (Manoel Carias, vídeo 1, 2009, 1 min. e 20 seg.); "lá tinha posto, tinha escola e aqui a gente não tem nada disso" (Didinha, vídeo 1, 2009, 1 min. e 30 seg.).

Na metade do vídeo encontram-se os relatos de idosos afirmando que: "nós não precisamos de barragem porque moramos na beira do rio Paraíba" (MAB, vídeo 1, 2009, 2 min. e 8 seg.), "isso aqui é nosso, nós não pedimos ao governador pra sair daqui" (Nome da pessoa não aparece. Vídeo 1, 2009, 2 min. E 15 seg.).

> Pois o dito progresso causou foi retrocesso nas condições de vida dessas famílias, a elas restou escolher entre uma indenização de cerca de 4 mil reais ou uma casa pequena e frágil apelidada de casa de placa em uma agrovila que de agro não tem nada, e é desprovida por qualquer serviço público, não tem nem água tão prometida pela barragem pelo progresso, vários direitos básicos foram violados. Em 2007 uma comissão especial ligada à secretaria de direitos humanos do governo federal visitou as comunidades atingidas (Nome da pessoa não aparece. Vídeo 1, 2009, 2 min. e 39 seg.).

Na sequência do vídeo é apresentada pelos moradores das localidades a discussão sobre as dificuldades de acesso à água potável:

> antes da barragem as famílias tinham até água encanada e as que moravam mais perto do rio se serviam com a água dele, mas hoje imagine que embaixo dessa água toda tem ruas, casas, vegetação podre e até cemitério" (Nome da pessoa não aparece. vídeo 1, 2009, 4 min e 13 segundos).

Vídeo 2

O vídeo 2 contém cerca de 30 minutos, foi produzido pela equipe de comunicação do Ministério Público Federal da Paraíba (MPF-PB), no ano de 2015. Ao analisar o título do documentário "Águas para a vida ou para a morte?" logo reflete aos efeitos da implantação de barragem no Brasil numa política de segurança hídrica e seus contrastes e da finalidade e do uso da água.

Deste modo, algumas famílias relatam suas dificuldades na adaptação ao modelo de "agrovila". Dona Maria de Miguel, moradora do sítio Cajá, relata de suas dificuldades para produzir a agricultura "sem terra adequada para criar, trabalhar" afirmando que só tem o salário de aposentadoria por idade. Ao longo do vídeo a discussão se amplia com a participação da assessoria feita pelos professores da UFCG, entre eles o professor Fernando Garcia, que prestou assessoria ao MAB nas comunidades.

"A gente éramos camponeses, trabalhávamos com a terra, plantávamos, criávamos, e hoje a gente não pode nem plantar e nem criar" (Aline Silva, vídeo 2, 2015, 2 min. e 9 seg.). A senhora Rosa Maria da Silva, moradora da comunidade de Melancia, afirma que "a pessoa não pode botar uma palma de roçado, não cria um bode, nem carneiro, tão cercando a barragem para ninguém não criar" (Rosa Maria, vídeo 2, 2015, 2 min e 16 seg.).

Já o senhor Severino Santana, morador de Melancia, afirma que a vida ficou pior após a implantação da barragem:

> Ficou foi pior, você vê aí fazendeiro tudo cercando a barragem, tão cercando pra criar boi...ta cercando de 10 arames que não passa nem galinha...vá eu fazer...pra amanhã a polícia chegar e derrubar tudo, fazendeiro não, fazendeiro tem outra história" (Severino Santana, vídeo 2, 2015, 2 min. e 30 seg.).

Durante o vídeo se repetem discussões sobre a precariedade das casas de placas que receberam, bem como as indenizações muito baixas sobre as propriedades rurais. Ao serem reassentadas não receberam terras para trabalhar, as vilas sem terras para produzir, ao redor existem cercas de fazendeiros. Osvaldo que o coordenador do MAB na Paraíba destaca a forma como foi implantada a barragem:

> (...) de maneira autoritária e sem diálogo com as comunidades. Ao iniciar a implantação da barragem ao mesmo tempo começaram a medir e dar indenizações sem conversar com as famílias das comunidades (Osvaldo Bernardo, vídeo 2, 2015, 5 min. e 5 seg.).
>
> A violência aumentou bastante por conta que as pessoas não tem o que fazer, não tem terra para trabalhar, não tem nada, foi introduzida a história das drogas, antigamente a gente não conhecia isso nem existia isso, nem sabia, nem ouvia falar, hoje está presente na nossa comunidade, vivemos em favela rural, apareceu violência, drogas e nada disso tínhamos antes" (Aline Silva, vídeo 2, 2015, 18 min e 50 seg.).

As restrições para o acesso a água da barragem constitui em outra questão discutida no vídeo; mesmo as vilas próximas à barragem [3 a 5 km], o acesso à água é bastante precário. Outro ponto destacado é os dois cemitérios dentro da barragem, em que as ossadas humanas não foram retiradas totalmente.

2.5 Remoções dos cemitérios de dentro da barragem

Os relatos orais são de moradores das comunidades Cajá e Melancia e de Pedro Velho:

> Aqui tá meu pai, minha tia, irmã (Ernande Silva, 2015, 26 min e 47 min.). Aqui nós vamos beber essas águas dos cemitérios do jeito que tá aqui, ó, esses cemitérios era pra ter retirado essas ossadas ter retirado tudo, o governador era pra agir logo isso, o que nós desejaria é que o governador mandasse retirar esse cemitério de dentro da barragem da bacia da barragem pra não ficar tão poluída (Nome da pessoa não aparece. Vídeo 2, 2015, 26 min. e 54 seg.).
>
> Foi prometido que iriam fazer a remoção, não sei por que não fizeram, a barragem cobriu, escondeu o problema e até hoje tá aí, como vocês estão vendo a barragem tá seca e permanece aqui os cadáveres, eu sinto assim, uma tristeza por a gente não poder fazer nada né, quanto aos órgão públicos não fizeram, imaginam nós que não podemos fazer (Ernande Silva, vídeo 2, 2015, 27 min. e 26 seg.).

Também se destaca a finalidade da gravação do vídeo, em um encontro realizado em Campina Grande, onde se reuniram moradores das comunidades atingidas para relatarem os problemas enfrentados: "esse vídeo serviria como denúncia nacional pra

pressionar o governo pra mostrar a sociedade brasileira o tratamento que o governo dá realmente ao povo pobre, ao povo atingido" (Nome da pessoa não aparece. Vídeo 2, 2015, 28 min. e 10 seg.).

Destacam também que o vídeo também está para "sensibilizar a sociedade para a questão de acauã, porque na maioria das vezes, as pessoas veem a mobilização, ver o povo na rua, mas muitas vezes nos criticam porque não sabem realmente o que de fato o governo do estado causou naquele povo" (Nome da pessoa não aparece. Vídeo 2, 2015, 28 min. e 22 seg.).

Por fim, o professor Fernando Garcia destaca que as comunidades possuem muitos apoios: "da universidade, dos movimentos sociais MAB, MST, ASA, da Procuradoria, do MPF, mesmo com tantos apoios não consegue fazer com que o Estado corrija os erros que cometeu" (Fernando Garcia, vídeo 2, 2015, 29 min. e 30seg.).

Vídeo 3

Já o vídeo 3 corresponde a uma reportagem da TV Itararé de Campina Grande, realizado no ano de 2015. A gravação foi feita diante do aparecimento das ruínas e pedaços do cemitério do antigo sítio Cajá, que no momento tinha sido descoberto com o baixo volume da barragem, devido ao longo período de estiagem.

A reportagem foi publicada em 15 de setembro de 2015 por meio de matéria jornalística no programa plantão ITN. O tema da reportagem foi "Prefeitura de Itatuba vai construir novo cemitério para receber os restos mortais que foram submersos pelas águas da barragem de acauã" (Não aparece o nome da apresentadora. Vídeo 3, 2015, 8 seg.). A reportagem provocou uma série de mobilizações e lembranças dos entes queridos.

Devido à estiagem prolongada na região, por volta de 2014, à barragem começou a diminuir seu volume de água, consequentemente passou a descobrir os restos de moradias das comunidades ao longo do rio. Esse acontecimento sensibilizou os moradores, com isso o Movimento dos atingidos por barragem organizou os diálogos em proo da reconstrução do novo cemitério. Já a reportagem abordou as ruínas do cemitério, acentuando a não retirada de restos mortais.

Em resumo, a reportagem contribuiu para o acionamento da memória coletiva, lembranças e relatos orais. São mostradas discussões que trazem o sentimento de revolta

das famílias, as quais tiveram seus entes sepultados naquele cemitério. Fica evidente que os gestores públicos de Estado não apresentaram condições adequadas para retirada dos restos mortais. A fala da apresentadora propõe a seguinte reflexão:

> Imagine só a situação: sepultar seus parentes amados e nunca mais poder visitar o túmulo, fazer oração, pois é, essa é uma situação dos moradores de comunidades rurais de Itatuba-PB, onde as águas da barragem de Acauã alagaram até os cemitérios (Não aparece o nome da apresentadora. Vídeo 3, 2015, 2 min. e 6 seg.)

Em seguida, a imagem apresenta mais uma vez dona Maria de Miguel, moradora de Cajá, conversando com o repórter:

> (...) o semblante de dona Maria é de tristeza de que passou toda a vida na comunidade de Cajá de Itatuba, onde nasceu, viveu sua infância e juventude e construiu sua família, mas de uma hora para outra teve que abandonar a casa dela nas margens do rio paraibinha junto com sua família porque as águas da barragem inundaram a propriedade onde moravam, com a mudança de local (...) deixou para trás sonhos e o convívio com o ambiente onde nasce (Repórter Diego Araújo, vídeo 3, 2015, 2 min. e 30 seg.).

Dona Maria de Araújo, conhecida na comunidade como Dona Maria de Miguel, afirma que:

> (...) a vida aqui era boa demais porque a gente criava, a gente tinha aonde criar, onde trabalhar, e lá onde a gente vive hoje não tem onde trabalhar e não tem onde criar, quem cria, cria no que é dos outros levando repreensão de um, repreensão de outro (Maria de Miguel,vídeo 3, 2015, 3 min. 02 seg.).

O repórter destaca que:

> Com a estiagem prolongada o nível da barragem começou a cair e ressurgiram histórias e lembranças que marcaram a vida de muitos moradores das comunidades rurais cajá e melancia, são casas e até o cemitério onde estão enterrados os 10 filhos de dona Maria e os avós de Vânia Sueli (Repórter Diego Araújo, vídeo 3, 2015, 3 min. e 33 seg.).

Vânia é filha de Santana, que mora em Melancia, mas ela e sua família já moraram no Cajá antigo:

> (...) minha família tá toda aqui, devido à construção da barragem que a gente foi obrigado a sair da nossa localidade, deixar nossos parentes, nossos entes queridos que hoje se encontra nessa situação, eu mesmo me sinto muito desgostosa com isso, é uma dor muito profunda que eu acho que a maioria sente, porque a gente não teve nem chance de tirar nossos entes, nossos restos mortais de nossos parentes, a gente foi até expulsos pelas águas, para mim é assim, eu tenho muita saudade, muita saudade mesmo de quem ficou pra trás (Vânia, filha de Santana, vídeo 3, 2015, 3 min. e 55 seg.)

Ao finalizar a reportagem o repórter Diego Araújo relata:

> A situação das comunidades já foi discutida em várias reuniões com o governo do Estado, prefeitos de Itatuba e Aroeiras e Ministério Público Federal, articuladas pelo Movimento de Atingidos por Barragens. O procurador Jose Godoy Bezerra determinou que as ossadas dos cemitérios submersos pela barragem seja realocada, no caso de Itatuba o secretário de infraestrutura do município confirmou que a prefeitura está firmando uma parceria público-privada para a construção de um novo cemitério que irá receber as ossadas da comunidade de Cajá (Repórter Diego Araújo, vídeo 3, 2015, 4 min e 27 seg.).

Em resumo, a reportagem destaca que m 2015 foram recolhidos os restos mortais e encaminhados ao cemitério central da cidade, localizado na zona urbana de Itatuba - PB, pois a proposta é de que após a construção do novo cemitério de Cajá, o material recolhido seja realocado nesse novo cemitério. Finalmente, o novo cemitério foi reconstruído no mês de setembro de 2019, próximo ao reassentamento sítio Cajá.

E finalmente, a análise da produção audiovisual permitiu identificar suas potencialidades visuais e orais para novas articulações; tanto com as famílias reassentadas quanto com os gestores públicos de Estado. Conforme aponta Osvaldo Bernardo, coordenador atual no MAB de Acauã: “A nossa agenda principal desse processo é o olhar dos gestores para as comunidades reassentadas e reconhecerem a precariedade que existe nos reassentamentos. Elaboramos pautas, ofícios com as reivindicações e as demandas das comunidades reassentadas”.

Com base nessa análise destaco um conjunto de demandas sociais que continuam bastante atuais. Este conjunto de demandas articula-se a realidade atual no Cajá, que por sua vez, é semelhante a todas as comunidades atingidas por Acauã, entre elas estão: acesso à água potável, as reformas das casas de placas e reconstrução dos equipamentos, direito à educação e saúde, acesso a terra para a agricultura e criação de animais e outras.

Alguns aspectos importantes foram tratados no vídeo de 2009 sobre as condições de moradias. As pessoas avaliam a qualidade das estruturas de suas casas e destacam suas preferências, especialmente pelas suas casas anteriores. Já sobre a avaliação das casas de placas nas vilas as mulheres mostram a precariedade dos materiais com que foram construídas as casas de placas, apresentando rachaduras e placas se soltando, o piso e calçada afundaram, sendo necessária uma reforma das casas.

Ao finalizar o vídeo parte 1 e durante a parte 2, inicia-se a interlocução sobre as demandas das comunidades reassentadas, destacando uma série de demandas, enquanto direitos sociais. Vejamos:

1. Construção de rede de água, tratamento e distribuição regular de água potável;

2. Direito à moradia adequada;

3. Revisão de indenizações, melhorias das condições de habitação, com novas casas de alvenaria;

4. Direito à saúde, condições de postos de saúde com atendimento médico, odontológico e fornecimento de medicamentos;

5. Direito à educação de qualidade, construção de escolas e equipamentos educacionais, professores suficientes, merenda escolar, ambiente escola adequado

6. Direito de ir e vir, pois houve interrupções de estradas de entrada e saída das comunidades a outras localidades e regiões;

7. Transporte público coletivo e regular, e construção de novas estradas;

8. Direito ao trabalho, as comunidades ao serem reassentadas passaram a depender de programas de governo: "pois o bom da terra a água cobriu, plantava, plantava milho e feijão; perdi minha casa, as pessoas tinham terra, tinha moradia, as pessoas tinham toda uma vida construída, e isso foi saqueada pelo Estado".

9. Dar visibilidade aos conflitos rurais ribeirinhos causados pela implantação de barragem em bacias hidrográficas, especialmente visibilidade às questões e problemas sociais das comunidades atingidas pela barragem de Acauã;

10. Formação de comissões para articulações entre Movimentos Sociais;

11. Judicialização de questões, violações e reivindicações de direitos sociais, provimento e mitigação;

12. Contextualização dos modos de vidas das comunidades ribeirinhas (histórias de vida, tradições, produção simbólica de culturas).

Enfim, a produção audiovisual consistiu no trato de problemas sociais das comunidades, logo sinalizou a importância do registro de imagem em movimento e da importância da participação e presença das famílias e de seus relatos orais demonstrando suas percepções sobre os efeitos da barragem em seus modos de vida, neste sentido, na memória social ribeirinha.

2.6 Algumas conclusões

Logo de início foram tratadas as abordagens da memória coletiva. Em seguida apresentei o percurso de minha família e de outras famílias do Cajá, com relatos orais e histórias de vida e dos aspectos de seus novos modos de vida noutra reconfiguração

territorial e agrícola, bem como de famílias que passaram a residir na área urbana reconfigurando totalmente suas atividades agrícolas e sua relação com a terra.

Já os vídeos registraram dados socioculturais acerca dos efeitos da barragem pelo deslocamento social, e consequentemente implicando na memória coletiva. Desta maneira, Os relatos orais se articularam às histórias de vida dos sujeitos, criando assim subsídios para compor a memória local.

Assim sendo, a abordagem da memória coletiva, do ponto de vista antropológico se configurou na medida em que o entendimento dos sujeitos locais foi situado no tempo e no espaço; onde foram constituídas culturas e relações simbólicas com o lugar, consistindo em lembranças. O resultado se configurou numa documentação de relatos orais e de histórias de vida, pois:

> (...) o passado só permanece "vivo" através de trabalhos de síntese da memória, que nos dão a oportunidade de revivê-lo a partir do momento em que o indivíduo passa a compartilhar suas experiências, tornando com isso a memória "viva" (ALBERTI, 2004, p. 15 Apud ROCHA, 2012, p. 03).

Diante disso, Rocha (2012, p. 3) ao considerar o pensamento de Le Goff (1990), afirma que a memória tem o papel fundamental no processo por conservar certas informações, contribui para que o passado não seja totalmente esquecido, pois ela acaba por capacitar e atualizar impressões ou informações passadas, fazendo com que os acontecimentos se eternizem na consciência humana.

Por fim, ao analisar as abordagens da memória e dos audiovisuais permitiu identificar as articulações existentes na localidade com as instituições públicas de Estado, por exemplo, com o Ministério Público Federal e com as prefeituras municipais e com o governo do Estado, bem como o de revisar e reavaliar as demandas que foram registradas, permitindo afirmar que maioria persiste, e nesse momento se articulam com a produção de novas imagens fotográficas da comunidade em reassentamento.

Para o próximo capítulo resta saber: Como vem ocorrendo os processos de reconfiguração territorial e identitária da comunidade ribeirinha em reassentamento?

CAPÍTULO 3

ARTICULAÇÕES ENTRE MEMÓRIA VISUAL E MEMÓRIA ORAL COM AS DEMANDAS SOCIAIS EM REASSENTAMENTO

3.1 Visões da legislação ambiental brasileira diante dos megaprojetos hídricos

Há um conjunto de normas e regulamentos que constitui a legislação ambiental brasileira, sendo necessária para fazer usos de recursos naturais e de recursos hídricos. Um dos regulamentos nesse processo é o licenciamento ambiental, uma das exigências para a implantação de barragens hidrelétricas e outros megaprojetos de desenvolvimento, que por ventura causem grandes danos, tanto ambientais quanto sociais. Essa prática está ligada a Política Nacional do Meio Ambiente do Brasil, onde se planejam previamente estudos interdisciplinares para elaboração de relatórios de impacto ambiental.

A Política Nacional do Meio Ambiente se deu sob a Lei nº 6.938, em de 31 de agosto de 1981, em seu Art. 2º afirma que a Política Nacional do Meio Ambiente tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana.

Nada obstante, há o Conselho Nacional do Meio Ambiente, o CONAMA, por sua vez trata de diretrizes e competências como maneiras de regular e de acompanhar tais megaprojetos; Através do CONAMA foi elaborado o conceito de impacto ambiental sendo instituído pela Resolução CONAMA nº 001 de 23 de janeiro de 1986, afirmando que: “considera-se impacto ambiental qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetam: 1- A saúde, a segurança e o bem-estar da população; 2- As atividades sociais e econômicas; 3- A biota; 4- As condições estéticas e sanitárias do meio ambiente; 5- A qualidade dos recursos ambientais”. Também analisei quatro competências:

> 1- Determinar, quando julgar necessário, a realização de estudos das alternativas e das possíveis consequências ambientais de projetos públicos ou privados, requisitando aos órgãos federais, Estaduais e municipais, bem como às entidades privadas, informações,

> notadamente as indispensáveis à apreciação de Estudos Prévios de Impacto Ambiental e respectivos Relatórios; 2- Estabelecer normas, critérios e padrões relativos ao controle e à manutenção da qualidade do meio ambiente, com vistas ao uso racional dos recursos ambientais, principalmente os hídricos; 3- Estabelecer os critérios técnicos para a declaração de áreas críticas, saturadas ou em vias de saturação; 4- Incentivar a criação, a estruturação e o fortalecimento institucional dos Conselhos Estaduais e Municipais de Meio Ambiente e gestão de recursos ambientais e dos Comitês de Bacia Hidrográfica (BRASIL 1988: 1990).

Ainda sobre a Resolução do CONAMA (BRASIL, 1986), ela definiu o conceito de "impacto ambiental" e estabeleceu diretrizes para a realização de estudos multidisciplinares de impacto ambiental (EIA) e de relatórios de impactos ambientais (RIMA). Suas diretrizes se constituem em: I- Diagnóstico ambiental da área de influência do projeto (meio físico, biológico e socioeconômico); II- Análise dos impactos ambientais do projeto e de suas alternativas; III- Definição das medidas mitigadoras dos impactos negativos; e IV- Elaboração do programa de acompanhamento e monitoramento.

Ao tratar do EIA e do RIMA, a Constituição Federal de 1988 em seu Art. 225 prescreve: Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para os presentes e futuras gerações: Onde se lê o § 1º para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao poder público:

> IV - Exigir, na forma da Lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade; V - Controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente; VI - Promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente (BRASIL, 1988).

Em suma, outro dado importante afirma que o Conama está vinculado ao Sistema Nacional do Meio Ambiente, o SISNAMA, que foi instituído pela Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1988, regulamentada pelo Decreto 99.274, de 06 de junho de 1990, sendo constituído pelos órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e pelas Fundações instituídas pelo Poder Público, responsáveis pela proteção e melhoria da qualidade ambiental.

Deste modo é lembrado e analisado junto da legislação ambiental o território dos povos tradicionais (ribeirinhos, camponeses, agricultores da agricultura familiar e pescadores); essa análise aconteceu através do Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, que instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, no seu Art. 1º fica instituída a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), já no Art. 2º compete à Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT), criada pelo Decreto de 13 de julho de 2006, coordenar a implementação da Política Nacional para o Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, e por último, no seu Art. 3º para os fins deste Decreto e do seu Anexo compreende-se por:

> I - Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição; II - Territórios Tradicionais: os espaços necessários a reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária, observado, no que diz respeito aos povos indígenas e quilombolas, respectivamente, o que dispõem os Arts. 231 da Constituição e 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e demais regulamentações; e III - Desenvolvimento Sustentável: o uso equilibrado dos recursos naturais, voltado para a melhoria da qualidade de vida da presente geração, garantindo as mesmas possibilidades para as gerações futuras (BRASIL, 2007).

Portanto, percebe-se que esses regulamentos dizem respeito a responsabilização e articulações entre políticas ambientais aos regulamentos de implantação de grandes projetos hídricos, bem como assinala de forma continuada a avaliação de seus impactos às populações locais com vista a responsabilizar as três esferas públicas do Brasil: governo municipal, Estadual e federal.

Mesmo diante desses enunciados, vêm acontecimentos as implantações de megaprojetos hídricos de hidrelétrica e mais recente se intensificando a implantação de barragens para o abastecimento de centros urbanos; intervenções profundas acontecem tanto no território quanto nos modos de vida de populações ribeirinhas, por sua vez resultam em conflitos, deslocamentos sociais e impactos negativos tanto no ambiente quanto nas fontes de trabalho e renda dessas populações.

Quanto aos impactos negativos às perdas das fontes de trabalho e renda, exemplo da perda de terras férteis onde se constituíam a agricultura familiar e criação de animais dos ribeirinhos; há em vista a Organização Internacional do Trabalho (OIT), que em suas conferências internacionais, trata de questões de violações do mundo do trabalho e do cumprimento de normas internacionais e nacionais, ao mesmo tempo sinaliza as mudanças que vêm acontecendo a nível mundial, afetando a sociedade e os modos de vida, principalmente nas condições de trabalho.

Por exemplo, na Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), respectivamente em seu Artigo 6º - ao aplicar as disposições da presente Convenção, os governos deverão: I- Consultar os povos interessados, mediante procedimentos apropriados e, particularmente, através de suas instituições representativas, cada vez que sejam previstas medidas legislativas ou administrativas suscetíveis de afetá-los diretamente; II- Estabelecer os meios através dos quais os povos interessados possam participar livremente, pelo menos na mesma medida que outros setores da população e em todos os níveis, na adoção de decisões em instituições efetivas ou organismos administrativos e de outra natureza responsáveis pelas políticas e programas que lhe sejam concernentes.

A OIT também assinala diretrizes para proteção e fontes de trabalho e renda e a boa qualidade destes, bem como dispositivos ou produção de políticas públicas sociais que assegurem a produção de trabalho e renda enquanto direitos sociais. Ou seja, o que se trata pela OIT é o seguinte: que o Estado, os financiadores, bancos e planejadores de grandes empreendimentos reconheçam que esses megaprojetos causam profundas intervenções nas fontes de trabalho e renda dos ribeirinhos e que procurem arcar e solucionar os conflitos, violações e prejuízos causados nessas populações.

Conforme a agenda da 110ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho[13], realizada no dia 27 de março de 2021, foram colocados alguns itens em discussão, dentre eles: V - a discussão recorrente sobre o objetivo estratégico do emprego no seguimento da Declaração da OIT sobre Justiça Social para uma Globalização Justa e VI - Trabalho decente e economia social e solidária, enquanto discussão geral (OIT, 2021).

[13] Para mais informações acesse o site da Organização Internacional do Trabalho (Brasil). Disponível em: https://www.ilo.org/brasilia/lang--es/index.htm

3.2 A atuação de antropólogos (as) nos megaprojetos de desenvolvimento do Brasil

Há uma importante atuação de antropólogos(as) nos megaprojetos de desenvolvimento do Brasil, esta atuação se dá nos projetos hidrelétricos e de barragens e assemelhados e com as populações impactadas. Vale lembrar que temos a Associação Brasileira de Antropologia (ABA, 1955) que foi fundada no ano de 1955, é uma associação científica de associados Antropólogos e antropólogas que são Professores Universitários pesquisadores.

Ligado a Associação brasileira de Antropologia (ABA, 1955) temos o Código de Ética do antropólogo e da antropóloga, que foi criado na Gestão da ABA de 1986/1988 e que foi alterado na gestão de 2011/2012. Esse Código de Ética corresponde a atuação de Antropólogos (as) em pesquisas antropológicas com grupos sociais; nele permite identificar os direitos do antropólogo (a), entre eles o "direito ao pleno exercício da pesquisa, livre de qualquer tipo de censura no que diga respeito ao tema, à metodologia e ao objeto da investigação" (ABA, 2012, p. 1), o de realizar pesquisas com grupos sociais de diferentes origens, bem como demonstrar a alteridade desses grupos de forma ética e respeitando suas identidades culturais.

Nada obstante, também temos o Protocolo de Brasília (2015), embora trate de Perícias e Laudos Antropológicos especificamente, nele se discute "as condições para o exercício de um trabalho científico", que consiste em análises, orientações e observações para a atuação científica de Antropólogos (as) tendo a Etnografia e Trabalho de campo como fazer e saber antropológicos:

> (...) responde às especificidades do momento atual, marcado pelo avanço (neo)desenvolvimentista de políticas governamentais e de empreendimentos corporativos sobre terras indígenas e quilombos, sobre áreas de outras coletividades tradicionais, e sobre reservas naturais, assim como pela presença do Estado nacional em áreas da vida social que passaram a ser objeto de registro e salvaguarda do patrimônio cultural. Em todos esses processos, os(as) antropólogos(as) têm estado envolvidos(as) enquanto profissionais com capacidade científica de colaborar com as coletividades com que mantêm interlocução no reconhecimento de seus direitos, sobretudo territoriais (PROTOCOLO DE BRASÍLIA, 2015, p. 8).

Em suma, frequentemente se percebe a atuação de antropólogos (as) que são contratados pelas centrais elétricas, órgãos internacionais, Assessoria qualificada para Movimentos Sociais; Pesquisadores vinculados a Centros de Estudos de Universidades estudando, pesquisando, prestando assessorias, consultorias e analisando a implantação

de barragens hidrelétricas e seus efeitos nos povos ribeirinhos, pescadores, agricultores, indígenas, quilombolas e populações locais.

Baines e Silva (2007, p. 286) destacam essa produção antropológica com os grandes projetos de desenvolvimento, e como um campo de atuação bastante denso. Segundo os autores "observa-se a atuação analítica dos antropólogos (as) e dos cientistas sociais acerca das "mitigações", especificamente, diante de grandes projetos de implantação de hidrelétricas e grandes barragens e de populações locais que são profundamente impactadas:

> Ao antropólogo caberia, portanto, a produção de "indicadores" eficazes de "reparação" visando aos "atingidos", de forma que adequasse a lógica de mercado praticada pelos empreendedores aos termos dos grupos e das famílias afetados pelo empreendimento. Ou seja, "impactos sociais" devem ser traduzidos para as empresas de modo que estas sejam capazes de equacionar o problema da destruição das condições de vida de populações locais. (...) trata-se da percepção de um antropólogo situado em um nível mais alto de avaliação e controle dos empreendimentos econômicos, justamente aquele responsável pelo financiamento destes. O antropólogo não é responsável neste nível de atuação por fazer a tradução mitigadora dos termos legais para o jargão técnico-capitalista dos empreendedores, mas supostamente é encarregado de uma avaliação independente dos "impactos" ocorridos no "marco dos deslocamentos populacionais associados à realização de grandes empresas hidroelétricas" (BAINES; SILVA, 2007, p. 286-287).

Conforme destacam os autores Baines e Silva (2007, p. 288), o antropólogo contribuiria para a criação de uma noção de "racionalidade econômica", ou seja, essa prática pode resultar em provimento e mitigações, tendo em vista que sempre há antropólogos (as) tanto nos setores hidrelétricos quanto junto de populações impactadas, prestando assessorias e traduções dos impactos socioambientais para o setor privado.

Há outros antropólogos (as) que pesquisaram a implantação de barragens hidrelétricas. Aproveito para destacar essa atuação no Nordeste brasileiro como Lygia Sigaud (1986), Parry Scoot (2009), Vânia Fialho (2011). Já no sudeste, sul e norte do Brasil: Silvio Coelho dos Santos (2003: 2007), Andrea Zhouri (2018: 2019), Ricardo Verdum, Carlos Vainer, Reis (2007) e outros. Suas temáticas de pesquisas são bastante recorrentes, se referem aos impactos sociais gerados pelas implantações de grandes projetos, nesse caso de barragens hidrelétricas. Aproveito para destacar um dos casos de barragens hidrelétricas no Nordeste brasileiro:

> De outubro de 1987 a maio de 1988, mais de 40.000 residentes da área rural - dentre os em torno de 80.000 pessoas atingidas em total - foram deslocadas da beira do Rio São Francisco para ceder lugar para a instalação do reservatório de Itaparica. 57% das famílias deslocadas provinham do campo, sendo sobretudo compostas por camponeses, pequenos agricultores e trabalhadores. Uma vez reassentadas, boa parte ficou aguardando anos a fio, a instalação do equipamento de irrigação para trabalhar nos lotes áridos designados a eles pela Companhia Hidrelétrica CHESF, do Governo Federal. A enorme barragem se destinava ao fornecimento de energia para a demanda regional crescente das metrópoles nordestinas do Recife e de Salvador, bem como de outras áreas na região. A área inundada tem uma história privilegiada de uso agrícola, pastoral e extrativo por grupos muito diversos. Uma descrição destes grupos fornece uma visão panorâmica dos pontos críticos de transformações às quais estes estavam sujeitos no processo de reassentamento. Os domínios de poder regionais e locais transparecem neste período de intensa mudança (SCOTT, 2009, p. 19).

Portanto, o estudo sobre populações atingidas por barragem não é um tema novo na antropologia. No portal eletrônico da Associação Brasileira de Antropologia (ABA) podemos identificar a formação de Comitês e Comissões de antropólogos e antropólogas sobre os povos ribeirinhos, meio ambiente e grandes projetos, de Direitos Humanos e outros com abordagens múltiplas acerca das populações que são constantemente atingidas por megaprojetos de desenvolvimento, entre eles a implantação de barragens para diversas finalidades.

Por fim, vale lembrar um caso semelhante na literatura antropológica, o de Max Gluckman, onde sua pesquisa denominada “Análise de uma Situação Social na Zululândia Moderna” (1987) onde o autor tratou da implantação de uma Ponte e de sua inauguração que resultou na ligação de dois territórios, bem como seus efeitos sociais e políticos modificando a dinâmica social, cultural, política e econômica da região.

3.3 Os megaprojetos hídricos do Brasil, conflitos socioambientais e o surgimento do Movimento dos atingidos por barragens

A implantação de barragens no Brasil se deu de forma mais acelerada a partir de 1960, com as discussões políticas- nacionais para projetos desenvolvimentistas da nação (SANTOS, 2003; 2007). Os primeiros programas se voltaram para a política energética advindas de grandes obras hídricas, como por exemplo, a usina binacional de Itaipu. A partir disso passaram a surgir outras grandes obras para a produção energética em outras regiões.

Desse modo, por um lado, concebe-se a intensificação da expansão da urbanização e por outro o barramento de rios nas diferentes regiões brasileiras. No caso do Brasil, os empreendimentos hídricos se dão nas principais bacias hidrográficas, estrategicamente, devido à expansão territorial, bem como sua capacidade hídrica e energética.

Não obstante, altera drasticamente os ecossistemas costeiros locais, dessa maneira resulta no acúmulo de água essencialmente para atender as demandas do capital e da industrialização, bem como para o consumo humano. Há, portanto, um sistema de tratamento e distribuição dessa água por meio de adutoras e de sua canalização para pequenos e grandes centros urbanos. Nesse percurso o consumo dessas águas também atravessa propriedades rurais convergindo para os sistemas agroindustriais, de irrigação, criação de animais e outros.

Com base nessa discussão destaco quatro formas de implantação de grandes empreendimentos de cunho desenvolvimentistas nacionais existentes numa cadeia produtiva hídrico-energética no Brasil, e que está articulada entre Estado, sociedade e consumo. Observemos a figura a seguir:

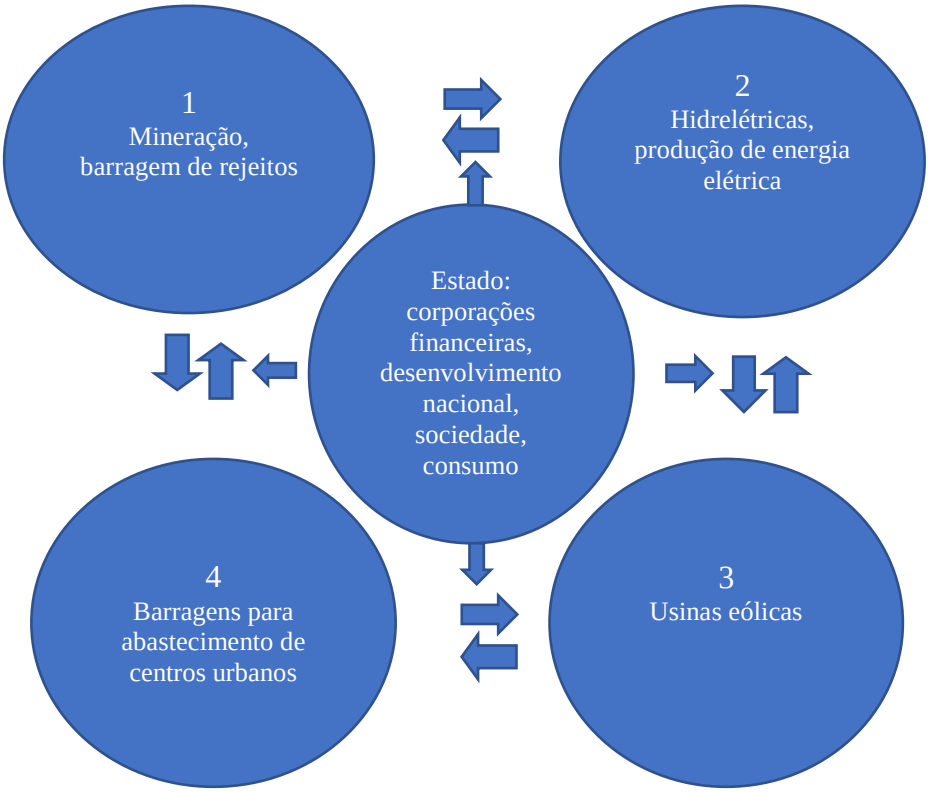


Figura 57: Diagrama contendo as quatro formas de grandes projetos energéticos do Brasil, demonstrando a noção de uma engrenagem. Fonte: Coleção etnográfica da dissertação. Produzido pelo autor, 2020.

A ilustração diz respeito a uma noção de engrenagem, ou seja, o Estado como interventor principal para atender as demandas tanto do capital à nível internacional, quanto da sociedade de consumo industrial à nível nacional. Com base nisso, apresentei quatro modelos de empreendimentos que cada vez mais vêm se expandindo no território brasileiro.

Temos por exemplo a mineração que produz barragens de rejeitos e resulta na implantação de barramentos em áreas ribeirinhas para acúmulo de rejeitos/esgoto de minério. A intensificação dessa atividade se dá na exploração de minério, e sua ausência de manutenção resulta em desastres ambientais. Outro exemplo é a atuação da

mineradora Vale, que desde 1942 vem atuando em diversas regiões do Brasil, como o complexo Carajás de mineração no município de Canaã dos Carajás, no sudeste do Pará, e no Estado de Minas Gerais (ZHOURI, 2018).

Já as barragens hidrelétricas para a produção de energia elétrica, organizadas a partir da década de 1960, como as Centrais Elétricas Brasileiras SA (Eletrobrás), "desenvolveu políticas voltadas para a implantação de grandes projetos hidrelétricos (SANTOS, 2003, p. 87). Também temos a binacional Itaipu, 1984, no rio Paraná, Brasil/Paraguai; a de Sobradinho; Itaparica; complexos hidrelétricos de Belo Monte; Tucuruí e Tapajós no Pará; a hidrelétrica de Balbina/AM, hidrelétricas de Samuel, Santo Antonio; hidrelétrica de Jirau-rio Madeira/RO, hidrelétrica Teles Pires e outras.

Já a implantação de parques eólicos, diz respeito a usinas ou turbinas eólicas, que cada vez mais vêm se intensificando nesses parques. Majoritariamente de empresas multinacionais, esse tipo de empreendimento tem a finalidade da produção de energia elétrica através dos ventos, onde também se exige regiões estratégicas.

Atrelada a isso acontece também a implantação de barragens para abastecimento de água potável de centros urbanos, como uma modalidade de produção hídrica para consumo humano e para atender à produção agrícola (agronegócio/agropecuária), e de combate à seca no Nordeste brasileiro. Como exemplo temos a barragem de Acauã, no município de Itatuba, no agreste do Estado da Paraíba, e outras pelos Estados brasileiros (BARBOSA, 2017).

Particularmente no Brasil percebe-se o papel do antropólogo em empreendimentos dessa natureza, seja em pesquisa, assessoria ou articulando esse debate com a universidade, por ser um tema que envolve a sociedade, cultura, globalização, ambiente e política.

A implantação de barragens e suas consequências para as populações locais vêm sendo tema de pesquisas antropológicas tanto no Brasil quanto em âmbito internacional, visto que empreendimento dessa natureza não se resumem a um projeto nacional de um só país, e sim sobre uma cadeia mundial de descentralização do capital como propostas de desenvolvimento.

Conforme o antropólogo Sílvio Coelho dos Santos em seu artigo "A geração hídrica de eletricidade no sul do Brasil e seus impactos sociais", ao tratar da noção de desenvolvimento, destaca que "deve-se considerar que a implantação de projetos

hidrelétricos implica na consideração à existência de múltiplos atores sociais e de diferentes interesses políticos, econômicos e empresariais, cada projeto tem sempre sua especificidade" (SANTOS; 2003, p. 98):

> Mas, em comum, todos apresentam problemas de intervenção na natureza e na vida das populações locais ribeirinhas. Tais constatações são hoje reconhecidas internacionalmente, e necessitam ser cada vez mais internalizadas por todos quanto têm participação nos processos de tomada de decisão referentes à implantação de novos empreendimentos. Não basta pensar os projetos hidrelétricos como de interesse da melhoria da qualidade de vida da maioria da população de um Estado ou de uma região. É preciso assegurar àqueles que são prejudicados por tais projetos, devido a desapropriação de suas propriedades, por seu reassentamento forçado, por perda de empregos e de relações de vizinhança, entre outros efeitos negativos, que tenham efetiva oportunidade de reconstituírem suas condições de vida, em termos socioculturais e econômicos (SANTOS, 2003, pp. 98-99).

As comunidades locais em sua maioria, e especialmente as ribeirinhas, são desterritorializadas e reassentadas em lugares que não condizem com a realidade anterior; terras escassas, áridas e impróprias para a continuidade das atividades sociais e produtivas. Como foi visto no caso do Sítio Cajá, as populações atingidas enfrentam diversos problemas:

> A mundialização, entendida como uma nova configuração dos mecanismos de acumulação do capital a partir de processos concomitantes de descentralização das operações produtivas e centralização do capital (CHESNAIS, 1996), resulta não só na "re-localização" dos investimentos e atividades produtivas, mas na "polarização da riqueza". Assim, longe de produzir um cenário de integração entre as diversas regiões do globo, a lógica seletiva do capital atinge de maneira distinta determinadas regiões e camadas sociais, resultando numa distribuição desigual dos impactos e riscos decorrentes das atividades produtivas (CHESNAIS; SERFATI, 2003). A partir de diversos instrumentos políticos, o capital demonstra sua eficácia quanto à transferência do ônus das degradações para os países e classes mais vulneráveis, de forma que os efeitos da(s) crise(s) ecológica(s) atingem predominantemente determinadas parcelas da população dos países do Sul (CHESNAIS; SERFATI, 2003 Apud ZHOURI; OLIVEIRA, 2007, pp. 119-120).

Zhouri (2019, p. 51-52) também discute em seu artigo "Violência, memória e novas gramáticas da resistência: o desastre da Samarco no Rio Doce" a relação da comunidade e seu território, destacando a importância do lembrar para a reconstrução. E que ao longo do tempo estabelecida num território, o grupo social produz suas relações

sociais, modos de vida, processos identitários e simbólicos, organização social e política próprias.

Russel Parry Scott (2009) trata de sua contribuição ao debate sobre a implantação da barragem de Itaparica em seu livro "Negociações e resistências persistentes: agricultores e a barragem de Itaparica num contexto de descaso planejado", onde discute os efeitos nas populações atingidas enquanto descasos planejados (SCOTT, 2009, p. 9).

Em suma, o que se coloca em questão são as possíveis violações dos direitos das comunidades que são compulsoriamente deslocadas, ocorrendo grande mudança estrutural e modificando profundamente a organização social e política das comunidades ribeirinhas (VAINER, 2008: 2011).

Um dado constatado por Zhouri e Oliveira referente a 2015 (2017, p. 121) permite afirmar que no Brasil "as barragens já inundaram 3,4 milhões de hectares de terras produtivas e desalojaram mais de um milhão de pessoas no país". Esse dado se refere apenas ao projeto de implantação de hidrelétricas, permitindo analisar a noção de desenvolvimento diante de implantação de barragens para abastecimento de centros urbanos e seus efeitos nas comunidades locais.

Já a historiadora Maria José Reis (2007), referência em estudar os processos históricos de populações ribeirinhas atingidas e da formação do movimento dos atingidos por barragem, discute tanto a maneira das implantações de barramentos hidrelétricos quanto à origem do conceito nativo de atingidos por barragem.

Portanto, entende-se que é a partir das problemáticas das populações locais que iniciaram seus processos de organização de suas lutas sociais, criando o conceito nativo do que é ser atingidos por barragem, que o Estado deve rever o conceito de desenvolvimento nacional.

Essas lutas já são históricas e fazem parte da formação da sociedade brasileira e desse modelo de desenvolvimento nacional, que se projeta internacionalmente, a partir da segunda guerra mundial. Já no Brasil se intensifica a partir da década de 1960, em meio à industrialização e expansão da urbanização do país.

O que se percebe é que as implantações de barragens resultam em grandes mudanças sociais, culturais, ambientais e econômicas para as populações locais, vindo a desarticular uma cadeia produtiva local pela perda das terras férteis. Já nos

reassentamentos, essas populações têm de se ressignificar constantemente, adaptando suas atividades produtivas ou deixando de ser praticadas, como a agricultura, por falta de terra.

3.4 A política nacional de segurança hídrica

Há uma legislação nacional vigente sobre a política hídrica de cada Estado brasileiro, com uma visão geral há também a Política Nacional de Recursos Hídricos, sob a Lei Federal nº 9.433, de 08 de janeiro de 1997, que no Brasil é responsável pelos acionamentos e por impulsionar debates diante de um " desenvolvimento" desta tanto no âmbito nacional quanto internacional, de modo a criar diversos subsídios para a então chamada "segurança hídrica" da nação.

A então Lei Federal nº 9.433/1997, mais conhecida como Lei das Águas, instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH) e criou o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH) que são as duas pautas mais importante dessa lei.

A Política Nacional de Recursos Hídricos, de modo geral, determina como o Estado fará a apropriação e o gerenciamento dos recursos hídricos nacionais e dá outras providências. Um dos fundamentos que regem a Política Nacional de Recursos Hídricos é: *A água é um bem de domínio público*. Não poderia ser diferente, tendo em vista a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 225.

A água é um recurso natural limitado, dotado de valor econômico. Esse recurso justifica a cobrança pelo uso da água e por qualquer eventual dano à ela, que afetará toda a sociedade, dona desse bem difuso. Em situações de escassez a prioridade no uso dos recursos hídricos será para consumo humano e de animais.

Já a gestão dos recursos hídricos deve proporcionar o uso múltiplo das águas, esse fundamento não é tão evidente à primeira vista, mas é um fundamento necessário, pois a água possui milhares de utilidades e a gestão não deve se limitar a apenas a fornecer água potável, mas também o tratamento de efluente, por exemplo.

A bacia hidrográfica é a unidade territorial para implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e atuação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, ou seja, cada bacia hidrográfica deve possuir um comitê gestor. A gestão dos recursos hídricos deve ser descentralizada e contar com a participação do

poder público, dos usuários e das comunidades. Esse último fundamento é importante em relação à eficiência na gestão, pois determina a descentralização da gestão dos recursos.

3.5 A barragem de Acauã

Para discutir a implantação da Barragem Argemiro de Figueiredo, a barragem de Acauã, analiso o levantamento de dados produzidos pela Agência Executiva de Gestão das Águas do Estado da Paraíba (AESA), via consulta em seu portal eletrônico. Está localizada no médio curso da bacia hidrográfica do Rio Paraíba, precisamente no município de Itatuba, e também abrange os municípios de Salgado de São Félix, Aroeiras e Natuba, agreste do Estado da Paraíba.

A bacia hidrográfica do Rio Paraíba possui área de 20.071,83 km2; se constitui a segunda maior bacia hidrográfica do Estado da Paraíba, abrange 38% do seu território, abrigando 1.828.178 habitantes que correspondem a 52% da sua população total. É considerada pela AESA uma das mais importantes obras hídricas do Nordeste brasileiro, em virtude da extensão territorial ocupada pelo lago.

Isso posto, Acauã é composta pela sub bacia do Rio Taperoá e Regiões do Alto Curso do rio Paraíba, Médio Curso do rio Paraíba e Baixo Curso do rio Paraíba. Já seus estudos de impacto ambiental iniciaram-se por volta de 1998, vindo a ser inaugurada em 2002. Com localidade estratégica para a construção do balde entre duas serras com pequena distância entre ambas, a represa ficou com capacidade para 253 milhões de metros cúbicos.

Figura 58. Período em que a barragem atinge sua capacidade total, mais de 253 milhões de metros³. Bacia hidrográfica do Rio Paraíba, barramento ou balde da Barragem de Acauã, Município de Itatuba-PB. **Fonte:** Coleção etnográfica da dissertação. Foto coletada do portal eletrônico da AESA-PB, janeiro de 2004 [autoria não informada].

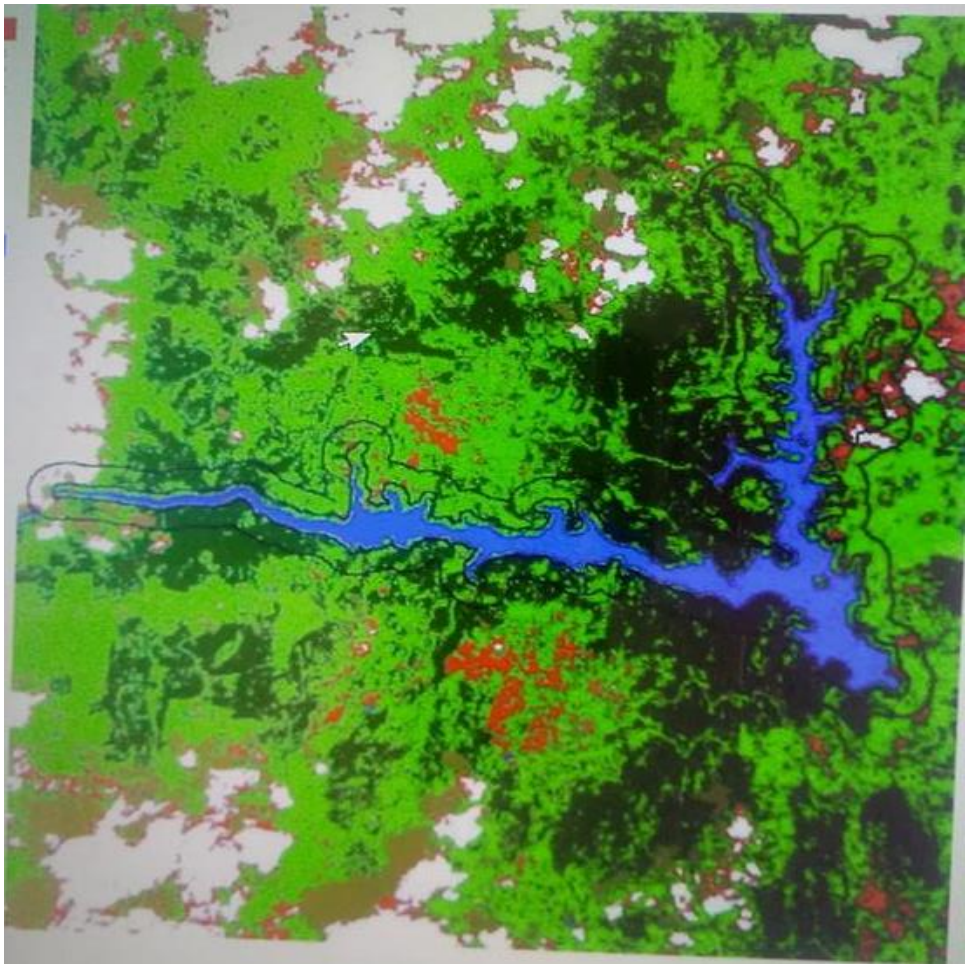


Figura 59. Área territorial ocupada pela barragem de Acauã e onde estão as comunidades ribeirinhas em reassentamentos de vilas com casas de placas. **Fonte:** Coleção etnográfica da dissertação. Foto coletada do Google Maps, 2019 [reproduzida pelo autor].

Portanto, segundo o relatório da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH, 2007, p. 59) estima-se que a área ocupada pela implantação da barragem de Acauã resultou em média de seis comunidades ribeirinhas e outros pequenos povoados atingidas direta e indiretamente, são elas: Pedro Velho, do município de Aroeiras-PB; Costa do município, de Natuba-PB; Água Paba; Ilha Grande; Riachão; Junco; sítio Melancia e sítio Cajá, ambos do município de Itatuba-PB, vindo a totalizar "cerca de 5 mil pessoas atingidas" e deslocadas para reassentamento em vilas. Esses dados também são discutidos por Medeiros (2010) e Barbosa (2017).

3.6 Os atingidos por barragem no Brasil

Ao tratar desse percurso histórico dos atingidos por barragem, Reis (2007) destaca que esse movimento se caracteriza pela "ocorrência de lutas sociais de pequenos produtores rurais, e teve início no final da década de 1970, na região do Alto Uruguai (RS/SC), e continua até os dias atuais, assumindo dimensão nacional e internacional" (p. 473). Ou seja, com o projeto de implantação de hidrelétricas, à exemplo da usina de Itaipu no sul do Brasil, resultou em inúmeros conflitos onde comunidades ribeirinhas eram deslocadas de seus lugares e reassentadas longe do rio, bem como tendo direitos violados:

> A reação das populações rurais atingidas por estes projetos permitiu, entre outros aspectos, o reconhecimento de que a instalação de hidrelétricas resulta em uma problemática extremamente complexa, que longe está de se esgotar em sua face técnico-econômica. Em termos socioambientais é indispensável salientar, por um lado, que esta instalação provoca uma verdadeira reordenação territorial, exigindo a remoção compulsória das populações que historicamente vinham ocupando os espaços requeridos para esta finalidade (REIS, 2007, p. 474).

Portanto, na medida que isso acontece, o MAB consiste na luta e resistência junto aos atingidos: organização da população atingida, elaboração de pautas e ofícios de reivindicação perante órgãos oficiais do Estado brasileiro, bem como no provimento

para a reconstrução dos reassentamentos e da reparação de perdas e violações dos reassentados.

Conforme discutido por Maria José Reis (2007, p. 475) e em Santos (2015, p. 122) o surgimento de categoria social atingidos também está relacionada à construção de identidades individuais e coletivas de interações sociais, políticas e culturais de um povo, que se constroem ao longo da vida, apresentando-se como forma de resistência individual e coletiva. Para Vainer (2008: 2011) e Santos (2015) o conceito de atingido por barragem diz respeito:

> Ao reconhecimento e legitimação de direitos de seus detentores. Ou seja, para os autores é estabelecer que determinado grupo social, família ou indivíduo é, ou foi, atingido por certo empreendimento, significa reconhecer como legítimo e legal seu direito a algum tipo de ressarcimento ou indenização, reabilitação ou reparação. Ao mesmo tempo é discutido em diferentes instâncias: I - No campo da afirmação de direitos, do reconhecimento de violações, rebatendo sobre processos indenizatórios; II - No seio dos movimentos sociais como identidade política coletiva e na disputa por contra hegemonia na sociedade; III - No meio acadêmico, na busca por sua afirmação como conceito (SANTOS, 2015, pp. 116-117).

Para Santos (2015) é necessário considerar, então, se a disputa pelo preenchimento da noção de atingido por barragens representa o elemento estratégico no processo de afirmação de direitos humanos e de que forma isso se dá:

> O Movimento de Atingidos por Barragens (MAB) surge de lutas locais, como resposta à política nacional de energia de matriz hidrelétrica, que desalojava compulsoriamente os moradores de áreas a serem atingidas ou com o alagamento do reservatório, ou com a construção da estrutura das barragens em si. Esses empreendimentos hídricos estão voltados para o desenvolvimento dos negócios e da economia nacional, já a população deslocada atingida é tratada pelo poder dominante como empecilho ao progresso e são reassentadas em locais mais desvalorizados e impróprios ao trabalho (SANTOS, 2015, p.118)

Nessa discussão percebe-se que geralmente os lugares em que atingidos são reassentados a qualidade da terra quase nunca tem as mesmas propriedades e qualidades que a anterior, implicando tanto na perda da qualidade de vida quanto da qualidade ambiental.

Portanto, ao estudar os referenciais teóricos de pesquisadores como Andrea Zhouri (2019); Sílvio Coelho dos Santos (2003: 2007); Carlos Vainer (2008: 2011); Maria José Reis (2007) e outros, percebi que o conceito nativo de “atingido por

barragem" foi criado entre aqueles que se sentiram prejudicados de alguma maneira pela implantação de empreendimentos hídricos [hidrelétricas como a de Itaipu e da barragem para abastecimento de centros urbanos, como a de Acauã], principalmente com a desterritorialização e reterritorialização e os efeitos causados na comunidade ao ser reassentada.

Souza e Pedon (2007, p. 128), ao discutir a noção de "desterritorialização e reterritorialização" social, assinalam que a desterritorialização pode ser forçada envolver perdas irreparáveis; já a reterritorialização significa afirmar o processo de reconstrução dos modos de vida social num novo território.

Ao continuar discutindo o conceito de atingido por barragem considero alguns trechos do relatório final organizado pelo Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana: Comissão Especial atingidos por barragem publicado em 2007, sobre a implantação de barragens e seus efeitos em população locais:

> De um lado, a construção de barragens é justificada por sua contribuição para o desenvolvimento - pela oferta de eletricidade, insumo básico do bem-estar e da produção na sociedade contemporânea, pelo incremento da produção de alimentos e produtos agrícolas de modo geral graças à irrigação, pelo controle de enchentes cujas perdas econômicas e de vidas são dramáticas, pelas hidrovias que propiciariam enormes ganhos para as populações ribeirinhas e para as economias regionais e nacionais. Os defensores das barragens, sobretudo para uso energético, acionam também argumentos ambientais, ao lembrarem que a geração hidrelétrica utiliza um recurso renovável – água. De outro lado, as barragens são criticadas por seus impactos ambientais e mudanças sociais negativas, como, entre outros, a inundação de terras férteis, a destruição de florestas e de patrimônio genético, o alagamento de cidades e infra-estruturas, o deslocamento compulsório de pessoas, a degradação das condições de reprodução sociocultural de populações tradicionais. O recente acirramento dos conflitos e da polêmica pode ser creditado à convergência de dois vetores: o crescimento do ambientalismo e os movimentos das populações atingidas. Em escala internacional, esta convergência tem pressionado crescentemente as agências, empresas e organizações engajadas no financiamento, planejamento, construção e operação de barragens a equacionarem de maneira mais rigorosa os problemas ambientais e sociais. Em resposta a estas pressões, e buscando fazer face a algumas das reivindicações levantadas pelos movimentos de resistência e pelos críticos, assistiu-se, desde os anos 80, à implantação progressiva de mecanismos legais e agências que deveriam regular a implantação de barragens. Avaliações de impacto ambiental, audiências públicas, novas normas para a implantação de hidrelétricas são resultado deste processo. O Banco Mundial, a Corporação Financeira Internacional, o Banco Interamericano de Desenvolvimento, o Banco Asiático de Desenvolvimento e outras agências multilaterais, assim como agências de cooperação nacionais,

> começaram a introduzir a questão ambiental em sua agenda e estabeleceram, também nos anos 80, requisitos ambientais mínimos para apoiar este tipo de projeto. O estado atual do debate internacional nos mais diferentes países do mundo, a exemplo do Brasil, têm sido frequentes as polêmicas e os conflitos em torno dos impactos provocados pelo planejamento, implantação e operação de barragens, sejam elas voltadas para a geração de energia hidrelétrica, para a irrigação, abastecimento de água, controle de cheias, ou para múltiplos objetivos (CDDPH, 2007, p. 16).
>
> Em diversos países da América Latina, os anos 1980 foram marcados pelo processo de redemocratização, que favoreceu a emergência dos movimentos ecológicos e a propagação das demandas de cunho ambiental. No Brasil, tiveram particular ressonância as lutas e reivindicações das populações atingidas pela construção de barragens, que determinaram a inserção na agenda do Setor Elétrico da questão social e ambiental (CDDPH, 2007, p. 18).
>
> O termo "atingido" ganhou enorme centralidade nos debates e conflitos relativos à identificação e reparação de grupos sociais, famílias ou indivíduos prejudicados pelo planejamento, implementação e operação de barragens. Tal centralidade resulta do fato, incontestável, de que da definição de "atingido" decorre a amplitude do reconhecimento de direitos e a legitimidade de seus detentores (CDDPH, 2007, p. 27).
>
> Nas localidades em que vivemos existe toda uma série de equipamentos coletivos tais como: mercados públicos, praças, escolas, postos telefônicos, postos de saúde, igrejas, ruas calçadas (no caso de Pedro Velho), eletrificação, água saneada (no caso de Pedro Velho), etc. Consideramos, portanto, que se tudo isso vai ficar debaixo d'água, que teremos que sair de onde construímos nossas condições de moradia e de vida, temos direito de sermos reinstalados pelo poder público em condições, no mínimo, iguais às que temos hoje. Desta forma, pensamos que temos direito de sermos reinstalados em novas localidades, a serem construídas especialmente com esta finalidade (DOSSIÊ SOBRE A SITUAÇÃO DOS ATINGIDOS POR ACAUÃ, 2005, p. 10).

A discussão apresentada sobre os atingidos pela barragem, nesse caso os de Acauã, percebe-se que a barragem enquanto um mega-projeto de desenvolvimento causa e causou uma série de intervenções nas populações ribeirinhas, resultando em efeitos negativos, conflitos, danos, perdas materiais e imateriais, perdas de fontes produtivas de trabalho e renda, perda das terras férteis da beira do rio, direitos violados, e principalmente perda da qualidade ambiental.

3.7 A política nacional dos direitos das populações atingidas por barragem

Projeto de Lei 2788 de Junho de 2019

Diante dos efeitos negativos resultantes da implantação de barragens, as famílias encontrando-se em reassentamentos precários tende a procurarem seus direitos, se organizarem com o MAB nacional, resultando num processo de judicialização dos problemas sociais causados pela barragem. Ao afirmar isso, além da Constituição Federal do Brasil promulgada em 1988, constata-se uma legislação específica resultante desse contexto de lutas sociais enquanto direitos das populações tradicionais atingidas por barragens e de suas políticas de compensatórias e de mitigação num Projeto de Lei em tramitação no Congresso nacional do Brasil.

Por conseguinte, trata-se do Projeto de Lei 2788 de Junho de 2019 afirmando a Política Nacional dos Direitos das Populações Atingidas por Barragem que foi elaborado com base nas lutas do MAB, afirma novos regulamentos sobre a implantação de barragens, bem como políticas públicas sociais de compensação e de mitigação social para a implantação e de autogestão de reassentamentos, no sentido de construir políticas públicas para assegurar semelhantes modos de vida como viviam. O referido Projeto de Lei encontra-se em tramitação no senado federal.

3.8 A formação da primeira Comissão dos atingidos pela barragem de Acauã

A fundação do movimento dos atingidos por barragem na região de Acauã[14] foi por volta do ano 2000 (MEDEIROS, 2010) (BARBOSA, 2017), bem como a organização e criação da primeira comissão dos atingidos por Acauã; ao analisar o documento intitulado: “Dossiê sobre a situação da população atingida” organizado e publicado em primeira edição no ano de 2005.

Nele contém o nome da primeira organização das comunidades, por meio da criação de uma “Associação dos Atingidos pela Barragem de Acauã” (AABA), isso se deu por volta do ano 2000, com sede no sítio Pedro Velho, onde começaram a reunir e organizar as famílias das comunidades inconformadas para discutir seus problemas diante da barragem, representando as demais comunidades atingidas por acauã. Essa

[14] A idealização da implantação da barragem de Acauã na bacia hidrográfica do rio Paraíba no Estado da Paraíba aconteceu por volta da década de 1980. Naquela não logrou muito êxito, embora esse debate foi retomado por volta do ano de 1998, retornando o estudo de sua viabilidade e por volta de 1999 o projeto de implantação se concretiza e logo no ano seguinte se inicia a obra. Porém poucas famílias ribeirinhas locais conversavam e mal entendiam o que de fato iria acontecer com a implantação da barragem.

associação teve como primeiro presidente e coordenador regional do Movimento dos Atingidos por barragem (MAB) Abel Francisco Andrade; também teve na época o Osvaldo Bernardo como vice-presidente e a colaboração de Fátima.

Já sobre a formação do dossiê, sua primeira edição (2005) contém cerca de 17 páginas [versão que eu tenho impressa] resultante de várias reuniões com moradores das comunidades. Gostaria de destacar algumas características de como se deu sua formação conforme os dados que encontrei nele: o "Notas dos moradores do sítio Pedro Velho, Aroeira" contendo em média 2 laudas, onde na página 2 reúne notas de um relato que representa uma fala coletiva dos atingidos de acauã. Esse material foi resultado de uma reunião realizada pela Associação dos atingidos por Acauã (AABA), no dia 16 de fevereiro de 2002. Trata exatamente da condição das comunidades desde o ano 2000 diante da implantação de Acauã: insatisfação com a implantação e remoção das comunidades, falta de indenizações adequadas, falta de diálogo do estado com as comunidades, violações, perdas de propriedades e outros.

Conforme constatado no conteúdo as comunidades, principalmente a de Pedro Velho- Aroeiras, começaram a se organizar no ano 2000, em virtude da insatisfação da implantação da barragem e do deslocamento, e das cobranças ao Estado pelas indenizações das propriedades rurais e provimentos. Isso demonstra o engajamento de uma das comunidades junto do MAB.

Dessa forma, o que foi percebido nesse relato foi a maneira que o governo do Estado da Paraíba se comportou diante das comunidades. Um contexto social que pode representar todas as comunidades atingidas por Acauã, inclusive a comunidade Sítio Cajá de Itatuba-PB.

O segundo ponto que quero destacar são os "Pontos da pauta dos atingido pela barragem de Acauã" da página 10, onde foram organizados no dia 28 de maio de 2002. O conteúdo discute a respeito de reparações de danos causados por acauã e provimentos do Estado para os reassentamentos como indenização integral de tudo que pertence às famílias; condições de vida para o futuro das famílias, articulado a um projeto produtivo de trabalho e renda para todos; construção de novos núcleos urbanos para a nova localização; garantia de remuneração mensal para as famílias; acesso à documentação relativa à barragem e à população atingida como relatórios de estudo de impacto ambiental; projetos técnicos de acauã (mapas, levantamentos aerofotográficos, regime de enchimento e esvaziamento, delimitações das cotas de segurança), bem como o

cadastro de famílias; laudos de apropriação de bens (tabelas de valores, que serviram para compor as planilhas que estabeleceram os valores indenizatórios.

Com os resultados do documento dossiê organizado em 2005 surge um novo andamento dado pelo MAB, que diz respeito ao acionamento de Ministério Público, bem como a judicialização dos problemas sociais causados pela barragem de Acauã. O setor jurídico do MAB articulou a judicialização no Ministério Público em Brasília-DF, obtendo aprovação de uma Resolução nº 26/2006, deferindo o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, constituindo uma Comissão Especial com os seguintes objetivos: acompanhar denúncias de ocorrências de violações decorrentes de implantação de barragens no Brasil, realizando um levantamento empírico desses casos; apresentar sugestões e propostas de prevenção, avaliação, mitigação de impactos sociais e ambientais da implantação de barragens, bem como preservação e reparação dos direitos das populações atingidas.

Com base nisso o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana - Comissão Especial de atingidos por barragem passou a receber inúmeras denúncias vindas de diversas regiões do Brasil, onde estavam acontecendo violações de direitos humanos, seja de implantação de hidrelétrica ou implantação de barragens com outras finalidades; essas denúncias iam chegando e uma equipe se dirigia a cada comunidade para visita e levantamento empírico dos fatos. Uma dessas denúncias trata das questões sociais relativas à implantação de Acauã no Estado da Paraíba, onde aconteceu a visita de uma equipe:

> III. Visita da Comissão Especial:
>
> A comissão realizou visita ao Estado da Paraíba nos dias 18, 19 e 20 de abril de 2007, para fins de apreciação das denúncias recebidas quanto à barragem de Acauã. Empreendimento: As obras da barragem de Acauã, no rio Paraíba, divisa entre os Municípios de Aroeiras, Itatuba e Natuba, todos no Estado da Paraíba, começaram em 14 de junho de 1999 e foram concluídas (construção física da estrutura de barramento) em agosto de 2002. A barragem, que ocupa uma bacia hidráulica de 1.725 ha, provocou o deslocamento de aproximadamente 5.000 pessoas (900 famílias) que viviam às margens do rio. As águas da barragem – que hoje acumula 85% da sua capacidade total de armazenamento – atingiram, em maior ou menor escala, as zonas rurais das cidades mencionadas acima, inundando completamente 06 povoados (Melancia, Cajá, Ilha Grande, Junco, Pedro Velho e Cafundó) e 115 imóveis rurais. O objetivo principal do empreendimento é o abastecimento de água potável para municípios da região de Campina Grande (CDDPH, 2007, p. 59).

> III. Visita da Comissão Especial A comissão realizou visita ao Estado da Paraíba nos dias 18, 19 e 20 de abril do corrente ano (2007[15]), para fins de apreciação das denúncias recebidas quanto à barragem de Acauã. No dia 18 de abril, a comissão deslocou-se de João Pessoa à comunidade de Cajá (Município de Itatuba), onde houve audiência pública e foram visitadas algumas casas. Seguiu-se o deslocamento até a comunidade de Melancia (Município de Itatuba), onde também se realizou audiência pública, tendo sido visitada a escola improvisada. Já ao anoitecer, dirigimo-nos à comunidade de Costa, no Município de Natuba, onde foram ouvidos os moradores e visitadas as instalações do posto médico e da "escola". No dia seguinte, visitamos a comunidade de Pedro Velho (Município de Aroeiras), onde se realizou audiência pública. Por fim, no dia 20 de abril, a comissão reuniu-se com a Secretaria da Ciência, Tecnologia e do Meio Ambiente e com representantes da Superintendência 59 de Administração do Meio Ambiente – SUDEMA. Após, houve reunião com a Procuradoria-Geral de Justiça do Estado da Paraíba. Nessa mesma data, houve reunião à qual compareceram o prefeito do Município de Itatuba, o representante da Prefeitura do Município de Aroeiras e representantes do Instituto de Terras e Planejamento Agrícola do Estado da Paraíba-ITERPA, da Companhia Estadual de Habitação Popular – CEHAP, da Agência Executiva de Gestão das Águas do Estado da Paraíba – AESA, do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, da Secretaria de Estado de Infraestrutura, da Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e do Meio Ambiente, da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano e da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (CDDPH, 2007, pp. 59-60).

O item IV trata de principais questões elaboradas por uma equipe que realizou a visita em cada comunidade para constatar as denúncias. A equipe foi composta por membros da comissão especial e uma antropóloga, a Kênia Gonçalves Itacaramby, vinculada ao Ministério Público Federal. A visita foi realizada nas comunidades de Melancia e Cajá de Itatuba, e Pedro Velho de Aroeiras e Costa de Natuba-PB. Para este momento destaco o parecer que foi elaborado sobre a situação do reassentamento sítio Cajá de Itatuba-PB:

> Das constatações in loco em cada comunidade cabe resumir o seguinte: "CAJÁ", comunidade situada no município de Itatuba. O assentamento não dispõe de ruas pavimentadas, sendo formado por pequenas ruas com casas populares pré-moldadas de cerca de 50 metros quadrados, que são apelidadas de "casas de placa". Não há praticamente arborização, nem hortas comunitárias, tampouco terras

[15] Os dados apresentados estão de acordo com o relatório produzido e publicado em 2007 pelo Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana: Comissão Especial de atingidos por barragem. Aponto a observação feita pelo CDDPH: "PARTE III – ESTUDOS DE CASOS DE VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS DECORRENTES DA IMPLEMENTAÇÃO DE BARRAGENS. RELATÓRIO Sintético acauã" (CDDPH, 2007, pp. 58-62). "Os Relatórios Sintéticos de Caso que integram esta Parte III foram produzidos com base em estudos e missões de campo realizados em 2007".

> para a produção agrícola. Não há postos de saúde ou outros serviços de infra-estrutura e lazer coletivos, apenas um telefone público. Foi constatado um sistema precário de saneamento coletivo denominado "fossão", em franco processo de deterioração, com esgoto a céu aberto. Apesar de estar a cerca de um quilômetro de distância apenas das águas da represa, a água utilizada pela comunidade provém de "carros-pipa", havendo uma caixa d'água coletiva inteiramente vazia. No entanto, nota-se que algumas das residências – poucas - dispõem de cisterna privada, implantada em decorrência de projeto do Governo Federal ((CDDPH, 2007, p. 60).

Portanto, ao finalizar as visitas foi realizado um relatório geral considerando as questões de diversas comunidades em várias regiões do Brasil. Em suma o relatório recebe aprovação por volta de abril de 2007, concluindo que no caso da implantação da barragem de Acauã, o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana afirma:

> O empreendimento provocou uma degradação das condições de vida materiais das pessoas, com a ruptura de redes culturais, sociais e econômicas; agravando, piorando a sua anterior condição de existência; colocando-os em situação de exclusão social que não havia anteriormente. Os chamados "reassentamentos" são acampamentos precários e isolados que não oferecem perspectivas de vida aos seus moradores (CDDPH, 2007, p. 61).

Percebemos que há nesses cenários populações como ribeirinhos, indígenas, pescadores, agricultores que não concordam com essa forma de "desenvolvimento de implantação de barragens", uma vez que acarreta deslocamentos, perdas de vínculos, e consequentemente, tendo que viver em novas configurações territoriais inclusive em periferias urbanas, surgindo assim a noção ampla de atingidos por barragem.

3.9 O reassentamento sítio Cajá: adaptação social das casas de placas e a implantação de calçamento

Adaptação social em reassentamento

Quando retornei a agrovila Cajá no dia 28 de setembro de 2019[16] uma das pessoas que conversei foi a dona Socorro Nascimento, ao visitá-la conversamos sobre as mudanças que aconteceram nas casas da vila, principalmente da reforma de sua casa, da

[16] Atividade de produção de imagens fotográficas do reassentamento agrovila sítio Cajá de Itatuba do Projeto de extensão universitária *À luz da antropologia: fotoetnografia de um reassentamento de atingidos por barragem no agreste paraibano* (2019).

ampliação de sua área com alpendre e de outras casas dos vizinhos que fizeram reformas semelhantes:

> Niltin eu preferia tá morando lá no nosso cantinho, na nossa casa, era um lugar bom na beira do rio, lá a gente criava os bichos sem aperrear ninguém. A gente nasceu e cresceu lá, eu moro aqui, mas eu não gosto não, eu preferia ta morando na minha casinha lá no Cajá velho. Quando a gente vai lá na beira do rio é uma tristeza porque a gente lembra, a gente viveu nossa vida toda lá, hoje se a gente se for lá não vemos mais nada, acabou-se tudo, a gente nem sabe mais onde ficava as moradias porque tudo acabou, tá tudo cheio de matos (Dona Socorro Nascimento - mãe de Isaú Andreia e Ielson, 28 de setembro de 2019).

Quanto a sua caracterização, o reassentamento sítio Cajá de Itatuba-PB se concentra em três vilas rodeadas de cercas com arames farpados, limitando o acesso de todos os lados para as propriedades agropecuárias de fazendeiros, principalmente a propriedade que fica em frente ao reassentamento.

As casas de placas da vila, como são chamadas, foram construídas pelo governo do Estado da Paraíba, e produzidas com cimento, areia e ferro. Contêm 2 quartos, banheiro, sala, cozinha, área na frente e área de serviço com um quintal. O terreno de cada casa totaliza em média 7 metros de largura e 25 metros de comprimento.

Ao conversar com dona Maria de Miguel falo que sua casa ainda está no modelo original das casas de placas que foram entregues pelo Estado no ano de 2002, pois ela não fez nenhuma reforma. Também pergunto se ela cria animais e ainda trabalha na agricultura cultivando seu roçado:

> Rapaz eu não fiz nada nessa casa porque eu não tenho condição, minha condição é muito pouca, só tenho um salarinho pra sobreviver. Se eu pudesse ajeitava tudo. Tá vendo como ela tá? O rachão na sapata, se eu pudesse ajeitava toda, reformava, mas já tô velha cansada, o que tenho só dá pra viver. Olhe tem gente que cria por aí, os bichos tudo solto, espia lá, tá vendo? (me mostra cabras e ovelhas soltas circulando próximas de sua casa). Desse jeito eu crio nada, olhe o quintal nem presta pra plantar porque a terra é dura e seca demais. Quando foram construí aqui passaram máquinas socando a terra vinha caçambas de barro e passava maquinas socando o barro (Maria de Miguel, 12 de fevereiro d 2021).

João Novo, Nensinha e Seu Bila também falam da precariedade das casas de placas, pontuando a baixa infraestrutura que não atende totalmente às necessidades deles, e de cada família, assinalando as reformas estruturais de suas casas:

> As casas de placas vêm sendo adaptadas e ampliadas do jeito que a gente quer. Eu mesmo construí cisternas, uma cisterna boa eu mesmo construí com o dinheiro pouco mas consegui construir, ajeitei a área de serviço, fiz uma área boa na frente, como você ver aqui, fechei tudo direitinho e coloquei portão. Lá na casa de Geane a gente tirou as placas e colocamos tijolos. Vamos lá ver? Lá ficou boa de morar, mas gastei demais. Rapaz aqui a minha casa não vou tirar as placas, vou deixar do jeito que tá, só ajeitei a área, fechei aí. Olhe, o chão tava ruim demais, lá em Geane praticamente colocamos a casa a baixo e construímos outra no mesmo lugar pra ficar boa de morar, lá também construímos a área boa, colocamos cerâmica no chão, ficou boa. Vamos lá olhar! (João Novo de Nensinha, 12 de fevereiro de 2021).
>
> Se eu pudesse eu comprava uma casa na rua (zona urbana de Itatuba-PB), e ia morar lá. Mas como não tenho condição, aqui fiz pouca coisa, agora há pouco tempo fiz essa área, cobri aqui e fiz esse muro. Já tô velho, vou ficar por aqui mesmo. Minha casa lá no antigo Cajá era mais fraca que essa (Seu Bila de dona Duda, 12 de fevereiro de 2021).

Dessa maneira, ao longo do tempo da comunidade reassentada, de 2002 a 2021, a maioria das famílias vêm adaptando e readaptando suas casas de placas de acordo com suas necessidades, ou devido à precariedade da construção de placas que se soltam ou se deterioraram ao longo dos anos, carecendo de reformas.

As reformas vêm acompanhadas de adaptações ou ampliações de cômodos, reconstrução ou substituição das paredes de placas por paredes de tijolos [como é o caso da casa de Geane, filha de João Novo e Nensinha]; construção de cisternas privadas nos quintais; construção de muros de proteção na frente da casa, bem como substituição de cercas de faxinas [varas de marmeleiro] por muros de tijolos; reconstrução do piso e da calçada ou da sapata da casa, pois o anterior afundou ou estava com rachaduras.

Outras famílias, bem como os filhos e filhas das famílias reassentadas que foram se casando, constituíram novas famílias foram construindo novas casas no entorno do conjunto de agrovilas.

Com a fundação da agrovila pelo Estado houve a instalação de uma caixa d'água e dela partia uma instalação de canalização para as casas para distribuição. Principalmente nos primeiros 5 anos das vilas do Cajá, o abastecimento por água encanada foi inexistente, mesmo existindo uma canalização precária já instalada.

Lembro que buscávamos água para beber e para uso doméstico em açudes privados localizados na propriedade rural de "Dr. Jivan", que fica em frente ao reassentamento e onde criam bois/gado de corte; disputávamos ou compartilhávamos essa água com os animais.

Ao longo do tempo da comunidade reassentada o abastecimento de água foi bastante precário, instável. Nesse tempo surgiram algumas ações como implantação de cisternas nos quintais das casas, bem como a construção de lajedo com cisterna [forma de captação de água da chuva] em algumas pequenas propriedades privadas.

Ao longo desse tempo houve inúmeros problemas de infraestrutura no reassentamento; recordo-me do tempo em que eu morava na vila onde existia o "fossão", que fica instalado na lateral das três vilas, onde recebia e acumulava, por meio de instalação de canalização bastante precária, o esgoto doméstico e sanitário de todas as casas; em períodos de enchimentos aconteceu maior fedentina devido ao seu transbordo para um riacho que dá acesso à barragem.

O período em que eu morei no Cajá, antes e depois da comunidade ser reassentada na vila, não havia coleta de lixo doméstico como prática comum na localidade rural. Os resíduos eram jogados em alguns pontos das vias públicas, quando tinha lixo acumulado, as pessoas tocavam fogo. A partir do ano de 2013-2020, com uma nova gestão municipal na prefeitura de Itatuba, pelo prefeito Aron René Martins Andrade, passa a acontecer periodicamente a coleta do lixo.

Por volta do ano de 2006, a gestão da prefeitura municipal de Itatuba-PB, com o prefeito Dr. Renato Lacerda, reconstruiu o campo de futebol ao lado do reassentamento. Já no ano de 2012, reeleito na prefeitura municipal de Itatuba, e quase no final de sua gestão, o prefeito Dr. Renato Lacerda iniciou duas obras no Cajá: a reconstrução da escola e o posto de saúde onde sua gestão deixou inacabada. Conforme constatado por Barbosa (2017) as obras foram retomadas apenas por volta do ano de 2018, pelo então prefeito da época Aron René; logo os dois edifícios foram inaugurados e entregues a comunidade em maio de 2019. Nesse tempo também se começa a reconstrução do cemitério da comunidade, que fica localizado numa propriedade rural privada, onde foi inaugurado no início do segundo semestre do ano de 2020.

Vale lembrar que de 2002 a maio de 2019 as atividades educacionais e escolares, bem como os serviços de saúde (Programa Saúde da Família - PSF ligado ao Sistema Único de Saúde – SUS/Brasil) foram desempenhadas em ambientes improvisado/provisórios em casa de placas da vila do Cajá, alugadas pela prefeitura municipal de Itatuba. Também nesse período, por volta de 2013, a escola mudou de local e passaram a desempenhar as atividades escolares num ambiente mais amplo,

porém provisório. Apenas a partir de maio de 2019 os serviços de educação escolar e de saúde passam a ter sedes em prédios definitivos.

Portanto o que se percebe ao analisar o percurso de transformações da comunidade Cajá, bem como a reconstrução da vida social em reassentamento, é que a partir de 2005 começaram uma série de articulações e conversas realizadas pelo Movimento dos Atingidos por Barragem com as diversas esferas públicas, tais como: prefeituras municipais locais, governo do Estado e Ministério Público Federal no sentido de buscar provimentos para o atendimento das demandas da comunidade.

Em suma, com base na produção de novas imagens fotográficas sobre o reassentamento sítio Cajá, pode acompanhar identificar e analisar visualmente as reformas e ampliações nas casas de placas que vêm foram realizadas pelas próprias famílias, bem como a realização de construções de novas moradias pelas famílias do reassentamento sítio Cajá.

Portanto, é também nesse percurso fotográfico que acontece um pouco da identificação da reconstrução de equipamentos públicos, e da implantação de calçamento de paralelepípedos realizadas pelas gestões públicas locais municipais e Estaduais, das articulações realizadas pelo Movimento dos Atingidos por barragem (MAB) ao criar ações de provimentos e de mitigação da comunidade.

Figura 60: Entrada principal do reassentamento agrovila de Cajá. A agrovila é rodeada por cercas com estacas de madeira e com 4 a 6 linhas de arames farpados, separando a área do reassentamento da propriedade rural de criação bovina [fazenda]. Há apenas dois acessos com porteiras para entrar na comunidade: este acesso principal visto na foto [ao lado desta porteira tem um mata-burro de trilhos que interrompe o acesso de animais e facilita o acesso de carro ou motocicleta sem precisar abrir a porteira. Já no

final da área do reassentamento também há outra porteira limitando o acesso de pessoas e animais para outra propriedade rural. **Fonte:** Imagem registrada no dia 28/09/2019 (Acervo Arandu/AVAEDOC, Coleção PROBEX/UFPB 2019).

Figura 61: Área central do Cajá com as três vilas. Já no fundo da imagem está a parte de famílias estendidas, após as três vilas. **Fonte:** Coleção etnográfica probex, 2016. Foto coletada da página Cajá de Itatuba-PB, Facebook, 2016. Autoria não informada.

Figura 62: Área central da agrovila de Cajá sem o calçamento. **Fonte:** Coleção etnográfica probex, 2016. Foto coletada da página Cajá de Itatuba, facebook [autoria não informada]. Imagem registrada por volta do ano de 2014.

Figura 63: Casa de placa original. Logo que cada morador (a) passava a residir na casa também construía faxinas para separar o espaço de outra moradia, podemos ver faxinas entre uma casa e outra e sua pequena distância entre elas, menos de 3 metros. Na imagem podemos ver de um lado a faxina construída, e do outro, a substituição da faxina por muro de tijolo e cimento. **Fonte:** Coleção etnográfica da dissertação. Autor, 12/02/2021.

Figura 64: Fonte: Reforma de casas de placas. Construção de área e ampliações. Imagem registrada no dia 28/09/2019 (Acervo Arandu/AVAEDOC, Coleção PROBEX/UFPB 2019).

Figura 65: Casa de placa reformada, onde foi fechada a área do modelo original [ver figura 62]. Há também a construção de faxinas com varas de marmeleiro como forma de demarcação de sua área privada [o terreiro como as pessoas chamam no local, na antiga localidade muitas casas eram rodeadas de terreiros]. **Fonte:** Imagem registrada no dia 28/09/2019 (Acervo Arandu/AVAEDOC, Coleção PROBEX/UFPB 2019).

Figura 66: Faxinas sendo substituídas por construção de muros de tijolos, cimento e calçamento entre a casa e meio-fio/via pública com calçamento [Ver Figura 64]. **Fonte:** Coleção etnográfica da dissertação. Autor, 12 de fevereiro de 2021.

Figura 67: Casas de placas vêm perdendo suas características originais pelas reformas e ampliações [ver figura 62 e 63]. Na imagem há três casas de placas que foram modificadas por ampliações, e reformas de cômodos. **Fonte:** Coleção etnográfica da dissertação. Autor, 12 de fevereiro de 2021.

Figura 68: Casas de placas que receberam reformas e ampliações com varandas [ver figura 62]. **Fonte:** Imagem registrada no dia 28/09/2019 (Acervo Arandu/AVAEDOC, Coleção PROBEX/UFPB 2019).

Reconstrução de equipamentos públicos

Figura 69: Reconstrução da igreja católica ao lado da vila. [ver figura 12]. **Fonte:** Imagem registrada no dia 28/09/2019 (Acervo Arandu/AVAEDOC, Coleção PROBEX/UFPB 2019).

Figura 70: Escola José Bezerra de Lima. A escola foi reconstruída e entregue a comunidade em reassentamento em maio de 2019 [de 2002 a abril de 2019, as atividades escolares eram desempenhadas em ambiente provisório, casa de placa alugada pela prefeitura municipal de Itatuba]. Nessa escola funciona ensino infantil e anos iniciais. **Fonte:** Imagem registrada no dia 28/09/2019 (Acervo Arandu/AVAEDOC, Coleção PROBEX/UFPB 2019).

Figura 71: O posto de saúde do Cajá. Foi reconstruído e entregue à comunidade em reassentamento em maio de 2019 [de 2002 a abril de 2019 as atividades de saúde funcionavam em ambiente provisório em casa de placa alugada pela prefeitura municipal de Itatuba]. **Fonte:** Imagem registrada no dia 28/09/2019 (Acervo Arandu/AVAEDOC, Coleção PROBEX/UFPB 2019).

Figura 72: Placa de prestação de contas da reconstrução do cemitério do Cajá. O cemitério do sítio Cajá foi reconstruído e entregue na nova localidade em reassentamento no segundo semestre de 2019 para início de 2020. Uma das reivindicações e conquistas articuladas pelo MAB, onde vimos esse debate na produção audiovisual dos vídeos 1, 2 e 3.**Fonte:** Imagem registrada no dia 28/09/2019 (Acervo Arandu/AVAEDOC, Coleção PROBEX/UFPB 2019).

Acesso a água potável

Ao conversar com dona Socorro sobre o acesso à água potável no sítio Cajá, começamos a lembrar das dificuldades para ter água boa para beber, também falamos dos carros pipas que levavam água nos períodos de longa estiagem, que até os barreiros e açudes ficavam secos. Com a mudança do sítio Cajá para o reassentamento, o acesso à água potável também não vêm sendo de forma satisfatória como era o esperado, mesmo tendo a implantação da barragem de Acauã principalmente para consumo humano, no caso das famílias do sítio cajá, há limitações e interrupções para ser ter as águas de Acauã dentro de casa, o fornecimento dessas águas não vêm sendo de forma regular:

> A gente sofria muito lá pra buscar água pra beber, era uma seca danada, aqui também é seco se for ver ainda é pior, porque tudo ficou mais longe, longe do açude, longe dos barreiros. Lá a gente tinha muitos barreiros nas terras dos povos ne. Tinha o açude mesmo um pouco longe mas a gente tinha nosso açude. As cacimbas que a gente fazia no rio, era água salgada mas a gente usava para dar os bichos, e aqui nem o rio tem mais.
> Tu sabe que tu morou aqui, quando a gente chegou aqui na vila era uma agonia um inferno, não tinha água nas torneira, as torneiras era só de enfeite. A gente ia buscar água nas duas lagoas de dr Givan aí na frente, quando a gente tava enchendo as âncoras chegava um monte de boi, era um perigo a gente no meio dos bois que ia beber água. Também a gente fazia cacimba lá no riacho, tu lembra que a gente ia buscar água numa cacimba lá embaixo no riacho, água salobra, quem tinha um burro para ir buscar água trazia as 4 âncoras e quem não tinha ia buscar os baldes de água na cabeça mesmo.
> Hoje aqui a gente tem cisterna que foi construída pra gente, que a gente guarda água, umas cisternas boas demais que foi um projeto que fizeram [Articulação do semiárido – ASA, atua em projeto de combate à seca no semiárido do Nordeste brasileiro principalmente. Quanto a construção de cisternas no reassentamento sítio Cajá, as famílias foram contempladas com cisterna que foi construída no quintal de cada casa - resultante de articulações entre o MAB e a ASA].
> Já as águas nas torneiras, fica chegando vez em quando, não é todo dia. Foi confusão pra chegar água nessas torneiras, só depois que foram falar, mas a conta vem viu, a CAGEPA [Companhia de água e esgoto da Paraíba do governo do Estado - responsável pelo tratamento e abastecimento de água dos centros urbanos dos municípios paraibanos] instalou medidor de água nas casas, fizeram umas caixas grandes pra tratar a água da barragem de Acauã - mas porque fizeram pra abastecer Itatuba, porque lá em Itatuba tava uma seca danada faltando água direto, todo mundo reclamando, ai fizeram um bocado de caixa pra tratar a água da barragem de Acauã pra abastecer Itatuba, depois de muita confusão a gente sem água aqui foi que resolveram ajeitar os canos pra mandar água pra cá, as vezes tem água na torneira, quando chega a gente enche tudo, mas tem lugar que essa agua chega bem fraquinha que quase não dá pra encher os tambores (Dona Socorro - mãe de Isaú Andreia e Ielson, 28 de setembro de 2019).

Figura 73: Cisterna construída no quintal de uma casa de placa. Foi uma política de combate à seca e de convivência com o semi-árido, onde houve a participação de alguns movimentos sociais como a Articulação Semi-Árido brasileiro[17] (ASA) do MAB. Cada cisterna possui um registro em números conforme mostrado na figura. Fonte: Imagem registrada no dia 28/09/2019 (Acervo Arandu/AVAEDOC, Coleção PROBEX/UFPB 2019).

Figura 74: Cisterna construída pelo convenio da ASA, esse modelo de cisterna também serve para captação de água da chuva pelo telhado e biqueiras [ver figura 72]. **Fonte:** Imagem registrada no dia 28/09/2019 (Acervo Arandu/AVAEDOC, Coleção PROBEX/UFPB 2019).

[17] Para mais informações acesse a página eletrônica da articulação do semi-árido brasileiro disponível em: https://www.asabrasil.org.br/

Figura 75: Cisternas de captação de água de chuva pelo telhado. Foi construída pela própria família com instalações de uma caixa de água no alto e canalização para distribuição dentro de casa. **Fonte:** Imagem registrada no dia 28/09/2019 (Acervo Arandu/AVAEDOC, Coleção PROBEX/UFPB 2019).

A associação dos agricultores de Cajá em reassentamento

Já no caso da associação dos agricultores esta sofreu grandes impactos negativos, pois ocorreu a perda das terras produtivas que ficaram submersas pela barragem, resultando na interrupção das atividades agrícolas e de criação de animais das famílias. A comunidade ao ser reassentada passa a não ter terras adequadas para a continuidade das atividades agrícolas e de criação de animais, que eram desempenhadas antes.

Com a comunidade em reassentamento parte dos associados já estavam aposentados, com idade avançada e começaram a falecer, e os demais associados começaram a se aposentar. Já os filhos e filhas dos associados começaram a se mudar para outras localidades em busca de outras fontes de trabalho, optando por não continuar as atividades agrícolas de suas famílias, relativas à associação.

Com os efeitos dos conflitos socioambientais causados pela implantação da barragem na comunidade reassentada, muitas famílias e jovens se mudaram tanto para a zona urbana de Itatuba, quanto para outras cidades e Estados, para trabalhar e morar definitivamente.

Figura 76: Associação dos Produtores Rurais de Cajá que foi fundada no ano de 1989 juntamente com um galpão e maquinários de um moinho de milho; corresponde às famílias agricultoras, a agricultura familiar local que planta e cria aves e animais, foi realocada no reassentamento Sítio Cajá de Itatuba - PB. **Fonte:** Coleção etnográfica da dissertação. Arquivo pessoal, 2016.

Parte das famílias que permaneceram morando no Cajá passaram a desempenhar outras atividades produtivas, como a pesca de peixes na barragem, buscando se profissionalizar, e se associaram à outra associação, a de pescadores, localizada em outra comunidade. Portanto, atualmente a associação dos agricultores encontra-se fechada sem desempenhar as atividades inerentes à ela, como também não há uma equipe para presidi-la e nem assembleias, embora possua equipamentos como maquinário do moinho, a casa e sua documentação.

Quanto a discussão sobre dispersão de pessoas do reassentamento Cajá para outras regiões pode ser identificada no relato de Dona Socorro sobre sua filha e filho:

> Depois que vocês saíram daqui muita gente foi embora também, aqui em casa Andreia foi embora trabalhar no Recife, casou-se e mora lá, vez em quando vou lá visitar ela, ela também vem aqui me visitar. Ielson também foi embora pra Recife, vive trabalhando pra lá, casou-se vive lá, vem aqui so de visita. E muita gente vai embora pro Rio de Janeiro trabalha lá por um tempo e volta pra ca, passa um tempo aqui com a família e depois vai embora. Porque aqui tu sabe o que tem pra trabalhar né? E quem é que quer viver trabalhando no que a gente fazia carvão na enxada, ninguém planta mais porque uma seca dessa quando começa chover tem gente que coloca um roçadinho nas terras

> dos outros só pra não tá parado. Só Isaú que mora aqui casou fez a casa dele aí de lado e pronto. Eu me aposentei Fernando também se aposentou mas Deus já o levou, então to por aqui até quando Deus quiser. Com esse tempo todo o povo modificou as casas e agora tem o calçamento, o calçamento é bom porque diminuiu a poeira, era muita terra dentro de casa (Dona Socorro - mãe de Isaú Andreia e Ielson, 12 de fevereiro de 2021).

O calçamento

A partir de 2016 o reassentamento sítio Cajá começou a receber o calçamento com pedras de paralelepípedo nas principais vias. Esse calçamento foi implantado pela gestão da prefeitura municipal, prefeito Aron René. Essa prática contribui na modificação da paisagem local, e também amplia a cultura da urbanização dos espaços sociais do reassentamento.

Ao visitar a localidade em fevereiro de 2021 percebi que uma nova configuração vem acontecendo na localidade, através da implantação do calçamento: a criação de formas de apropriação dos espaços, dando-lhes significados sociais e a valorização dos modos de vida social em reassentamento.

Conforme vamos constatar nas imagens fotográficas a seguir: desenhos nas paredes, pequenos anúncios, práticas tradicionais como a construção de faxinas de varas de marmeleiro e outras expressões sociais. Isso demonstra a relação da construção de práticas do passado, enquanto relações simbólicas que vem sendo identificadas no presente, isto é, no cotidiano das pessoas da localidade.

Portanto a implantação do calçamento pode ser interessante, mas não garante qualidade de vida, tendo em vista que a demanda principal que percebi foi acesso regular à água potável e terras adequadas para a continuidade da criação de animais e de atividades agrícolas. Já os animais soltos circulando nas vias públicas representa uma demanda local.

Ao conversar com as pessoas identifiquei sinalizações de conflitos entre vizinhança devido à criação de animais soltos e à circulação dos mesmos nas vias públicas, acessando espaços privados e criando um odor desagradável para as moradias, devido à urina e fezes acumuladas no calçamento.

Em suma, a comunidade ao ser reassentada, intensificou a relação de vizinhança, resultando em outros conflitos, como por exemplo, casos em que famílias construíram pocilgas [ambiente adequado para criação de porcos - suinocultura] no

quintal de suas casas para tentar criar porcos. Isso foi inviabilizado, pois resultou em discussões entre vizinhos em virtude do forte odor produzido pelas fezes dos porcos, e resultou o impedimento da criação desses animais na localidade.

Figura 77: Implantação de calçamento na agrovila de Cajá. Período em que estavam calçando a principais vias do reassentamento sítio Cajá. **Fonte:** Coleção etnográfica do probex, 2016. Foto coletada do portal eletrônico da Prefeitura Municipal de Itatuba-PB, 2016. [autoria não informada].

Figura 78: Vias públicas com calçamento de paralelepípedo. Casa com alpendre construída pela própria família. **Fonte:** Imagem registrada no dia 28/09/2019 (Acervo Arandu/AVAEDOC, Coleção PROBEX/UFPB 2019).

Figura 79: Calçamento. Pessoas circulando e cuidando de animais nas vias públicas. Isaú com uma gaiola e Seu Nem Bezerra [Ex-vereador do antigo Cajá] com um cavalo; mais 3 cavalos no meio fio. No fundo da imagem está um ônibus escolar estacionado que serve para transportar os alunos para dar continuidade aos estudos na escola da zona urbana de Itatuba **Fonte:** Imagem registrada no dia 28/09/2019 (Acervo Arandu/AVAEDOC, Coleção PROBEX/UFPB 2019).

Figura 80: Ovelhas/carneiros circulando no calçamento, e cavalos debaixo de um pé de castanhola. Há também a circulação de pessoas. Na agrovila há muitos animais soltos com pouco espaço; vivem circulando nas vias públicas de calçamento soltando fezes e urinas. **Fonte:** Imagem registrada no dia 28/09/2019 (Acervo Arandu/AVAEDOC, Coleção PROBEX/UFPB 2019).

Figura 81: Calçamento. No meio da figura há um cerco de faxina de varas de marmeleiro protegendo e rodeando uma árvore em fase de crescimento; e evitando que animais soltos se alimentem com ela [ver figuras 61 e 79]. **Fonte:** Imagem registrada no dia 28/09/2019 (Acervo Arandu/AVAEDOC, Coleção PROBEX/UFPB 2019).

Figura 82: Casa com antena parabólica. Também há cercas de faxinas para demarcação tanto do quintal, quanto do terreiro da frente da casa [ver figura 64]; parte do muro da escola. Essa moradia não é casa de placa e sim construída pela própria família, recentemente ampliada com alpendre/área, bastante utilizada como ambiente de descanso

e circulação de ar. **Fonte:** Imagem registrada no dia 28/09/2019 (Acervo Arandu/AVAEDOC, Coleção PROBEX/UFPB 2019).

Figura 83: Casa de placa com área ampliada. Nessa imagem foi registrada uma nova prática na comunidade: a coleta seletiva de reciclados. Fora da área estão materiais plásticos, já dentro da área estão materiais de papelão. **Fonte:** Coleção etnográfica da dissertação. Autor, 12/02/2021.

Figura 84: Instalações elétricas do reassentamento. Há o limite do calçamento com a área ocupada pela agrovila, bem como muro de tijolos delimitando espaços privados. À direita da

imagem a parede original da casa de placa com a pequena janela. **Fonte**: Coleção etnográfica da dissertação. Autor, 12/02/2021.

3.10 As famílias estendidas da agrovila de Cajá

Ao constatar as mudanças que vêm ocorrendo na localidade, logo realizei novos registros fotográficos. Esse momento se refere à área ocupada com em média 25 famílias estendidas, que fica no final das três vilas, ao lado e atrás da igreja católica. Em 2002, muitas famílias que receberam as casas de placas na vila achavam o modelo de moradia muito pequena; logo os filhos(as) foram se casando, construindo novas famílias, e passaram a surgir demandas por novas construções de espaços, então as pessoas procuraram novas acomodações.

Eu ainda morava na vila quando se deram as ocupações desses espaços. Lembro que as pessoas passaram a demarcar cada terreno com a construção de sapatas e aos poucos foram erguendo as paredes; também iam complementando com as construções de faxinas de varas de marmeleiro, cercando os quintais e a frente de cada casa. Nesse local as famílias passaram a construir suas casas conforme suas necessidades, casas amplas com varandas e quintais, e cômodos mais confortáveis.

Foram observadas casas e faxinas construídas, bem como novas construções, reformas e ampliações realizadas pelas próprias famílias estendidas. Logo no início, as primeiras casas foram construídas com materiais retirados das antigas casas do antigo Cajá, como forma de aproveitamento de tijolos e madeiras antigas. Há também o uso de madeiras cortadas e coletadas nas pequenas matas próximas da comunidade.

Observei que a partir da implantação do calçamento na localidade, em 2016, vêm se intensificando as ampliações e reformas nas casas também das famílias estendidas. Muitas construções vêm sendo substituídas, por exemplo, as faxinas de frente da casa são retiradas e se constroem muros de tijolos e cimento. Há a reutilização de materiais antigo como madeiras, tijolos e telhas velhas. As paredes que foram levantadas e rebocadas com tijolos maciços e com barro também vêm sendo substituídas por tijolos novos e rebocos de cimento.

Essas pequenas reformas e novas ampliações nas casas vêm acontecendo constantemente, ao mesmo tempo, a substituição de materiais antigos que foram coletados nas matas por madeira cerrada, telhas, tijolos furados/industriais, cimento,

areia que as famílias compram em lojas de materiais de construção. Novas construções de moradias também têm sido feitas.

Dessa maneira, vem acontecendo a substituição de materiais antigos por novos materiais: tijolos novos, levantando paredes com tijolos industriais, faxinas por muros de tijolos, e rebocos com cimento e areia. Há também novas instalações: elétricas e de canalização de água potável e cisterna, de forma bem demorada, realizadas pelos próprios moradores. Analisemos as imagens a seguir:

Figura 85: Casas construídas pelas próprias famílias estendidas. Há também o advento do calçamento. Esse local fica por detrás da igreja católica, onde se veem cabras circulando. **Fonte:** Coleção etnográfica da dissertação. Autor, 12/02/2021.

Figura 86: Casas de famílias estendidas. Percebe-se o tamanho dessas casas se comparadas às casas de placas. **Fonte:** Imagem registrada no dia 28/09/2019 (Acervo Arandu/AVAEDOC, Coleção PROBEX/UFPB 2019).

Figura 87: No final do calçamento encontra-se a cerca de uma propriedade privada com plantação de palmas [A palma raquete ou doce é bastante cultivada na localidade que serve para alimentar os animais]. **Fonte:** Imagem registrada no dia 28/09/2019 (Acervo Arandu/AVAEDOC, Coleção PROBEX/UFPB 2019).

Figura 88: Outras casas de famílias estendidas atrás da igreja católica. Implantação do calçamento motivou as famílias a reformarem e ampliarem as casas nesse local, as faxinas por muros de tijolos, e construção de primeiro andar. **Fonte:** Coleção etnográfica da dissertação. Autor, 12/02/2021.

Figura 89: Casas de famílias estendidas com varanda e muros de faxinas [ver figura 61 e 64], árvore e desenhos nas paredes. Percebe-se a construção de várias manifestações dando significados e produção de relação simbólica no novo local. **Fonte:** Imagem registrada no dia 28/09/2019 (Acervo Arandu/AVAEDOC, Coleção PROBEX/UFPB 2019).

Figura 90: Nova construção de uma casa de família estendida. Reformas de construções realizadas no início da entrega do reassentamento vêm sendo reformadas por novas paredes de tijolos; faxinas também vêm sendo substituídas por muros de tijolos, e com a implantação do calçamento, essas práticas vêm se intensificando desde 2016. **Fonte:** Coleção etnográfica da dissertação. Autor, 12/02/2021.

Figura 91: Varas de Marmeleiro usadas para construção de faxinas/cercas de quintais das moradias. Esses materiais foram bastante usados no início do reassentamento para separar cada casa de placa [ver figura 64]. Atualmente as faxinas vêm sendo substituídas pela construção de muros de tijolos. Também se usa para a construção de currais para criação de animais ovinos

caprinos; à direita encontra-se um curral para acomodação de animais. No local também há calçamento e o meio fio. **Fone:** Coleção etnográfica da dissertação. Autor, 12/02/2021.

Figura 92: Final do calçamento. À esquerda encontra-se a construção de uma pocilga para criação de porcos. A partir de 2005 algumas famílias construíram pocilgas ou pequenos currais nos quintais de suas casas de placas para a criação de porcos, isso resultou em conflitos entre vizinhos, em virtude do cheiro desagradável produzido pelas fezes e urinas desses animais. **Fonte:** Coleção etnográfica da dissertação. Autor, 12/02/ 2021.

3.11 Outras partes da comunidade Cajá que receberam calçamento

Nessa nova reconfiguração territorial houve duas partes da comunidade que ficaram um pouco afastadas do centro da agrovila, cerca de meio km (300 metros). São sequências de casas construídas pelos próprios moradores em terras de herdeiros; são famílias do mesmo núcleo familiar que possuem algum grau de parentesco. Em um desses locais estão as famílias de: Chico Bezerra (In memoriam) e Lindalva, e sua filha Xoxa de Lindalva de Chico Bezerra, Nana e Jerailton, Sabino e Ivanilda, Biu de Taurino e Quitéria, Valcira, João Bolinha e Bete (ambos in memoriam) e seu filho Janduir.

Jerailton é filho de João Novo e Nenzinha, já Nana é filha de Maria Nunes, ambos são primos, nasceram e cresceram no Cajá ribeirinho. Ao conversar com o casal, relataram um pouco de suas lembranças do Cajá antigo e das mudanças de vida, onde Nana expressa sua alegria em mostrar a construção de sua nova casa:

> Niltinho a gente nasceu e nos criamos lá, lá era bom porque a gente criava os bichos, a gente nasceu nisso, era um lugar bom. Hoje aqui trabalho prestando serviços em criação de gado. Aqui é um sufoco pra

> criar, não tem terra, e quem tem terra não sabe usar (Jerailton, 12/02/2021).
>
> Eu nasci e cresci em uma casa de taipa lá no Cajá, quando minha mãe conseguiu construir uma casa de tijolo, num maior sufoco, veio a barragem e acabou com tudo [após a implantação da barragem de Acauã, sua mãe Maria Nunes comprou uma casa na cidade de Ingá - PB, onde reside até hoje. Sua mudança de município se deu no mesmo período de deslocamento do Cajá antigo para reassentamento]. Hoje temos nossa casa aqui, lá a gente conseguia construir uma casa boa dessa? (Nana de Maria Nunes, 12/05/2021).

Figura 93: Final do calçamento de uma sequência de moradias em uma terra de herdeiros. Casas construídas pelas famílias que possuem algum grau de parentesco. São moradias bastante confortáveis que ficam separadas da agrovila. **Fonte:** Imagem registrada no dia 28/09/2019 (Acervo Arandu/AVAEDOC, Coleção PROBEX/UFPB 2019).

Já a segunda parte, que também recebeu calçamento, fica um pouco afastada do centro da agrovila, cerca de 600 metros, onde estão as seguintes famílias: Lena de Paim, a casa de dona Bila (in memoriam), Dedé pedreiro, Anelita, Pedro e Maria Lins, Dulce e Aguinaldo, Ernande Silva (agente de saúde do Cajá) e sua esposa Maria Odente [Deta], Danielle Araújo da Silva e Marcos fotógrafo, Machim de João de seo Pedro Pereira de Dona Narzinha e Maria Camelo, e seu irmão Negão Camelo.

Figura 94: Outra parte da implantação do calçamento, local que fica separado da agrovila. Também são moradias construídas pelos pelas próprias famílias em terras de herdeiros. Ao fundo da imagem há um curral/cercado de criação de vacas de leite. **Fonte:** Coleção etnográfica da dissertação. Autor, 12/02/2021.

Figura 95: Final do calçamento, iniciado na figura anterior [ver figura 93]. Ao fundo da imagem há uma porteira limitando acesso à propriedade de pecuária**. Fonte:** Coleção etnográfica da dissertação. Autor, 12/02/2021.

3.12 O alto do antigo Cajá ribeirinho

A implantação de calçamento e reconstrução de moradias

Com o meu retorno ao Cajá, em fevereiro de 2021, na tarde do dia 11, por volta das 14h, fui de motocicleta com Ernande Silva (agente de saúde do Cajá) ao alto do antigo sítio Cajá. Ernande Silva continuou fazendo seu trabalho de visita às famílias. Aproveitei a oportunidade para reconhecer o lugar, que recebeu calçamento de paralelepípedo em meados do ano de 2020. Esse calçamento foi implantado pela prefeitura municipal de Itatuba-PB na gestão do ex-prefeito Aron René.

Atualmente há em média 20 famílias morando e trabalhando na localidade que fica próxima da barragem, cerca de 1 km e meio do rio onde era o centro do Cajá. As famílias que permaneceram morando no alto do antigo Cajá foram aquelas que nasceram e se criaram lá. Em virtude dessa parte alta não ter sido alagada pela barragem, parte dessas famílias continuaram seus modos de vida, e outras saíram, mas retornaram para continuar trabalhando e morando: trabalhando com pesca, com atividades agrícolas em pequenos roçados; na criação de animais e aves: ovelhas/carneiros e gado de leite, galinhas. Na ocasião aproveitei para fotografar a localidade.

Figura 96: O alto do antigo Cajá que recebeu calçamento em 2020 [ver figuras 5, 6, 7, 8, 17, 23 e 26]. **Fonte:** Coleção etnográfica da dissertação. Autor, 11/02/2021.

Figura 97: O alto do antigo Cajá com calçamento, onde se vê as antigas casas de taipa, a primeira à esquerda. A localidade vem recebendo reformas e ampliações e novas construções de casas pelas próprias famílias [ver figuras 5, 6, 7, 8, 17, 23 e 26]. **Fonte:** Coleção etnográfica da dissertação. Autor, 11/02/2021.

Figura 98: Os contornos de calçamento do alto do antigo cajá ribeirinho. Onde se percebe que a localidade quando foi construída não teve planejamento. Observa-se também construção de faxinas ao lado da casa cor verde, e também a construção de cisternas ao lado direito [ver figuras 5, 6, 7, 8, 17, 23 e 26]. **Fonte:** Coleção etnográfica da dissertação. Autor, 11/02/2021.

Figura 99: O alto do antigo Cajá ribeirinho com calçamento. Sequência de moradias de casas de taipa, no início da imagem se vê a construção de uma cisterna modelo da ASA; ao fundo da imagem se vê a torre de sinal telefônico implantada e usada na época do posto telefônico/telpa; orelhões da Telemar 31 e as instalações elétricas [ver figuras 5, 6, 7, 8, 17, 23 e 26]. **Fonte:** Coleção etnográfica da dissertação. Autor, 11/02/2021.

Figura 100: Final do calçamento do alto do antigo cajá ribeirinho. Se vê a construção de uma casa de alvenaria ao lado direito; do lado esquerdo há uma antiga casa com alpendre. Na imagem se vê a água represada da barragem de Acauã no leito do rio Paraíbinha, e do outro lado, já no fundo da imagem, se vê o outro alto com as antigas casas de pessoas voltaram a morar nelas ou que são usadas como alojamento por agricultores ou pescadores [ver figuras 5, 6, 7, 8, 17, 23 e 26]. **Fonte:** Coleção etnográfica da dissertação. Autor, 11/02/2021.

Diante isso, gostaria de destacar outras ações do Estado, tanto da política de distribuição hídrica quanto de novas conquistas do MAB, com os reassentamentos dos ribeirinhos atingidos. Novas políticas públicas sociais estão acontecendo na região em consequência da barragem de Acauã, tais como: o canal Acauã-Araçagi e o novo reassentamento da comunidade do Costa de Natuba-PB, denominado pelo governo do Estado da Paraíba de “Agrovilas: Águas de Acauã”.

3. 13 Novas políticas públicas sociais na região

Aproveito para mencionar as novas políticas públicas sociais que vêm acontecendo na região, principalmente duas delas: a distribuição hídrica do canal Acauã-Araçagi e também as novas articulações do movimento dos atingidos por barragem na conquista de um novo reassentamento para a comunidade de Costa de Natuba, o então denominado pelo governo do Estado de “Agrovila: Águas de Acauã”.

O Canal Acauã-Araçagi

A implantação do canal Acauã-Araçagi foi discutida brevemente por Barbosa (2017, p. 41) em seu trabalho de conclusão de curso, onde afirmou que essa obra é vinculada à barragem de acauã, e que inicia seu percurso ao lado da comunidade do reassentamento sítio Melancia.

Também temos o artigo "O novo caminho das águas da Paraíba e os cantos de acauã: expropriação e violência em grandes obras hídricas" do pesquisador e professor Hugo Belarmino de Morais com a professora Ana Maria Motta Ribeiro (2020), apresentando uma reflexão crítica sobre a questão hídrica no Nordeste brasileiro.

Morais e Ribeiro (2020) realizaram um estudo de caso sobre os conflitos socioambientais provocados pela implantação da barragem de Acauã, aprofundando o estudo sobre o canal Acauã-Araçagi, no município de Itatuba, no agreste do Estado da Paraíba:

> O canal Acauã-Araçagi caracteriza-se como o novo caminho das águas na Paraíba, entendido aqui como um novo planejamento hídrico-territorial, decorrente da integração de três obras hídricas: o Eixo Leste da Transposição do Rio São Francisco, a Barragem de Acauã e o Canal das Vertentes Litorâneas, mais conhecido como Canal Acauã-Araçagi (MORAIS; RIBEIRO, 2020, p. 70).

Em consulta à página eletrônica da AESA constatei alguns dados relacionados ao canal Acauã Araçagi[18]: é uma obra que parte da secretaria do Estado da Paraíba da Infraestrutura, dos Recursos Hídricos e do Meio Ambiente [SEIRHMA,], é uma obra planejada e implementada por um consórcio denominado de "Consórcio Acauã", financiada em parcerias do governo da Paraíba com o governo federal.

Portanto, o Acauã-Araçagi consiste numa dimensão territorial que a barragem de acauã abrange, principalmente vinculada à noção de segurança hídrica para a região, especialmente para atender os centros urbanos como demanda principal. São políticas hídricas de cunho a fazer a manutenção da urbanização e irrigação industrializada das propriedades rurais. Já as comunidades camponesas como a agricultura familiar, a princípio apenas estão nos caminhos do canal Acauã-Araçagi, e na disputa pelo acesso

[18] Para ler na íntegra acesse: http://www.aesa.pb.gov.br/aesa-website/2021/01/27/chega-agua-na-maior-obra-de-infraestrutura-hidrica-da-paraiba-canal-acaua-aracagi/

adequado a essa política de distribuição hídrica. Resta saber: quem tem acesso prioritário às águas do canal Acauã-Araçagi?

Figura 101: Placa da identificação da implantação da obra do canal acauã-Araçagi. Na placa Identificamos que a obra integra o Programa de Aceleração do Crescimento 2 (PAC2) que foi iniciado com o governo federal da Presidente Dilma Rousseff. A obra sinaliza o beneficiamento de cerca de 12 municípios, são eles: Itatuba, Mogeiro, Itabaiana, São José dos Ramos, Sobrado, Riachão do Poço, Sapé, Mari, Cuité de Mamanguape, Araçagi, Itapororoca e Curral de Cima. Coleção da dissertação. Foto coletada do blog Itabaiana Hoje, 2017. Autoria não informada.

Figura 102: Canal Acauã-Araçagi percurso em tubulação sendo instalado. Presença de tubulações e máquinas/guinchos e escavadeiras para manuseio dos equipamentos. Ao lado do canal também se vê assentamentos de reforma agrária na região do município de Mogeiro-PB. **Fonte:** Coleção etnográfica do trabalho de conclusão de curso do autor, 2017. Foto coletada do blog Itabaiana hoje 2017 [autoria não estabelecida].

Figura 103: Canal Acauã-Araçagi no percurso aberto. Essa parte recebe placa de cimento e concreto para o transporte das águas, há estações e subestações em que as águas são bombeadas para a continuidade até o destino final. No momento que a imagem foi registrada havia muitos operários trabalhando na obra e várias máquinas pesadas que foram usadas para abrirem o canal no solo, quebrando extensas pedras na área subterrâneas. Também se vê que nessa localidade há assentamentos de reforma agrária. **Fonte:** Coleção etnográfica do trabalho de conclusão de curso do autor. Foto coletada do blog Itabaiana hoje, 2017 [autoria não estabelecida].

No percurso do canal Acauã-Araçagi estão diversas comunidades camponesas. Como exemplos são os assentamentos de reforma agrária do município de Mogeiro, consideradas pelo Estado e beneficiadas pela obra hídrica. No entanto, o canal Acauã-Araçagi segue com trechos em tubulação e canal aberto, com estações e subestações com instalações para os centros urbanos e propriedades agropecuárias.

O novo reassentamento: "Agrovila: Águas de Acauã"

No dia 22 de julho de 2020 o governador do Estado da Paraíba anunciou em um programa da rádio Tabajara FM [conversa com o governador] a nível Estadual, onde destacou sua avaliação sobre a barragem de Acauã, e suas consequências para as comunidades ribeirinhas em reassentamento, tratou de um provimento para uma das comunidades atingidas por Acauã. Na mesma oportunidade, o governador João Azevedo apresenta conquista de um projeto de reassentamento para a comunidade ribeirinha do Costa de Natuba.

Em suma, tratou de novas ações de políticas públicas importantes, a exemplo do projeto agrovila: Águas de Acauã, uma ação importante articulada pelo MAB, a comunidade do Costa com cerca de 100 famílias que serão beneficiadas com o novo reassentamento, e da divisão dos lotes, afirma também como parte desse processo o programa de regularização fundiária voltados para a agricultura familiar.

Já o setor de comunicação do MAB, em sua página eletrônica, reafirma a conquista apresentada pelo governador da Paraíba João Azevedo. De acordo com o MAB[19](2020) a propriedade para a implantação do reassentamento "agrovila: Águas de Acauã" que receberá a comunidade do Costa- Natuba-PB é resultado de uma luta

[19] Essas discussões e relatos orais foram extraídas da página eletrônica do Movimento dos atingidos por barragem. Para acessar a página na íntegra acesse: https://mab.org.br/2020/09/18/familias-atingidas-pela-barragem-de-acaua-pb-conquistam-terra-para-reassentamento-apos-18-anos-de-luta/

constante desde o ano 2000. Afirma também que se trata de uma luta histórica entre o MAB, os atingidos pela barragem de Acauã da Paraíba, que são as famílias organizadas no MAB, conseguirem essa conquista após 18 anos de lutas constantes, especialmente para a comunidade do Costa onde cerca de 100 famílias serão reassentadas.

Antes de mais nada é importante afirmar a admirável conquista da implantação do novo reassentamento da comunidade de Costa de Natuba, resultante das organizações do MAB juntos das famílias, e desse engajamento dos movimentos sociais e suas demandas por políticas públicas com o Estado. Gostaria de destacar algumas observações e análises após meu acesso na íntegra a esse novo projeto para o reassentamento dos camponeses. Analiso algumas características de como foi pensado, pelo Estado, a elaboração da proposta do Projeto de reassentamento, logo denominado de “Agrovila: Águas de Acauã” para as famílias camponesas da comunidade do Costa de Natuba-PB.

A propriedade que foi desapropriada para a construção do reassentamento da comunidade Costa de Natuba [“Agrovila: Águas de Acauã] ficará na localidade que antigamente era conhecida por "Tanque do Milho", que é referente a cinco propriedades rurais (fazendas) [entre elas, uma onde se localizava a comunidade Fazenda Velha, na beira do rio Paraibinha, onde criavam gado búfalo e gado nelore, e que tinha como vaqueiro Seu Vicente Rato, como era conhecido na antiga comunidade sítio Cajá].

A implantação do reassentamento Costa de Natuba [“Agrovila: Águas de Acauã] ficará próxima do reassentamento agrovila sítio Cajá, a distância é em média 3 a 4 km. As mudanças compulsórias para a comunidade do Costa de Natuba continuam: a primeira se deu com a implantação da barragem de acauã e o seu deslocamento do ribeirinho para vilas precárias em terras áridas.

O segundo momento se dará pela mudança de município, de Natuba-PB para Itatuba-PB [o novo reassentamento ficará na zona rural do município de Itatuba-PB], e no terceiro momento o governo do Estado trata a comunidade do Costa por um planejamento urbano [a comunidade do Costa é uma comunidade ribeirinha de agricultores, de pescadores que moravam e trabalhavam com a agricultura familiar na beira do rio Paraíba].

No projeto de reassentamento da comunidade do Costa [cerca de 100 famílias] é denominado para as famílias um novo nome da comunidade de concepção urbanística o

“Agrovila: Águas de Acauã”, é pensado por um planejamento urbano, resultará na substituição do nome da comunidade [comunidade Costa de Natuba] por “agrovila: Águas de Acauã”, o projeto trata da reconstrução de equipamentos públicos por construção de equipamentos urbanos, e também está planejada a implantação de calçamento.

3. 14 Algumas conclusões

As mudanças sociais estão colocadas na comunidade, conforme pudemos constatar na sequência de imagens. Ao considerar o tempo de deslocamento contado a partir do ano 2000 a 2020; com 20 anos do ocorrido foi constatado que a comunidade ainda vive em processo de ressignificação de seus modos de vida.

Tal condição pode envolver a ressignificação e reapropriação de identidades passadas, haja vista que esta pode estar sendo prejudicada pela falta de incentivos de crédito, dos equipamentos públicos como espaços de convivência, de celebrações e de terras para produção da agricultura familiar.

De fato, foi percebido ao longo desta investigação que a desterritorialização gerou a perda de vínculos dos modos de vida ribeirinho. A partir do momento em que bens materiais e imateriais individuais e coletivos não são reconstruídos ou retomados de forma adequada, há mudanças nos modos de vida das famílias em reassentamento.

Em suma, o que se pôde constatar nesse momento foi de que a população atingida por acauã, especificamente a comunidade sítio Cajá de Itatuba, vêm configurando em reassentamento uma mobilização social e resistência local, que eu considero ser ainda bastante tímida e com pouca adesão das famílias ao Movimento dos Atingidos por Barragem para o reforço da reconstrução de seus direitos.

Ao levar em conta os 20 anos, de 2000 a 2020 de reassentamento, a reconstrução de equipamentos públicos essenciais como escola, posto de saúde, e cemitério vieram a ser realizadas e inauguradas nos últimos anos, pelas prefeituras municipais em parcerias com o governo do Estado resultante do intenso diálogo entre as famílias atingidas, Movimentos Sociais dos atingidos por barragem e Instituições como o ministério público e Universidades na prestação de assessorias.

Já acerca da implantação de calçamento na comunidade percebe-se que foi algo priorizado enquanto política pública pela prefeitura municipal de Itatuba, uma iniciativa aparentemente importante. Conforme o levantamento apresentado, o entendimento principal foi que essas reconstruções se deram a partir de articulações do Movimento dos Atingidos por Barragem junto as comunidades, prefeituras municipais e governo do Estado, confirmando as demandas de provimento e mitigação.

Como foi discutido, vêm acontecendo novos movimentos na localidade, seja pela disputa da água ou na distribuição dela, como é o caso do canal Acauã-Araçagi. Há também as novas conquistas mitigatórias com o advento do Movimento dos Atingidos por Barragem na localidade, como é o caso do novo reassentamento da comunidade do Costa de Natuba denominado de "Agrovila: Águas de Acauã".

Em conclusão, as políticas públicas compensatórias e de mitigação que vêm acontecendo nas comunidades reassentadas possuem sempre as articulações do MAB na organização das famílias para buscar seus direitos diante do Estado. Resta saber, como estariam as comunidades reassentadas sem o Movimento dos Atingidos por Barragem, dialogando pacificamente com o Estado nas diferentes esferas públicas e privadas?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa tratou de uma investigação etnográfica sobre as memórias de uma comunidade ribeirinha atingida por implantação de barragem. Foram reunidas memórias visuais e orais consonantes aos efeitos causados pela implantação da barragem de Acauã na bacia hidrográfica do Rio Paraíba, no Sítio Cajá do município de Itatuba que fica no agreste do Estado da Paraíba. Diante desse contexto gostaria de destacar algumas considerações enquanto pesquisa etnográfica e sua importância para o fortalecimento da memória coletiva local, e para a identificação de demandas e articulações nas políticas públicas sociais.

O primeiro momento se deu a partir de meu contato com a antropologia, em seguida com as fotografias antigas da comunidade; esse contato se deu por meio da prática da extensão universitária e vindo a pesquisar a fotografia na história da antropologia. Isso me permitiu refletir sobre alguns momentos da pesquisa

antropológica amparada na Antropologia Visual, e nesse momento, ligada às políticas públicas sociais.

Nesse percurso considerei três momentos históricos da antropologia visual, onde o principal entendimento foi de que o uso de fotografias na história da antropologia se deu com a finalidade de confirmar as relações socioculturais e formas de organização social existentes de grupos sociais e de seus territórios, mas que em cada momento houve formas de tratamento da imagem, tanto em termos antropológicos quanto metodológicos, constituindo a fotografia na história da antropologia, tema que pode ser estudado com maior profundidade.

Em um segundo momento destaquei a importância do estudo de memória coletiva de um grupo social. Essa prática foi amparada nas discussões realizadas acerca da formação da memória coletiva, lembranças, relatos orais, história de vida e dos perigos do processo de silenciamento e apagamento dessa memória coletiva.

Em um terceiro momento selecionei e estudei bibliografias sobre implantação de barragem e de atingidos por barragens no Brasil e seus efeitos, relacionados aos problemas sociais locais entre eles o deslocamento da memória coletiva. Utilizei referências que permitiram pensar de forma mais abrangente o modelo de desenvolvimento nacional pela implantação de barragens e suas finalidades, entre elas o abastecimento de centros urbanos; bem como seus efeitos e conflitos causados pelo deslocamento de comunidades ribeirinhas para reassentamentos em agrovilas rurais.

As análises se voltaram para comunidade de Cajá de Itatuba/PB, com atenção especial para pensar os efeitos causados pela barragem de acauã em suas memórias vinculadas ao seu antigo território ribeirinho, seus conflitos e rupturas, e consequentemente, considerando a sua situação atual em reassentamento. Organizei um pouco de sua memória visual e memória oral em articulação com suas novas demandas na nova localidade, levando em consideração movimentos sociais, em especial o de Atingidos por Barragem.

Inicialmente entendi que as famílias deslocadas em 2002 vêm se reconstruindo em reassentamento, na ressignificação de seus modos de vida com a reconquista e reconstrução de equipamentos públicos tendo o amparo de articulações entre movimentos sociais e instituições públicas, bem como as famílias que se dispersaram para outras regiões, mas que continuam inseridas nesse processo.

Nesse sentido, se valoriza a memória ribeirinha da comunidade, pois na medida em que há essa retomada de lembranças sobre culturas, tradições, atividades produtivas, espaços e equipamentos públicos e etc, há também a constituição dessas como demandas para as políticas públicas sociais.

Percebi também que partes das atividades socioculturais e produtivas podem ter deixado de existir, estão inertes, e outras estão sendo mal desempenhadas pela falta de terras férteis adequadas para desenvolver atividades agrícolas e criação de animais, visto que os processos de rupturas são claros. Ao levar em conta a participação da comunidade, cria-se um lugar de interlocução que possibilite expressar suas lembranças, recordações individuais e coletivas, podendo fazer parte do processo de retomada da memória coletiva da comunidade.

Diante disso compreendi que as relações sociais e simbólicas da comunidade em reassentamento se modificaram com as novas reconfigurações territoriais, principalmente com as novas políticas públicas aplicadas, entre elas, o calçamento dando aspecto de urbanização, da reconstrução dos equipamentos públicos e da atuação do Movimento dos atingidos por barragem na localidade. Portanto, como resultado desta pesquisa, apresentei as memórias dos processos que caracterizaram a vida dessa comunidade, desde o antigo lugar ribeirinho no afluente Rio Paraibinha ao atual reassentamento em agrovila, e suas transformações e adaptações.

Destaquei especialmente suas memórias ribeirinhas, que podem contribuir no fortalecimento de culturas e identidades locais. Dessa maneira, esta pesquisa se deu de forma mais aprofundada, ao criar formas de permitir reunir suas memórias, sobretudo com a participação ativa dos sujeitos locais, lado a lado com a pesquisa e extensão, na tentativa de criar esse reconhecimento e valorização com suas demandas atuais.

Finalmente, sinalizo o direito à memória coletiva quanto um direito social, ligado às novas articulações dos movimentos sociais com a comunidade e Estado, e com as políticas públicas compensatórias e de mitigação para com os atingidos pela barragem de Acauã em reassentamento. Por fim, esta dissertação resultou numa sugestão de pesquisa para pensarmos numa antropologia visual e políticas públicas sociais e enquanto contribuição tanto para a comunidade estudada quanto para a antropologia.

REFERÊNCIAS

ACHUTTI, Luiz Eduardo Robinson. Fotoetnografia: um Estudo de Antropologia Visual sobre o Cotidiano, Lixo e Trabalho. Porto Alegre: Palmarinca, 1997.

ALVES, André. Os argonautas do mangue precedido de Balinese character (re)visitado por Etienne Samain. Campinas: Editora Unicamp/ Imprensa oficial, 2004.

Águas para a vida ou para a morte? Ministério Público Federal do Estado da Paraíba (MPF-PB). Tempo de duração 36 minutos e 41 segundos. Publicado em 29 de set de 2015. Link para acesso: https://www.youtube.com/watch?v=fevOOCMxIHY&t=163s

Agência executiva de gestão das águas da Paraíba. "Chega água na maior obra de infraestrutura hídrica da Paraíba: canal Acauã-Araçagi". João Pessoa, 27 de janeiro de 2021. Acesso em 22/05/2021. Disponivel em: http://www.aesa.pb.gov.br/aesa-website/2021/01/27/chega-agua-na-maior-obra-de-infraestrutura-hidrica-da-paraiba-canal-acaua-aracagi/

BRASIL. Projeto de Lei 2788. Política Nacional dos Direitos das Populações Atingidas por Barragem, Brasília, junho de 2019.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Resolução CONAMA nº 1, de 23 de janeiro de 1986. Diário Oficial da União, 17 de fevereiro de 1986, Seção 1.

BRASIL. Lei nº 6.938. Política Nacional do Meio Ambiente. Brasília, 31 de agosto de 1981.

BRASIL. Decreto nº 6.040. Povos tradicionais. Brasília, 7 de fevereiro de 2007.

BRASIL. Lei Federal nº 9.433/1997. Política Nacional de Recursos Hídricos. Brasília, 1997.

BARBOSA, G. A. Educação ambiental crítica: experiência em escola de um reassentamento de atingidos por barragem na Paraíba. - João Pessoa, 2017. Trabalho de conclusão de curso: Licenciatura em Ciências Sociais – Universidade Federal da Paraíba - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes.

_____ Práticas educativas e socioambientais em uma comunidade atingida por barragem. In.: Dossiê: Ambiente e Sociedade. Revista abordagens, v. 2, p. 58-71, 2020.

_____; MENDONCA, J. M. B. ; ANDRADE, M. O. . Educação patrimonial, imagem e memória: levantamento de registros fotográficos de comunidade ribeirinha atingida por barragem no município de Itatuba-PB. Ressignificando a extensão no Vale

do Mamanguape. 1ed. Rio Tinto/Mamanguape - PB: Centro de Ciências Aplicadas e Educação, Campus IV, UFPB. 2018, v. 1º, p. 29-34.

_____. Educação ambiental crítica: Projeto de extensão para uma escola do campo. In: Mônica Nóbrega; Rodrigo Freire de Carvalho e Silva. (Org.). XI CCHLA Conhecimento em debate, Universidade e desafios do tempo presente: Homenagem a Eleonora Menicucci. 1ed. João Pessoa: Editora UFPB., 2018, p. 121-126.

_____Disparidade entre sociedade sem Estado e sociedade com Estado. In: Anais: III semana de antropologia do PPGA/UFPB: O ofício do antropólogo, 2013, João Pessoa - Paraíba. GT 01: Antropologia, identidades e políticas sociais. João Pessoa: Editora Ideia. 2013. p. 30-34.

BAINES, Stephen. Grant. Antropologia do desenvolvimento e povos indígenas. Série antropologia. Brasília, 2004.

BAINES, Stephen G. e SILVA, Cristhian T. antropólogos, usinas hidrelétricas e "desenvolvimentalismo" na América Latina. Anuário Antropológico/2007-2008, 2009: 271-297. Resenha de: Integração, Usinas Hidrelétricas e Impactos Socioambientais, organizado por Ricardo Verdum. Brasília: INESC, 2007.

BIAZUS, Paula de Oliveira. Resenha: ACHUTTI, Luiz Eduardo Robinson. Fotoetnografia da Biblioteca Jardim. Porto Alegre: Editora da UFRGS: Tomo Editorial, 2004. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 12, n. 25, p. 301-306, jan./jun. 2006

BONI, Paulo César; MORESCHI, Bruna Maria. Fotoetnografia: a importância da fotografia. Doc On-line, n.03, dezembro, 2007, www.doc.ubi.pt, p. 137-157.

BECKER, Howard S. Falando da sociedade: ensaios sobre as diferentes maneiras de representar o social. Editora ZAHAR, Rio de Janeiro, 2010.

BOSI, Eclêa. Memória e sociedade - lembranças de velhos. São Paulo, SP. 1979.

BERGER, John. Modos de ver (capítulo 1. A vista chega antes das palavras.). Arte e comunicação. Lisboa: Edições 70. 1972.

CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede: Do Conhecimento à ação Política. Ed. Paz e terra, [1999], 1996.

_____. A Sociedade em Rede: do Conhecimento à Política. [2006], 2005.

CÓDIGO DE ÉTICA DO ANTROPÓLOGO E DA ANTROPÓLOGA: Criado na Gestão 1986/1988 e alterado na gestão 2011/2012 da Associação brasileira de Antropologia (ABA). Acesso em 30/07/2021. Disponível em: http://www.portal.abant.org.br/codigo-de-etica/

CAIUBY NOVAES, Sylvia. A construção de imagens na pesquisa de campo em Antropologia. Iluminuras (Porto Alegre), v. p. 11-29, 2012.

Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana [CDDPH]. Comissão Especial "Atingidos por Barragens" Resoluções nºs 26/06, 31/06, 01/07, 02/07, 05/07. Brasília/DF, 2007. Relatório final. Acesso em 20/07/2020. Disponível em: http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/temas-de-atuacao/populacao-atingida-pelas-barragens/atuacao-do-mpf/relatorio-final-cddph

Estatuto da associação dos pequenos produtores rurais de cajá de Itatuba- APPRC, 1989.

FRANCO, Mariana Ciavatta Pantoja. Os Milton: Cem anos de história nos seringais. Tese de doutorado. Unicamp. Campinas, 2001. Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/279936

FIALHO, Vânia. Tensões e dinâmicas territoriais: Povos e comunidades tradicionais no contexto do desenvolvimento de Pernambuco. Raízes, v.31, n.1, jan./jun. 2011.

GLUCKMAN, Max. Análise de uma Situação Social na Zululândia Moderna. In.: Feldmann-Bianco, B. (Org.) Antropologia das Sociedades Contemporâneas. SP: Global,1987. Pp. 227-334

GONÇALVES, Marco Antonio. Etnobiografia: biografia e etnografia ou como se encontram pessoas e personagens. In: Etnobiografia: subjetivação e etnografia. Orgs. GONÇALVES, M. A.; MARQUES, R; CARDOZO, V. Z. 1ª edição, Rio de Janeiro, Editora 7Letras, 2012.

HALBWACHS, Maurice. A Memória Coletiva. Traduzido do original francês. La mémoire collective (2ª ed.), Presses Universitaires de France, Paris, França, 1968. [1ª ed. 1950 em francês].

_____. Les cadres sociaux de la mémoire. Paris: Les Presses universitaires de France, Nouvelle édition, 1952 [1994].

_____HALBWACHS, Maurice. Los marcos sociales de la memória. Barcelona, Antropos, 2004.

KOFES, Suely. Narrativas biográficas: que tipo de antropologia isso pode ser? In: Vida e grafias. Narrativas antropológicas, entre biografia e etnografia. Adriana Dias ... [et al.]; organização Suely Kofes, Daniela Manica 1ª edição – Rio de janeiro: Lamparina & FAPERJ, 2015.

KOSSOY, Boris. Fotografia e história. São Paulo: Ateliê Editorial, 3.ed. 2009.

_____ Os tempos da fotografia: o efêmero e o perpétuo. Cotia, SP: ed. Ateliê, 2007.

LE GOFF, Jacques. História e memória. tradução Bernardo Leitão ... [et al.] -- Campinas, SP Editora da UNICAMP, 1990.

_____. Patrimônio histórico, cidadania e identidade cultural: o direito à memória. In: BITTENCOURT, Circe (Org.) O saber histórico na sala de aula. São Paulo: Contexto, 1997.

MARTINS, José de Souza. Sociologia da fotografia e da imagem. São Paulo: Contexto, 2008.

MALINOWSKI, Bronislaw Kasper. Argonautas do pacífico ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné - Melanésia. Prefácio de Sir James George Frazer; Traduções Anton P. Carr e Lígia Aparecida Cardieri Mendonça; Revisão de Eunice Ribeiro Durham. 2ª edição; São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MEAD, Margaret and BATESON, Gregory. Balinese Character. A Photographic Analysis, Special Publications of New York Academy of Sciences, vol. 2 (1942).

MEAD, Margaret. Visual Anthropology in a discipline of words. In HOCKINGS, Paul (Ed.) Principles of Visual Anthropology, Berlin & New York, Mouton de Gruyter 1995 [1975], p. 3-12.

MEDEIROS, Edileuza Custódio Rodrigues de. Registro da atuação do movimento dos atingidos por barragens nos reassentamentos de Acauã: a alfabetização de jovens e adultos. Repositório Institucional da UFRN, Natal, 2010. Acessado em 15/07/2020 . disponível em: http://repositorio.ufrn.br:8080/jspui/bitstream/123456789/14315/1/EdileuzaCRM_TESE.pdf

Movimento dos atingidos por barragem. Famílias atingidas pela barragem de acauã (PB) conquistam terra para reassentamento após 18 anos de luta. 18/09/2020. Acesso em 11/05/2021. Disponível em: https://mab.org.br/2020/09/18/familias-atingidas-pela-barragem-de-acaua-pb-conquistam-terra-para-reassentamento-apos-18-anos-de-luta/

MORAIS, Hugo Belarmino de; RIBEIRO, Ana Maria Motta. O “novo caminho das águas” da Paraíba e os cantos de acauã: expropriação e violência em grandes obras hídricas. Revista Trabalho necessário. Rio de Janeiro. V.18, nº 36 – 2020.

NAKAÓKA, Alex. CAIUBY NOVAES, Sylvia (org.). Entre arte e ciência: a fotografia na antropologia. São Paulo: EDUSP, 2015. Cadernos de campo, São Paulo, n. 25, p. 462-468, 2016.

O Ingaense: Há algo de podre no reino das águas de acauã! Blog, Ingá - PB, 2017. Acesso em 07 de maio de 2021. Disponível em: http://www.oingaense.com.br/2017/04/ha-algo-de-podre-no-reino-das-aguas-de.html

Organização internacional do Trabalho, 2021.

Protocolo de Brasília: laudos antropológicos: condições para o exercício de um trabalho científico / Associação Brasileira de Antropologia (ABA). Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Antropologia, 2015.

PEIXOTO, Clarice Ehlers. Antropologia e Filme Etnográfico: Um Travelling no Cenário Literário da Antropologia Visual. BIB, Rio de Janeiro, n.°48, 2.° semestre de 1999. Link para acesso: https://www.anpocs.com/index.php/bib-pt/bib-48/505-antropologia-e-filme-etnografico-um-travelling-no-cenario-literario-da-antropologia-visual/file

Programa fala governador: Agrovila águas de Acauã: João Azevedo, governador do Estado da Paraíba. Programa veiculado na rádio Tabajara, João Pessoa, 2020. YouTube. Disponível em: https://youtu.be/mJ9uTgAFZq4

PROJETO AGROVILA: ÁGUAS DE ACAUÃ. Governo do Estado da Paraíba. 2019.

PONTES, Sandra Karolline de Melo Batista e CARVALHO, Ednéa do Nascimento. A barragem dos bilhões: a importância do orçamento. Revista Ciências da Sociedade (RCS), Vol. 4, n. 7, Jan/Jun 2020.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. Estudos históricos. Rio de Janeiro, Vol. 2, Nº 3. 1989.

_____. Memória e identidade social. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Relatos orais: do "indizível" ao "dizível". In.: Enciclopédia Aberta de Ciências Sociais 5: experimentos com histórias de vida (Brasil-Itália). Organização e introdução de SIMSON, Olga R. de Morais Von. Edições vértice, São Paulo, 1988.

REIS, Maria José. O Movimento dos Atingidos por Barragem: atores, estratégias de luta e conquistas. *In*: Anais: Seminário Nacional: Movimentos Sociais, Participação e Democracia. Florianópolis-SC, 2007.

SIGAUD, Lygia. Efeitos Sociais de grandes projetos hidrelétricas: as barragens de Sobradinho e Machadinho. Rio de Janeiro: PPGAS/Museu Nacional-UFRJ, 1986 b.

SILVA, Whodson; FIALHO, Vânia. Povos e Comunidades Tradicionais em confronto com megaprojetos energéticos no Sertão de Pernambuco. RIF, Ponta Grossa/ PR Volume 18, Número 40, p.143-164, jan./jun. 2020.

SCOTT, Parry Russel. Negociações e resistências persistentes: agricultores e a barragem de Itaparica num contexto de descaso planejado. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2009.

SANTOS, Sílvio Coelho dos. A geração hídrica de eletricidade no sul do Brasil e seus impactos sociais. Etnográfica, Vol. VII (1), 2003, pp. 87-103.

_____. Hidrelétricas e suas consequências socioambientais. In. VERDUM, Ricardo. Integração, Usinas Hidrelétricas e Impactos Socioambientais. organizado por Ricardo Verdum. Brasília: INESC, 2007. Pp. 42-54.

SAMAIN, Etienne. Ver e dizer na tradição etnográfica: Bronislaw Malinonowski e a fotografia. Horizontes Antropológicos, Ano 1, Número 2, p. 19-48, 1995.

_____. Os riscos do texto e da imagem - em torno de Balinese character (1942) de Gregory Bateson e Margaret Mead. Significação: Revista de Cultura Audiovisual. São Paulo, 2000.

SCHMIDT, M. L. S.; MAHFOUD, M. Halbwachs: Memória coletiva e experiência. Psicologia USP, 1993.

SANTOS, Mariana Corrêa dos. O conceito de "atingido" por barragens - direitos humanos e cidadania. Revista Direito e Práxis. Rio de Janeiro, Vol. 06, N. 11, 2015.

VAINER, CARLOS B. Recursos hidráulicos: questões sociais e ambientais. Revista estudos avançados, SP, 21 (59), 2007. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/10210/11810

_____. Conceito de "atingido": Uma revisão do debate. In: ROTHMAN, Franklin Daniel. Vidas Alagadas – Conflitos Socioambientais, Licenciamento e Barragens. Viçosa, MG: Ed. UFV, 2008, p.39-63.

_____. Águas Para a Vida, Não Para a Morte. Notas para uma história do movimento dos atingidos por barragens no Brasil. In: ACSELRAD, H.; PÁDUA, J. A.; HERCULANO, S. (Orgs). Justiça Ambiental e Cidadania, Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 2004. p. 185-215. Versão 2011.

VERDUM, Ricardo. Integração, Usinas Hidrelétricas e Impactos Socioambientais. organizado por Ricardo Verdum. Brasília: INESC, 2007.

VELHO, Gilberto. “Observando o familiar”. In NUNES, Edson de Oliveira. *A Aventura Sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar,1978.

ZHOURI, Andrea; OLIVEIRA, Raquel. Desenvolvimento, Conflitos Sociais e Violência no Brasil Rural: o caso das usinas hidrelétricas. Ambiente & Sociedade. Campinas v. X, n. 2. p. 119-135 - jul.- dez. 2007.

ZHOURI, A.; OLIVEIRA, R. [et al]. O desastre do rio doce: entre as políticas de reparação e a gestão das afetações. In.: Mineração: violências e resistências [livro eletrônico]: um campo aberto à produção de conhecimento no Brasil. / Andréa Zhouri (Org.); R. Oliveira et all.— 1.ed.— Marabá, PA : Editorial Guana; ABA, 2018.http://www.aba.abant.org.br/files/20180308_5aa16473d6197.pdf

ZHOURI, A.Violência, memória e novas gramáticas da resistência: o desastre da Samarco no rio doce. Repocs, v.16, n.32, ago./dez. 2019.

ANEXOS: Legislação de direito à imagem

Artigo 79.º CÓDIGO CIVIL
(Direito à imagem)

1- O retrato de uma pessoa não pode ser exposto, reproduzido ou lançado no comércio sem o consentimento dela; depois da morte da pessoa retratada, a autorização compete às pessoas designadas no n.º 2 do artigo 71.º, segundo a ordem nele indicada.

2- Não é necessário o consentimento da pessoa retratada quando assim o justifiquem a sua notoriedade, o cargo que desempenhe, exigências de polícia ou de justiça, finalidades científicas, didáticas ou culturais, ou quando a reprodução da imagem vier enquadrada na de lugares públicos, ou na de fatos de interesse público ou que hajam decorrido publicamente.

3- O retrato não pode, porém, ser reproduzido, exposto ou lançado no comércio, se do fato resultar prejuízo para a honra, reputação ou simples decoro da pessoa retratada.

LEI N. 9.610/98

Capítulo VI

Da Utilização da Obra Audiovisual

Art. 81. A autorização do autor e do intérprete de obra literária, artística ou científica para produção audiovisual implica, salvo disposição em contrário, consentimento para sua utilização econômica.

§ 1º A exclusividade da autorização depende de cláusula expressa e cessa dez anos após a celebração do contrato.

§ 2º Em cada cópia da obra audiovisual, mencionará o produtor:

APÊNDICES

Tabela 1: imagens fotográficas do acervo etnográfico

Tabela de imagens coletadas por meio de extensão e pesquisa sobre a comunidade sítio Cajá de Itatuba-PB		
1	Projeto de extensão 2016 [fotos da foto da comunidade ribeirinha]	4
2	Fan-page Cajá de Itatuba-PB 2017, [fotos da foto da comunidade ribeirinha]	6
	Foram reunidas no tcc (BARBOSA, 2017) as 10 imagens coletadas em 2016 e 2017	
	Fotos de oficinas / projeto de extensão "educação ambiental crítica em escola do campo"2016	
	Fotos da excursão pedagógica/projeto de extensão "educação ambiental crítica em escola do campo"2016 no parque Arruda Câmara em João Pessoa	
3	Projeto extensão de educação patrimonial, 2018 em uma oficina em sala de aula [fotos da foto da comunidade ribeirinha]	4
4	Parte final do projeto extensão de educação patrimonial 2018, coleta de imagens com José Claudio e Ivanize Bezerra [fotos da foto da comunidade ribeirinha]	17
	Total de imagens antigas coletadas da comunidade no território ribeirinho [2016, 2017, 2018]	31
5	Projeto fotoetnografia, em média 1000 tomadas do reassentamento Cajá no dia 28/09/2019. Foi feita uma seleção dessas imagens.	42 [de 1000]
	Total da coleção	1031
	Total de imagens que foram apresentadas no projeto de dissertação	41

Tabela 2: Materiais audiovisuais do acervo etnográfico

Materiais audiovisuais		
	Vídeo 1, 2009 Movimento dos atingidos por barragem.O Canto de Acauã - Parte 1.**Youtube.** 2009. Disponível em:https://www.youtube.com/watch?v=2XAd6sHhxj0 Tempo de duração 6 minutos e 57 segundos. Movimento dos atingidos por barragem.O Canto de Acauã - Parte 2.**Youtube.** 2009. Disponível em:https://www.youtube.com/watch?v=K3BVhFcIRiQ Tempo de duração de 7 minutos e 19 segundos.	
	Vídeo 2, 2015 Ministério Público Federal do Estado da Paraíba (MPF-PB).Águas para a vida ou para a morte?**Youtube**. 2015. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=fevOOCMxIHY&t=163sTempo de duração 36 minutos e 41 segundos.	
	Vídeo 3, 2015 Reportagem da TV Itararé. As descobertas das ruinas do cemitério do Cajá de Itatuba-PB. **TV Itararé.** Campina Grande-PB. 2015. Disponível em:	

	https://www.facebook.com/caja.de.itatuba.pb/videos/710885515709542/Tempo 4 minutos e 7 segundos. [A reportagem se inicia em 2 min e 15 segundos a 6 minutos e 22 segundos].	

Tabela 3: Famílias do Cajá e seus relatos orais

Número de famílias do Cajá que conversei e registrei seus relatos	
1	Lucineide Maria de Araújo Barbosa (Neide de Maria Mendonça) e José Gilvando Barbosa (Vando de Biu de Lúcio)
2	João Novo e Nensinha
3	Biu de Chiquim
4	José Claudio
5	Biu Moco e Menininha
6	Nene de Renato
7	Dona Inês e Manoel Carias
8	Seo Bila
9	Dona Nil e sua filha Adriana
10	Jerailton e Nana
11	Maria de Miguel
12	Dona Socorro
13	Seo Sé Herculano e Dona Lica
14	Odete Maria de Mendonça e Ernandes Silva (Agente de saúde)
Total	13 famílias

Tabela 4: Famílias e seus relatos orais nos vídeos 1, 2 e 3

Número de famílias dos vídeos, que analisei e registrei seus relatos orais	
1	Aline Silva
2	Didinha de Branco
3	Vania de Santana e Severino Santana
4	Dona Rosa Maria
5	Ernande Silva (Agente de Saúde)
6	Osvaldo Bernardo (Coordenador do MAB Acauã/Paraíba)
7	Fernando Garcia (Professor da UFCG)
Total	7 famílias

Tabela 5: Números de fotografias em cada capítulo da dissertação

Capítulo 1	Fotografia antigas e de ruinas do antigo sítio Cajá ribeirinho – 40
Capítulo 2	Fotografias de famílias e suas reconstruções de atividades produtivas – 16
Capítulo 3	Fotografias da barragem, do reassentamento, reconstruções de moradias, calçamento e de novas adaptações sociais – 46
Total	102 fotografias

Tabela 6: Reassentamentos e famílias em números atuais*

Barragem de Acauã – Bacia hidrográfica Rio Paraíba – Estado Paraíba		
Números de reassentamentos ("Agrovilas")	**Número aproximado de famílias - 2021**	**Municípios**
Reassentamento sítio Cajá	145 famílias	Município de Itatuba
Reassentamento sítio Melancia	139 famílias	Município de Itatuba
Reassentamento Pedro Velho	473 famílias	Município de Aroeiras
Reassentamento sítio Costa de Natuba	110 famílias	Município de Natuba
Total: 4 reassentamentos	**867 famílias**	**3 municípios**

*Fonte: Pesquisa da dissertação. Tabela produzida pelo autor da dissertação. Os dados referentes aos números de famílias de cada reassentamento foram coletados no dia 12 de julho de 2021, com o Osvaldo Bernardo atual coordenador do movimento dos atingidos por barragem (MAB/Acauã-PB). São dados que considerei atuais, é também uma média aproximada, pois levei em conta a existência do fluxo de famílias [saída e retorno] em cada reassentamento.

Imagens do reassentamento sítio Cajá de Itatuba-PB, do reassentamento à antiga localidade, onde se localizava o Cajá ribeirinho no rio. Fonte: Coleção etnográfica da dissertação. Autoria: Google Mapas. Captação via Google Maps em 22/07/2021.

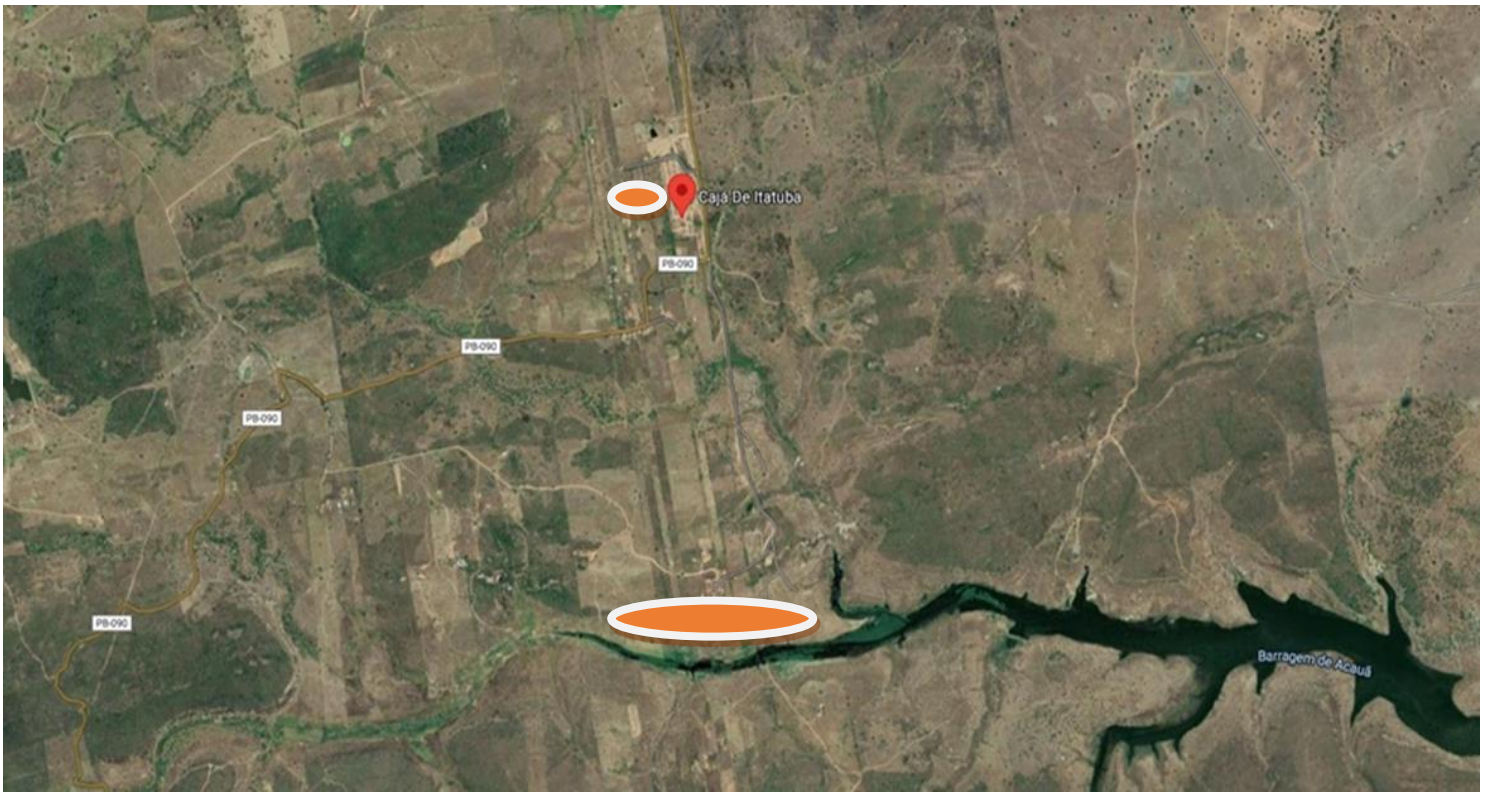
PB-090

PB-090
Cajá De Itatuba

PB-090
PB-090
PB-090
PB-090
PB-090
Tv. Antônio Inácio Bezerra
Tv. Antônio Inácio Bezerra

Tv. Antônio Inácio Bezerra
Tv. Antônio Inácio Bezerra

.


Caja De Itatuba
PB-090
PB-090
PB-090
PB-090
Barragem de Acauã